



XII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - PARÁ

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA



**IANE MARIA DA SILVA BATISTA
LEONARDO DA SILVA TORII (ORG.)**

**ARQUIVOS, DOCUMENTOS E SOCIEDADE:
FORMAÇÃO, TRAJETÓRIA E
USO DOS ACERVOS DOCUMENTAIS**



**XII ENCONTRO DE HISTÓRIA
DA ANPUH - PARÁ**

**Iane Maria da Silva Batista
Leonardo da Silva Torii (ORG.)**



**ARQUIVOS, DOCUMENTOS E SOCIEDADE:
FORMAÇÃO, TRAJETÓRIA E USO
DOS ACERVOS DOCUMENTAIS**



Copyright © by Organizadores
Copyright © 2021 Editora Cabana
Copyright do texto © 2021 Os autores
Todos os direitos desta edição reservados

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Capa e Projeto gráfico:

Eder Ferreira Monteiro

Edição e diagramação:

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante

Coordenação editorial:

Ernesto Padovani Netto

Revisão:

Os autores

Ilustração de capa:

Autoretrato Cubista de Salvador Dalí, 1926

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Arquivos, documentos e sociedade: formação, trajetória e uso dos acervos documentais [Recurso eletrônico] / Organizadores: Iane Maria da Silva Batista e Leonardo da Silva Torii . - 1. ed. - Belém, PA: Cabana, 2021.

Vários autores.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-89849-05-6

1. História – Estudo e ensino 2. História do Brasil 3. Arquivos e documentos. I- Título.

CDD 907



[2021]
EDITORA CABANA
Res. Paulo Fonteles, Q-B, 24
66640-705 – Belém – PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

Conselho Editorial ANPUH-PA

Dr. Edilza Joana Oliveira Fontes (UFPA)
Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes (PPGCult/UFMS)
Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio (ESMAC/APM)
Dr. Gustavo Pinto de Sousa (INES/PROFHISTORIA - UFRJ)
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa)
Dr. Érico Silva Muniz (UFPA)
Dr. Keith Barbosa (UFAM)
Dr. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)
Dr. Pere Petit (UFPA)
Dr. Airton Pereira (UEPA)
Dra. Valéria Moreira Coelho de Melo (Unifesspa)
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Dr. Ipojucan Dias Campos (UFPA)
Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves (UFPA)

Apoios:



SUMÁRIO

**Apresentação: Os desafios da história social
e do ensino de história em coletâneas.....8**

Prof^o Dr. Francivaldo Alves Nunes

Apresentação.....11

Iane Maria da Silva Batista

Leonardo da Silva Torii

**Documentando a luta pela terra na Amazônia paraense:
o acervo da CPT Belém.....14**

Emanuelle França de Aviz

Geovanna Figueiredo dos Santos

**A constituição do Acervo Fotográfico Amyntas de Lemos
no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP).....25**

Luis Augusto Barbosa Quaresma

Suellen Cíntia Vinagre Braz

**Imprensa comunista e Revolta de Porecatu: uma análise dos
discursos produzidos sobre o camponês Francisco Bernardo dos
Santos (1950).....41**

Caroline Gonzaga

**O vestuário litúrgico londrinense como acervo e documento na
historiografia.....54**

Daniele Caroline Antunes

**O Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas
(CDHBA): trajetória, potencialidades e contribuição para a
sociedade.....65**

Duci Alves de Matos

Ivonely de Brito Pereira

**A (re)invenção e a (re)significação da língua Tupi no
“Nas Trajetórias” de Rodolfo Garcia e de Plínio Ayrosa
(1910-1960).....76**

Mareana Mathias

**Os sermões do Pe. Antônio Vieira nas bibliotecas
dos colégios jesuítas.....93**

Ana Elisa Arêdes

**Acesso e difusão na documentação do Arquivo Público do Esta-
do do Pará.....105**

Paulo Victor Azevedo Santos

**Tratamento técnico da documentação da Secretaria de Segu-
rança Pública do Estado do Pará, do período de 1962 – 1994:
Potencialidades de pesquisa e acesso.....117**

Jonas Mescouto da Silva

**Modelo de diagnóstico arquivístico para a Secretaria de Segu-
rança Pública do Estado do Pará (SEGUP/PA).....130**

Adriana Carla Ribeiro dos Santos

Kadu Fernando Albuquerque das Neves

Sobre os Autores.....141

APRESENTAÇÃO

Os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas

A seção regional da Associação Nacional de História (ANPUH) em sua localização no Estado do Pará, promoveu entre os dias 2 a 4 de dezembro de 2020 a sua 12.^a edição do Encontro de História da Anpuh-Pará, em formato virtual, com o tema “Passado e Presente: Os desafios da história social e do ensino de história”.

O evento se constituiu como importante espaço de discussão sobre duas áreas específicas do conhecimento histórico, que são: a história social e o ensino de história, promovendo uma interface entre os dois campos de pesquisa, diante dos limites e possibilidades de diálogo pertinentes sobre a região amazônica. Não há dúvidas que se tratou de profícuo momento de socialização da produção de estudos e práticas acerca das relações entre história e ensino, bem como de problematização da história social e os desafios da produção historiográfica recente.

O momento permitiu a incorporação para o ensino de História da Amazônia de questões relacionadas à ciência histórica, didática, produtos educacionais e as práticas curriculares. No caso da dimensão da especialidade da história social, o diálogo com as questões contemporâneas, a relação passado-presente na pesquisa histórica, a questão dos revisionismos/negacionismos históricos e os desafios da escrita da história social, diante das questões socialmente vivas, foram também observadas.

O encontro permitiu debater os desafios do ensino e da pesquisa histórica relacionando com a especialidade da história social, no entanto, envolveu

também outras áreas do conhecimento vinculadas as ciências humanas e sociais, como sociologia, filosofia, direitos, ciências políticas, antropologia, entre outras. Neste aspecto, tornou-se uma oportunidade de diálogo para os professores da educação básica, discentes de graduação, discentes de pós-graduação, historiadores e pesquisadores diversas áreas de ciências humanas que desejavam debater os caminhos da história social e o ensino de história na Amazônia e no Brasil. Incluiu-se ainda o diálogo sobre o cotidiano do espaço escolar diante dos desafios propostos pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no contexto amazônico, entre outros temas que envolvem o ensino e produção do conhecimento histórico.

Os pertinzas professores e pesquisadores de diversas instituições do Pará, da Amazônia, do Brasil e do mundo, produziram um amplo e significativo debate sobre o conhecimento histórico e seus públicos (professores de história e os historiadores, principalmente), assim como buscaram formas de expandir e melhor integrar os conhecimentos sobre os debates acadêmicos e o espaço da sala de aula e a intervenção social. O que permitiu, no âmbito da educação básica, discussões sobre a prática pedagógica do docente em história e as ações em prol da formação de professores.

Como alguns dos resultados destes momentos de debates e diálogos, em que a relação passado e presente pautou os desafios da história social e do ensino de história, que apresentamos um conjunto de coletâneas, construídas de forma a agregar temáticas aproximadas de estudos e pesquisas. As coletâneas reunidas, sem dúvida, constitui um conjunto de contribuições originais e, sobretudo, desnaturalizadoras como se propõem ser os estudos que assumem, como coerência e autenticidade, a relação passado e presente, tendo como eixo central de diálogo, a história social e o

ensino. Os trabalhos reunidos propiciam aos leitores, ademais, um profícuo exercício de crítica historiográfica, métodos e análises documentais, que percorrem searas as mais diversas, adensando as riquezas de suas contribuições, quanto à análise de estratégias para enfrentar variadas formas de controle, domesticação e dominações estabelecidas por agentes e agências oficiais, mas também revelam formas de resistências, lutas e enfrentamentos.

Os textos expressam, simultaneamente, pesquisas em andamento, em fase de elaboração, definidas e defendidas. Temáticas, temporalidades e enfoques plurais, mas que gravitam no eixo que envolveu os debates no evento, no caso, a história social e o ensino de história, em contexto relacional com perspectivas de passado e presente. Diante de tantas e inovadoras contribuições, a intenção é que o leitor estabeleça um exercício de escolha mais consentâneo a seus interesses e afinidades, estando certo que encontrará nestas coletâneas um conjunto de leituras, instigantes, necessárias e provocativas.

Profº Dr. Francivaldo Alves Nunes
Presidente da ANPUH-Seção Pará

APRESENTAÇÃO

**Iane Maria da Silva Batista
Leonardo da Silva Torii**

Esta obra é a reunião de textos que foram apresentados no simpósio temático intitulado “Arquivos, documentos e sociedade: formação, trajetória e uso dos acervos documentais”, durante o XII Encontro de História da ANPUH – Pará, nos dias 02 e 03 de dezembro de 2020. O seu objetivo era reunir pesquisas relacionados à criação e a apropriação de arquivos/acervos documentais, assim como sobre a legitimação de memórias coletivas com base nos documentos históricos.

Entre os estudos acadêmicos nas áreas da História e da Ciência da Informação, voltados a análises de acervos históricos sob o ponto de vista de sua criação, transformações e apropriações, tem se consolidado a compreensão que o documento é uma construção histórica/social, tanto da perspectiva da sua trajetória, quanto dos valores (informativo e probatório) que ele vai adquirindo posteriormente. Isso significa que através dos usos que os grupos sociais fazem deles, pode-se observar várias mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais na sociedade. Nesta perspectiva foram reunidos 10 (dez) trabalhos que mostram o quanto as pesquisas nesta temática são extremamente profícuas e diversificadas.

As pesquisadoras Emanuelle França de Aviz e Geovana dos Santos focaram numa análise sobre a documentação da Comissão Pastoral da Terra no município de Belém. Luís Augusto Quaresma e Suellen Braz realizaram uma pesquisa no acervo fotográfico “Amyntas de Lemos” do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. O trabalho de Caroline Gonzaga concentra-se numa

análise dos discursos produzidos a respeito do camponês Francisco Bernardo dos Santos. Daniele Caroline Antunes realizou um estudo acerca do vestuário litúrgico do Museu Histórico de Londrina. Duci Alves de Matos e Ivonely de Brito Pereira fizeram um apanhado histórico sobre o Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (Santarém). Mareana Mathias fez uma análise sobre a ressignificação da língua tupi nos livros de Rodolfo Garcia e de Plínio Ayrosa.

Por sua vez, o trabalho de Ana Elisa Arêdes foca nos sermões do padre Antônio Vieira que estão guardados nas Bibliotecas dos Colégios Jesuítas. Paulo Victor Azevedo Santos realizou um estudo sobre a difusão arquivística do Arquivo Público do Estado do Pará no que se refere a um projeto intitulado “Arquivos de Portas Abertas”. Os trabalhos de Jonas Mescouto da Silva e Adriana Carla Ribeiro dos Santos com Kadu Fernando Albuquerque das Neves tiveram como objeto de estudo a documentação da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP), mas com enfoques diferentes. O primeiro é voltado à análise do tratamento técnico realizado no fundo documental oriundo desta Secretaria o qual se encontra sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Pará. O segundo, a partir do diagnóstico efetuado no arquivo da SEGUP, destaca a relevância dessa metodologia para a efetividade da gestão documental na instituição.

Em consonância com a proposta do Simpósio, a perspectiva analítica de todos os trabalhos evidencia o caráter de construção social dos documentos, problematizados nos textos como reflexos da sociedade, dos contextos históricos e das diretrizes das instituições produtoras. Salientamos que todos os trabalhos apresentados no Simpósio Temático, ora disponibilizados aos leitores, são provenientes das áreas da História e da Arquivologia, cujos princípios teóricos e metodo-

lógicos norteiam a gestão dos documentos - “matéria prima” fundamental dos historiadores. Desse modo, esperamos que tais produções ampliem a interlocução desses campos disciplinares e inspirem novos “olhares” sobre os documentos em seus variados suportes.

DOCUMENTANDO A LUTA PELA TERRA NA AMAZÔNIA PARAENSE: O ACERVO DA CPT BELÉM¹

Emanuelle França de Aviz²
Geovanna Figueiredo dos Santos³

Contexto histórico de criação da CPT

A Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1975, durante o encontro de bispos e preladados da Amazônia realizado em Goiânia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB). Surgiu em um período complexo, da qual o país estava vivendo a ditadura civil-militar, e propostas de desenvolvimento econômico promovidas pelo regime militar eram frequentes. Neste sentido, grandes empresas privadas foram atraídas para o interior do Brasil, especialmente para a Amazônia, atendendo ao “chamado” do governo ao processo de colonização e “desenvolvimento” da região. Logo, muitos trabalhadores rurais foram expulsos de suas terras, ficando sem moradia e recursos para sobreviver.

A política para a Amazônia, a partir do golpe militar de 1964, intensificou o processo de abertura extensiva ao capital financeiro, efetivado fundamentalmente pela forte ação da regulamentação da questão agrária, e tendo como eixo central dessa política a formação de um sistema progressivo de colonização,

¹ O artigo reflete resultados de pesquisa desenvolvida pelas autoras junto ao Projeto Memórias das lutas camponesas na Amazônia paraense: o acervo documental da Comissão Pastoral da Terra (1975-2018), financiado pela PROPESP/UFGA por meio do Programa Pró-Doutor.

² Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará. Email: emanuelle17aviz@gmail.com

³ Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará. Email: anafigueiredo2011@gmail.com

conjugando a ação de órgãos públicos e empresas privadas. Essa política tornou propícia a desapropriação de povos e comunidades que viviam na floresta. Neste sentido, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) configurou-se como uma instituição não governamental, cuja atuação junto àqueles grupos sociais foi se intensificando com o avanço dos conflitos agrários no Brasil.

CPT Belém: acervo e atuação

Considerando que a região já era ocupada, e tendo em vista os diversos conflitos gerados pela política de inserção de novos atores sociais no território, especialmente ligados a atividades de mineração, pecuária e extração de madeira, desde sua origem a Comissão Pastoral da Terra buscou contribuir com a luta dos povos da terra. Desse modo,

Suas ações se concretizam na planície, junto aos que lutam por um pedaço de chão, como os acampados e assentados, pela valorização do território e pela permanência na terra, como o fazem tantas comunidades tradicionais. Em sua trajetória há um claro empenho em favor da reforma agrária, pelo estabelecimento de um limite para a propriedade e pela regularização fundiária. Sua missão acontece no apoio intransigente aos povos da terra, das águas e das florestas e está atenta e vigilante para denunciar as vítimas do trabalho escravo (LAZZARIS, 2014, p. 8).

Assim, considerando que os destinatários de sua ação pastoral “são trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas”, em sua gênese a CPT assumiu a tarefa de fazer o levantamento de dados envolvendo as lutas pela terra e a conquista de direitos, registrando e denunciando as violências sofridas por estes trabalhadores. Esse processo de registro e denúncias era realizado por meio do “Boletim”, publicação da instituição.

Em 1983 a CPT publicou um livro intitulado “CPT: Pastoral e Compromisso” contendo dados sistemáticos sobre violências e conflitos vividos nas comunidades em que suas equipes atuavam. A partir de então, a instituição passou a fazer o registro sistemático dos dados que eram publicados no “Boletim” e em 1985 começou a publicar um relatório anual intitulado “Conflitos no Campo Brasil”⁴, documentando as ocorrências de conflitos e de violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras da terra (LAZZARIS, 2014). De acordo com a perspectiva da instituição, “não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos, mas de registrar a história da luta de uma classe que secularmente é explorada, excluída e violentada”. (CANUTO; LUZ, COSTA; 2014, p. 10).

Na perspectiva arquivística, Cook e Schwartz (2004) salientam que os arquivos são “como registros – exercem poder sobre a construção do conhecimento histórico, da memória coletiva, e da identidade nacional, sobre como nós nos conhecemos como indivíduos, grupos e sociedades”, destacando-se, assim, a relevância dos arquivos para a proteção da memória social. A documentação produzida e custodiada pela CPT é, pois, de extrema importância para fomentar a luta dos trabalhadores, além de registrar uma memória socialmente silenciada e marginalizada.

O arquivo da CPT-Belém encontra-se localizado na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Norte II (CNBB) na travessa Barão do Triunfo, 3151. Em sua formação de acervo, contou inicialmente com materiais enviados por agentes da CPT, mas princi-

⁴ Conflitos, no contexto dos registros da CPT, são “as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas”. (CANUTO; LUZ, COSTA; 2014, p. 13).

palmente na atividade de documentar junto aos movimentos sociais suas denúncias, depoimentos e atividades prestadas nas assistências jurídicas ou sociais. Além disso, o acervo é formado por cadernos de conflitos, revistas, fotografias, diversas edições do jornal “O pessoal” de Lúcio Flávio Pinto, cartas e poesias de Expedito Ribeiro, processos criminais de Dorothy Stang, Benedito Alves e outros que deixaram sua marca na luta por seus direitos.

Durante pesquisa realizada durante o projeto de iniciação científica desenvolvido pelas autoras, foram identificados relatórios da responsável pelo arquivo, alusivos a alguns anos da década de 1980, muito importantes para o processo de identificação do acervo; além de relatar sobre as atividades do arquivo na época, seu processo de formação e o recebimento de documentos das regionais da CPT.⁵

Segundo o relatório do ano de 1988, na ocasião o acervo já possuía uma quantidade significativa de documentos, conforme descrito por Madeleine Bedran Maklouf Carvalho e Roza Marlene Modolo

Embora com uma estrutura ainda precária temos conseguido acumular um grande número de informações, que têm servido não só às áreas ligadas à CPT, como também a estudantes de vários níveis, professores universitários, pesquisadores de dentro e fora do Brasil e jornalistas estrangeiros que têm levado nossas informações como forma de denúncias e divulgando o que acontece dentro da nossa região, em matéria de conflitos de terra, ameaças, morte de lavradores e de pessoas ligadas à luta pela terra. Os nossos graves problemas sociais e desastres ecológicos, devastação da floresta amazônica e etc. São alguns dos assuntos levados por essas pessoas. (RELATÓRIO CPT Belém - 1988, não paginado).

⁵ As regionais da CPT são compostas por equipes de base, ou locais, que realizam o acompanhamento in loco dos camponeses e suas organizações.

Atualmente o acervo é formado por mais de 400 pastas no formato A/Z e 45 volumes encadernados dispostos em estantes de madeira ao redor de uma sala de tamanho mediano. Como dito anteriormente, grande parte do acervo é composta por jornais e recortes de jornais (sendo assim, a CPT-Belém pode ser considerada uma hemeroteca) sobre os mais variados assuntos, demonstrando preocupação não só com as origens dos conflitos, mas com seus impactos a curto e longo prazo.

Dessa forma, entende-se que o acervo da CPT mostra o protagonismo dos povos amazônicos frente a todas as adversidades. Buscando preservar e difundir essa memória subterrânea que diversas vezes foi, e ainda é sufocada por memórias oficiais. Com a intenção de conservar a singularidade de cada grupo, não apenas povos da terra, mas faxinalenses, seringueiros, quilombolas, indígenas, camponeses de fecho e fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu e os outros mais que a CPT auxilia.

Além de preservar e difundir a memória dos movimentos sociais, a CPT atua também no registro de denúncias, encaminhamento de pedido de providências às autoridades, prestação de assessoria jurídica aos camponeses. Os documentos produzidos nesse processo têm contribuído sistematicamente com ações relacionadas à defesa dos Direitos Humanos e também na produção de trabalhos acadêmicos. Como exemplo, destaca-se o trecho do relatório da CPT-Belém do ano de 1984 acerca do perfil de quem frequentava o arquivo:

Neste ano de 1984, recebemos a visita de inúmeras pessoas, estudantes de 2º grau, estudantes universitários (Universidade Federal do Pará, Faculdades integradas do Colégio Moderno, Centro de Serviços Educacionais do Pará-CESEP), pesquisadores do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) e MDV (Movimento em Defesa da Vida). Jornalistas: Lúcio Flávio Pinto (O Liberal), Nélio Palheta (Re-

vista Afinal) e também jornalistas internacionais (USA, Michigan, Califórnia, Alemanha, França e etc). Professores universitários (NAEA, PUC-SP) e até mesmo um escritor paraense Dr. Silvio Meira que veio recolher dados no setor de documentação e pesquisa. Este ano também, um órgão do governo se interessou pelas questões da terra (RELATÓRIO CPT - Belém, 1984, não paginado).

A esse respeito, é pertinente destacar a atuação da CPT na Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará, formada também pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Fetagri-PA); a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CIDHA); a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH/PA) e a Defensoria Pública Agrária do Estado do Pará. Conforme Treccani no contexto dos trabalhos da Comissão foram feitas diversas pesquisas no acervo da CPT nacional e CPT-PA com intuito de:

Examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. (TRECCANI, 2018, p.157),

Com o propósito de denunciar e tentar evitar que mais conflitos sejam gerados, anualmente o relatório “Conflitos no Campo Brasil” divulga uma lista de camponeses ameaçados de morte, contudo não é sempre que essas denúncias são levadas a frente, “premiadas pela violência do capital e pela letargia e omissão do estado” conforme afirma CPT (2016, p.143). As informações do Caderno de Conflitos também são utilizadas pelos Ministérios Públicos Estaduais e Federal para “propor ações em defesa dos direitos das comunidades do campo e povos originários, ou como justificador de audiências públicas” (CPT, 2016, p. 141).

Dessa forma a CPT segue auxiliando os movi-

mentos sociais. A Pastoral atua fortalecendo cada vez mais a participação das comunidades em suas lutas, tratando também do empoderamento feminino e da juventude camponesa com diversos projetos. Essa atuação é explicada pela metodologia da CPT, destacada por Peloso e Siqueira nos seguintes termos:

A metodologia popular é aquela que se baseia na concepção dialético-dialogal-libertadora. Traduz-se, na prática, em estabelecer relações político-pedagógicas com grupos populares, facilitando-lhes a organização autônoma e o protagonismo, na incessante busca de condições dignas de vida e se um sentido libertário para a vida pessoal e coletiva. (PELOSO E SIQUEIRA, 2002, p.33.)

Depreende-se, pois, que a Pastoral visa ajudar os povos da terra a alcançar maior e melhor qualidade de vida no que se refere à conquista de seus direitos. No processo de lutas pelo acesso à terra, garantia de sustento dessas famílias, a CPT age realizando denúncias, acompanhando famílias em situação de necessidades financeiras e indivíduos ameaçados de morte, promovendo palestras e oficinas para esclarecer os direitos de cada comunidade e como proceder em situações de risco.

A CPT desde sua criação na década de 1970 possui os relatórios produzidos pelos agentes que cuidavam de registrar todos os casos de violência, bem como, compilar todas as notícias relacionadas aos acontecimentos, conforme destacado por:

Essa foi a única entidade a realizar amplamente pesquisas sobre a questão agrária em âmbito nacional, tornando-se uma das mais importantes fontes de estudos a partir de um acervo composto por livros, cadernos, revistas, jornais e arquivos que tratam das lutas camponesas. (LIMA, 2016, p.171)

O arquivo da CPT Belém possui uma elevada massa documental, esta constituída no decorrer dos anos, onde salvaguarda a memória das lutas camponesas de algumas regiões do estado do Pará. É importante salientar que o acervo é composto em sua totalidade por recortes de jornal, e diversas espécies documentais, a saber: cartas, petições judiciais, denúncias, depoimentos, processos, dossiês, ofícios, certidões, declarações, folders/folhetos, formulários, memorandos, atos normativos, panfletos entre outros.

Neste sentido, é pertinente que essa documentação esteja acessível para que o arquivo cumpra a sua função.

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa. (BELLOTTO, 2006, p. 227).

Nesse sentido, o arquivo da CPT comporta diversos documentos de temas sensíveis como trabalho escravo, reforma agrária, meio ambiente etc. Assim, devido à natureza desses documentos é essencial que estes estejam dispostos de uma forma organizada e sejam devidamente conservados, com o intuito de garantir sua legibilidade e assegurar boas condições de manuseio em longo prazo.

Os impasses para tornar essa documentação acessível ao público são diversos. Muitos documentos

se encontram em estado de degradação, alocados de forma incorreta e pouco organizada, alguns registros antigos datilografados estão perdendo a cor, assim, tornando o documento ilegível. Outra dificuldade é a ausência de subsídios e estrutura para a organização efetiva do arquivo.

Poucas regionais apresentam o tratamento adequado para essa documentação, sendo importante frisar que a maior dificuldade no tratamento desses documentos é a falta de recursos financeiros e apoio institucional de organizações arquivísticas, as quais poderiam contribuir com a organização e difusão das informações contidas no arquivo.

Considerações finais

A documentação que mostra a atuação da CPT na luta pela igualdade e cumprimento de direitos, é muito significativa, haja vista que por seu intermédio as lutas camponesas tiveram maior visibilidade, sobretudo em âmbito internacional, a partir das denúncias contra violações dos direitos humanos e a assistência prestada a esses trabalhadores rurais. Neste sentido, o ato de documentar as lutas camponesas pelo direito à terra tem subsidiado ações dos movimentos sociais do campo e, sobretudo, tais registros têm contribuído para que a violência praticada no campo não seja naturalizada e esquecida, passando impune pelas autoridades. Além disso, diante dos temas sensíveis que permeiam a CPT, seu arquivo tem um papel fundamental na preservação e difusão das memórias dos grupos sociais por ela atendidos, memórias estas tradicionalmente silenciadas e subjugadas.

Assim, é importante destacar a gestão documental como método indispensável para facilitar o acesso e o uso desse arquivo, já que o mesmo possui

um patrimônio documental riquíssimo para pesquisas acadêmicas. No entanto, a CPT Belém carece de recursos técnicos, financeiros e humanos para gerir a elevada massa documental que seu acervo comporta. Este é um desafio que se apresenta às instituições de ensino, pesquisa e extensão da região amazônica, considerando que, de acordo com relatos do religioso responsável pelo arquivo, cotidianamente o arquivo recebe pesquisadores dessas instituições que buscam os documentos da CPT para subsidiar seus trabalhos acadêmicos.

Ao produzir e salvaguardar documentos que registram as experiências sociais de homens e mulheres afetados pelos conflitos de terras na Amazônia, o acervo da CPT-Belém propicia à sociedade preservar a memória desses fatos, subsidiar ações de denúncias dos mesmos, ao mesmo tempo que possibilita a construção de narrativas históricas mais plurais na medida em que, por meio dessa documentação, é possível evidenciar a existência e a resistência das populações amazônicas marginalizadas/invisibilizadas nos documentos oficiais.

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CANUTO, Antônio; SILVA, Cássia Regina da; COSTA, Edmundo Rodrigues (Coord.). Conflitos no Campo - Brasil 2014. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2014.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO – CPT. Conflitos no Campo Brasil 2014. Goiânia: CPT Nacional, 2015. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/2392-conflitos-no-campo-brasil-2014>. Acesso em: 26 out. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Org.). CPT: 40 anos de fé, rebelia e esperança. Comissão Nacional de Formação da CPT. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

Conflitos no Campo – Brasil 2014 [Coordenação: Antônio Canuto,

Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa[Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2014.

COOK, Terry. SCHWARTZ, Joan M. Arquivo, Documentos e Poder: A construção da memória moderna. RÊGISTRO: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba/ Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, v.3, n.3, p. 15-30, Julho, 2004.

LAZZARIS, Enemésio. Apresentação. In: CANUTO, Antônio; SILVA, Cássia Regina da; COSTA, Edmundo Rodrigues (Coord.). Conflitos no Campo - Brasil 2014. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2014, p. 7-8.

PELOSO, Ranulfo; SIQUEIRA, Ruben (Org.). O fim e o caminho que se faz para chegar lá: sobre a metodologia popular na Pastoral da Terra. Saberes e olhares: a formação e educação popular na Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Loyola, 2002, p. 13-44.

SILVA LIMA, Cristiane; PINHEIRO, Luci Faria. Trabalho escravo e atuação da CPT no sul e sudeste do Pará. SER Social, Brasília, v. 18, n. 38, p. 153-176, jan.-jun./2016.

TRECANNI, Girolamo. Comissão Camponesa da Verdade do Pará: a violação dos direitos humanos no estado do Pará (1964-1988). MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inez Terezinha; TROITINO, Sônia (Orgs.). Trabalhadores, arquivos, memória, verdade, justiça e reparação: reflexões do 4o seminário internacional o mundo dos trabalhadores e seus arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2018, p. 155-176.

A CONSTITUIÇÃO DO ACERVO FOTOGRAFICO AMYNTAS DE LEMOS NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ (IHGP)

Luis Augusto Barbosa Quaresma¹
Suellen Cíntia Vinagre Braz²

História e acervos do IHGP

O Instituto Histórico e Geográfico do Pará vem ao longo de seus 120 anos sendo centro difusor de diversas atividades na sociedade paraense. Desde sua criação foi como uma espécie de museu que abrigou e promoveu mostras de arte, fotografia e objetos históricos. Foi um período que não existiam universidades específicas para determinadas áreas das humanidades aqui no Pará, o centro debatedor de diversos ideais, pensamentos e teorias que reverberaram em periódicos, livros e manuais amazônicos durante várias gerações. Ele é ainda hoje um centro de conhecimento e guardião de memórias materializadas através de seus acervos que suscitam debates, pesquisas, eventos e exposições.

Ao final do século XIX e início do XX, no bojo das festividades de comemoração do quarto centenário do descobrimento do Brasil, que foi amplamente celebrado, inclusive com a produção de medalhas e livros como “O Pará em 1900: quarto centenário do descobrimento do Brasil”. O governador do Pará, Dr. José Paes de Carvalho³ resolveu criar uma comissão com-

¹ Mestrando do PPHIST/UFPA, desenvolve atividades no Arquivo Palma Muniz e na Coleção Fotográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. E-mail – guto10007@gmail.com

² Graduada em história (UFPA), graduanda em arquitetura na Faculdade Faci Wyden e desenvolve atividades na coleção fotográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. E-mail – ellentrabalhos@gmail.com

³ Dr. José Paes de Carvalho foi um médico brasileiro, nascido em 1850 que

posta por diversos intelectuais, políticos, cientistas e religiosos como Gentil Bittencourt, Barão de Guajará, Cônego João Andrade Ferreira Muniz e Emílio Goeldi, para a criação do que hoje é o IHGP (INSTITUTO, 2020). Naquele momento, no dia 3 de maio de 1900, em uma sessão solene realizada no Teatro da Paz, foram então fundados o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, a Academia Paraense de Letras e a Liga Humanitária⁴.

Desde sua fundação o Instituto Histórico em seus estatutos já afirmava sua missão em relação a documentos e outros itens que lhes eram interessantes para seu acervo

Art. 2.º – O Instituto tem por objecto capital reunir, concatenar, publicar ou archivar documentos e trabalhos sobre a historia, geographia e ethnographia do Brazil, especialmente do Estado do Pará.

Art. 3.º – Para desenvolver o objecto dos seus estudos, o Instituto executará o disposto nos parágrafos seguintes:

§ 1.º Manterá comissões especiaes para colligirem documentos, estudos, plantas, cartas, mapas, etc., ineditos ou raros, referentes aos tres ramos scieticos citados, ou áquelles que com elles se relacionam ou d'elles são auxiliares.[...]

§ 3.º Constituirá uma bibliotheca especial de livros de interesse nacional, ficando annexos á bibliotheca o archivo e o museu historico e geographico do Instituto[...] (INSTITUTO, 1900, p. 7)

Nesses anos iniciais o IHGP publicou alguns volumes de sua revista, realizou reuniões e vários deba-

governou o Pará de 1º de fevereiro de 1897 a 1º de fevereiro de 1901, participou de vários clubes e agremiações na virada do século, faleceu em 1943.

⁴ Dr. José Maria de Castro Abreu Junior, sócio do IHGP, em sua fala no aniversário da instituição em 3 de maio de 2017, informa que a Liga Humanitária atuou angariando dinheiro para vítimas de varíola e para crianças órfãs, porém logo depois ela desapareceu, tendo assim vida efêmera.

tes, porém acabou caindo em ostracismo e foi somente refundado em 6 de março de 1917. Ainda que como proponha Moraes (2009) a ideia de refundação seja uma construção da geração de membros da instituição dos anos 1960 para ter uma ligação com um mito fundador de 1900, nela, estavam presentes indivíduos que participaram também do IHGP em 1900, como Palma Muniz, Américo Santa Rosa e outros. Durante muito tempo o instituto não possuiu sede própria, se reunindo em diversos lugares, espaços de outras entidades ou locais alugados que também colocavam a disposição de outras solenidades e instituições⁵.

O prédio que hoje abriga o Instituto Histórico (Figura 1), pertenceu ao Visconde de Arari⁶, grande proprietário de terras da região marajoara, que posteriormente foi passado à sua sobrinha ao casar-se com Domingos Antonio Raiol, Barão de Guajará⁷. O prédio serviu à família até a década de 1940, quando o prefeito Alberto Engelhard resolveu comprá-lo e doar ao IHGP, junto com alguns moveis que pertenceram ao Barão, bem como sua biblioteca pessoal. Assim, o instituto ocupa até os dias de hoje a edificação que ficou conhecida como “Solar do Barão de Guajará” e lá desenvolve suas atividades científicas e culturais.

⁵ Como o caso da Fundação do Clube de Engenharia do Pará, que foi realizada em uma sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará que se situava aquele momento na atual rua Manoel Barata.

⁶ Antonio Lacerda de Chermont, possuidor do título de Visconde de Arari foi um militar, político e fazendeiro marajoara que possuía patente da guarda nacional e governou o Pará em 1866 e 1868.

⁷ Domingos Antonio Raiol foi um político e intelectual nascido em Vigia que atuou como deputado provincial pelo Pará, além de presidente das províncias de São Paulo, Alagoas e Ceará. No Pará foi membro de várias instituições culturais como a Academia Paraense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, o qual foi o primeiro presidente.

Figura 01 - Solar Barão do Guajará – Sede do IHGP



Fonte: Uruatopera (2017)

Desde sua criação, o IHGP organizou e participou de exposições de arte e cultura na capital paraense, como no Teatro da Paz em 1925, em que

O Instituto Historico e Geographico do Pará, sempre justiceiro em suas realizações, realizou no período de 2 a 7 de dezembro de 1925, em comemoração ao primeiro centenario do nascimento do inolvidável Imperador Dom Pedro II, uma formosa exposição de retratos do monarcha brasileiro, de todos os membros da Familia Imperial, homens notaveis do regimen decahido, que tomaram parte nos negocios do Imperio; de objectos históricos, moedas e sellos desse periodo [...] (INSTITUTO, 1926, p. 3)

Mostrando assim o caráter diversificado ainda na década de 1920, do acervo que a instituição possuía. Atualmente o IHGP detém diversos acervos com múltiplas tipologias que foram se constituindo ao longo desses 120 anos e estão disponíveis para o visitante e para o pesquisador.

O Arquivo Palma Muniz⁸, que é um dos espaços mais procurados dentro da instituição, até a década de 1990 estava desorganizado e se perdendo aos poucos devido a ação de agentes degradantes como a umidade, traças e outros insetos como analisam Santo e Bezerra Neto (1998), fazendo assim necessária organização, que foi iniciada naquele momento. Desde então tais atividades seguem constantes, visto que a instituição recebe doações de acervos de indivíduos ou instituições interessadas em não deixar a memória se perder. Dentro do Arquivo Palma Muniz existem documentos de diversas temáticas desde o século XVIII até os dias de hoje, se destacando documentos como do Corpo de Bombeiros, a Coleção IHGP e a documentação da Câmara de Belém⁹.

O Instituto Histórico possui uma coleção fotográfica muito vasta que não se sabe exatamente como foi sendo composta, é possível identificar algumas doações através das dedicatórias ou oferecimentos, porém a maior parte não possui esse marcador para que seja possível conhecer como o item chegou ao acervo. Na coleção, dentre as mais de mil e quinhentas imagens é possível identificar as mais diversas temáticas como obras públicas, personalidades, festejos, fotografias familiares e de fora do Brasil. Ressalta-se aqui que boa parte do trabalho realizado na coleção foi fruto de um convênio com o governo norte americano e atualmente com o trabalho de voluntários.

⁸ João de Palma Muniz foi um engenheiro, historiador e geógrafo que participou das duas fundações do IHGP e publicou livros sobre várias temáticas no Pará, sua coleção pessoal de impressos raros e de panfletos políticos fazem parte do acervo da instituição.

⁹ Existe uma publicação produzida pelo historiador José Maia Bezerra Neto e pela arquivista Ana Negrão do Espírito Santo, chamada "Guia do Arquivo Palma Muniz do IHGP", publicado pela editora Paka-Tatu, onde é possível ter uma maior dimensão do que o acervo possuía até o período em que tal guia foi publicado.

Existe a Coleção Cartográfica Adolpho Dourado¹⁰ com mapas, plantas e projetos referentes a obras públicas na capital e no interior do estado do Pará desde o século XIX até a década de 1960. O IHGP possui um acervo museológico que é composto de obras de arte, armas, medalhas, mobiliário, roupas, moedas e itens de uso pessoal de personalidades que vem se acumulando ao longo dos anos e é utilizado tanto em exposições como serve de material de pesquisa para diversas áreas. Algumas peças do acervo museológico estão cedidas ou acondicionadas em outras instituições, devido seus tipos de material ou dimensões.

Um dos grandes acervos na instituição é o bibliográfico, sendo possível dizer que ela se subdivide em duas partes. A primeira é a Biblioteca Barão de Guajará, com livros de uso pessoal do Barão e sua família, como afirma Ferreira (2020), ela é composta por livros de diversas temáticas, como religião, filosofia, ciências sociais, literatura, matemática, história, geografia e outros. A segunda biblioteca chama-se José Veríssimo, que é a biblioteca “geral” do Instituto Histórico, ela é composta por livros doados à instituição, por outras entidades, por particulares e sócios do próprio IHGP, por ela também foram absorvidas as bibliotecas pessoais de indivíduos como Alfredo Barroso Rebello, Maria Graziela Brígido dos Santos e Amyntas de Lemos.

Heranças de um capixaba em terras paraenses

Amyntas de Lemos (Figura 2) nasceu na cidade de Cachoeiro de Itapemirim (ES) em 28 de agosto de 1867. Foi aluno da Escola de Minas de Ouro Preto, se

¹⁰ Adolpho Pereira Dourado foi um militar e funcionário público municipal que foi sócio do IHGP e responsável pela doação de uma grande parte do acervo documental e cartográfico hoje existente para pesquisa na instituição.

formando engenheiro de Minas e Civil¹¹ na década de 1890, desenvolveu suas primeiras atividades na Ferrovia Recife – São Francisco. Posteriormente a isso, foi convidado pelo então governador do estado do Pará, Augusto Montenegro¹², para vir a Belém e trabalhar aqui. Foi professor de desenho geométrico do Colégio Paes de Carvalho além de ter trabalhado como diretor e subdiretor da Estrada de Ferro Belém – Bragança e da Ferrovia de Alcobaça¹³ – Praia da Rainha.

Figura 02 - Amyntas de Lemos



Fonte: Coleção Fotográfica do IHGP

Em Belém Amyntas foi professor da Faculdade de Engenharia, além de um dos fundadores do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensu-

¹¹ Informações contidas no diploma de Amyntas de Lemos, hoje pertencente ao IHGP.

¹² Informação oral obtida com uma das filhas de Amyntas de Lemos em 2018.

¹³ Alcobaça é o antigo nome utilizado para denominar o município de Tucuruí.

ra (CREA-PA) e do Clube de Engenharia. Aqui, se casou com a espanhola Manoela Alvarez, com quem teve oito filhos, para essa larga família, o engenheiro construiu uma residência que ainda hoje existe, no então Marco da Légua. Lá Amyntas viveu toda sua vida, um espaço rodeado de lembranças familiares e encontros político-sociais de Belém da época, após sua morte, a família continuou residindo na mesma casa e lá ficou guardado tudo o que pertencia ao engenheiro. Depois de um contato maior com as últimas filhas vivas de Amyntas de Lemos e conversas cheias de boas lembranças, na casa que elas afirmavam que não tinha nada, começaram a surgir os vários itens que contavam a história de Belém, do engenheiro e da família.

Após um longo processo de convencimento, mediado por uma das netas e bisneta¹⁴ de Amyntas de Lemos, as filhas, Lea e Eny, perceberam que muitas daquelas memórias existentes em casa poderiam ser de interesse de muitos pesquisadores. A demanda foi levada ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará e foi acolhida pela presidente, Anaíza Vergolino e Silva (Figura 4), que mantendo a tradição da instituição, aceitou o acervo de um importante indivíduo que atuou na história de Belém.

¹⁴ Aqui insere-se um agradecimento mais do que especial a Elyna e Mônica Vasconcelos que foram as mediadoras dessa negociação, fazendo assim com que a memória de Amyntas de Lemos seja acessível a mais pesquisadores e interessados em sua trajetória.

Figura 04 - Doação do Acervo Amyntas de Lemos, da esquerda para a direita estão: Luis Augusto Barbosa, vice-presidente José Maia Bezerra Neto, Sra. Mônica Vasconcelos, presidente Anaíza Vergolino, Sra. Elyna Vasconcelos e diretora de Museu Marcela Cabral.



Fonte: IHGP, 2017.

Por ocasião do levantamento do que poderia ser levado ao IHGP foram constatadas diversas tipologias de acervo. Assim foram doados ao Instituto a biblioteca do engenheiro, versando sobre diversas temáticas ligadas a ferrovias, geografia e história da Amazônia, algumas cartas trocadas entre políticos e outros profissionais, vestimentas e objetos de trabalho, um conjunto grande de fotografias, plantas e documentos que contam a trajetória de Amyntas. Atualmente se está passando por um processo de catalogação desse acervo e no presente artigo, se dará enfoque a coleção fotográfica e sua relevância para a história e memória de Belém.

Conservação fotográfica e o fundo Amyntas de Lemos

Em 2013 o Instituto Histórico e Geográfico do Pará iniciou um processo de conservação e restauro de seu múltiplo acervo. Para o acervo fotográfico, foi verificada a necessidade da criação de uma sala onde a sal-

vaguada pudesse ser feita separadamente dos outros suportes, já que, naquele momento, contava-se um número de 1.300 fotos¹⁵. A primeira atitude tomada foi conhecer o método de tratamento de coleções fotográficas em instituições nacionalmente reconhecidas como a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), Instituto Moreira Sales e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-Rio).

Das instituições citadas, a FUNARTE publicava diversos cadernos técnicos de tratamento de coleções dessa origem, que se tornaram o norte das ações desenvolvidas. É importante salientar que a relevância da fotografia enquanto Acervo de instituições culturais ainda é recente, porém incontestável por todo testemunho da imagem e do processo de produção que ela traz. Kossoy (2014) mostra que a fotografia é ao mesmo tempo revelador de informações e detonador de informações, uma vez que guarda reflexos de uma existência congelada no tempo.

Para que a salvaguarda da coleção se efetivasse o diagnóstico foi imprescindível para o planejamento e sistematização do tratamento dado ao acervo. A fim de melhor efetivar as atividades desenvolvidas, o tratamento das fotografias ocorreu em conjunto da catalogação e conservação para que não houvesse dissociação ou qualquer perda de informação. Verificou-se a existência de relatórios de conservação do acervo do IHGP datados de 1960, 1997 e 2003 que eram acompanhados de um levantamento e descrição das imagens que pertenciam ao acervo, no entanto, sem mostrar imagens destas fotografias.

Como houve a impossibilidade, naquele momento, de reconhecer os possíveis doadores, as fotografias foram reunidas em um grande fundo denomi-

¹⁵ Esse número aumentou e continua em expansão já que o IHGP segue recebendo doações para seus acervos.

nado, Coleção Fotográfica do IHGP. Foi realizado mais um levantamento considerando os anteriores e as fotografias foram classificadas de acordo com seu estado de conservação em bom, regular e ruim. Fazendo assim com que pudesse perceber o que poderia ser tratado primeiro, iniciando pelas fotografias que necessitavam, apenas de higienização e em seguida as que precisavam de algum tipo de estabilização do suporte.

Para cada fotografia foi criada uma ficha catalográfica em forma de banco de dados com os seguintes campos: número de registro, localização, título, técnica, autor, data, descrição etc., criados com auxílio da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRARDE). Em seguida, de acordo com a sequência de tratamento de conservação, as imagens receberam um número de registro para controle interno e posterior indexação. Os itens foram divididos em lotes com as mesmas dimensões, acondicionadas individualmente em folder quatro abas em papel alcalino e em seguida os lotes acondicionados em caixas confeccionadas em papel micro ondulado, também, inerte e de qualidade arquivística.

Optou-se pelo uso de papel já que a instituição não possui sistema de refrigeração e o controle da umidade é feito de maneira intuitiva, através de verificações e consultas pontuais ao acervo, devido não possuir equipamentos específicos para esse fim. Após os processos de numeração, higienização, acondicionamento e estabilização do suporte as fotografias são digitalizadas e incluídas em banco de dados em suas respectivas fichas, são geradas duas cópias uma de guarda e outra para consulta, em formatos TIF e JPG respectivamente. A organização do acervo é imprescindível para que a instituição tenha controle das obras sob sua guarda, evitando roubos e perdas. Mas o principal objetivo do investimento em organização e conservação diz

respeito a acessibilidade desses documentos à sociedade da maneira mais clara possível.

Nesse sentido, a Coleção Fotográfica fica disponível a consulentes, somente, de forma digital. Os dispositivos de pesquisa são um arrolamento das imagens e o banco de dados, uma vez que, fisicamente o acervo é identificado, através de uma numeração. Considerando a fotografia enquanto documento e com um caráter polissêmico podendo pertencer a diversas séries ao mesmo tempo, essas possibilidades devem estar especificadas na ficha catalográfica. Para a salvaguarda da coleção foram adquiridos mobiliários, equipamentos de digitalização e materiais específicos de conservação fotográfica.

A partir das atividades que são desenvolvidas, como já exposto anteriormente, quando o IHGP recebeu a doação do acervo de Amyntas de Lemos, contendo um conjunto de fotografias expressivo foi pensada a criação de um novo fundo. Já que segundo a NOBRADÉ (BRASIL, 2006) o fundo é um corpo de documentos que possuem a mesma origem, nesse caso, o engenheiro como personalidade pública registrou momentos de sua vida pessoal e profissional. Demonstrando assim uma importante leitura visual para o entendimento da história do Pará, constituindo um corpo documental que caso fosse separado iria dissociar as informações necessárias para o entendimento do todo, da trajetória de vida de um indivíduo que se amalgamou com a trajetória da cidade.

A fim de disponibilizar para o pesquisador e a prática de outras ações a partir deste material, vem se desenvolvendo um esforço em conjunto tanto da instituição como de seus voluntários para o tratamento técnico e acondicionamento do acervo. A priori foi realizado um inventário descritivo para se ter controle das fotografias que se somaram ao acervo do IHGP e em se-

guida separou-se as fotografias que precisavam de pequenos reparos das que somente seriam higienizadas. Sendo apenas estas que estão recebendo tratamento para que haja mais celeridade no processo de conservação neste primeiro momento.

No seu processo de conservação, as fotografias recebem higienização a seco e aquosa (Figuras 5 e 6). A primeira consiste em uma higienização superficial, realizada com trincha eletroestática na emulsão e com pó de borracha no verso, com atenção para inscrições e qualquer marcação que porventura venha possuir. A segunda é a higienização aquosa na qual são realizados testes de solubilidade, uma vez que nesta modalidade é utilizada água deionizada ou desmineralizada e álcool 70° na emulsão da fotografia. Posteriormente a isso elas são acondicionadas em envelopes quatro abas feitos em papel alcalino (Figuras 7 e 8) para depois receberem um código e serem acondicionadas nas já referidas caixas de papel micro ondulado.

Figuras 05 e 06: Higienização a seco e aquosa do acervo Amyntas de Lemos



Fonte: Luis Augusto Barbosa, 2020.

Figuras 07 e 08: Acondicionamento das Fotografias



Fonte: Luis Augusto Barbosa, 2020.

O próximo passo a ser desenvolvido após o tratamento de todo o acervo, será, junto com a família do engenheiro identificar as fotografias, seus contextos de produção, quem está presente nelas e onde foram tiradas para que essas informações sejam inseridas no banco de dados para guarda da instituição e melhor subsidiar as atividades dos pesquisadores.

Assim o fundo fotográfico Amyntas de Lemos compõe a Coleção Fotográfica do IHGP com uma identidade própria. Isso é possível por possuir documentação comprobatória de sua doação, consiste em uma coleção composta por 179 imagens sobre diversas temáticas, nas quais é possível visualizar a trajetória pessoal do indivíduo, da sociedade na qual estava inserido e as mudanças ocorridas em diversos municípios do Pará, incluídas em um recorte temporal que vai de fins do século XIX até os anos 1940. Nesse período foi realizado o registro de sociedades indígenas no interior do Pará, a abertura de redes telegráficas e ferrovias, de ca-

samentos a atividades de lazer da família, ou seja, uma fonte de pesquisa ainda pouco explorada, porém com grandes potencialidades.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Norma Brasileira de Descrição Arquivística: NOBRADE Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020

FERREIRA, Rubens da Silva. A dimensão contemplativa do acesso à informação em uma coleção bibliográfica do século XIX a biblioteca do Barão de Guajará. Revista Digital de biblioteconomia e Ciência da Informação. Campinas, SP. v.18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8660790>. Acesso em 5 dez. 2020.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ. Histórico. Disponível em: <http://ihgp.net.br/principal/index.php/institucional/historico>. Acesso em 20 nov.2020.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ. Doação do acervo Amyntas de Lemos ao IHGP. Disponível em: <http://ihgp.net.br/principal/index.php/9-noticias/144-doacao-do-acervo-amyntas-de-lemos-ao-ihgp>. Acesso em: 05 dez. 2020.

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO PARÁ. Estatutos. Belém: 1900. Disponível em: <http://ihgp.net.br/principal/phocadownload/Documentos/estatutos/estatuto%201900.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO PARÁ. Catalogo dos objectos que figuraram na exposição realizada no salão do Theatro da Paz de 2 a 7 de dezembro de 1925 em homenagem ao centenario do nascimento do ex-Imperador, D. Pedro II. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodre, 1926

KOSSOY, Boris. Fotografia & História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

MORAES, Tarcisio Cardoso. A engenharia da história: natureza, geografia e historiografia na Amazônia. 2009, 148f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009. Disponível em: <http://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Ms%202007%20MORAES,%20Tarcisio%20Cardoso%20,%20A%20engenharia%20da%20hist%C3%B3ria>. Acesso em 20 nov. 2020.

SANTO, Ana Negrão do Espírito; BEZERRA NETO, José Maia. Arquivo Palma Muniz: um novo espaço para a pesquisa. Revista de História (USP), São Paulo, v. 138, n.138, p. 181-184, 1998. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18858/20921>. Acesso em 20 nov. 2020.

URUATAPERA. ALEPA celebra 117 anos do IHGP. 23 de abril de 2017. Disponível em: <http://uruatapera.blogspot.com/2017/04/alepa-celebra-117-anos-o-ihgp.html>. Acesso em: 20 nov. 2020.

**IMPrensa COMUNISTA E REVOLTA DE PORECATU:
UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS PRODUZIDOS SOBRE O CAMPONÊS
FRANCISCO BERNARDO DOS SANTOS (1950)**

Caroline Gonzaga

No *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR: Teresa Urban*, publicado em 2014, na área específica que trata sobre as graves violações de direitos humanos no campo, é possível encontrar o nome de Francisco Bernardo dos Santos. No referido documento, Francisco aparece na lista de camponeses mortos durante a Revolta de Porecatu (1944-1951). Ainda assim, ele não foi classificado como um dos líderes da revolta e o motivo de sua morte não foi esclarecido.

Sabendo do envolvimento do PCB na Revolta de Porecatu iniciou-se uma pesquisa em dois jornais do partido, *Voz Operária e Imprensa Popular*, com o intuito de buscar mais informações sobre os camponeses que estiveram envolvidos nesses conflitos: evidenciando aqui o personagem Francisco Bernardo dos Santos. Surpreendentemente, Francisco ganhou destaque em diversas reportagens que versam sobre seus últimos meses de vida. Por este motivo a baliza temporal do trabalho consiste, principalmente, no ano de sua morte: 1950.

Tomando como base as fontes hemerográficas, o presente trabalho busca questionar como se deu a construção de informações na imprensa comunista e quais seus interesses em divulgar a história de um camponês “comum”. Sendo assim, o objetivo principal é analisar os discursos jornalísticos produzidos sobre Francisco Bernardo dos Santos. Percebendo que este camponês ganhou o adjetivo de herói nos jornais do PCB busca-se também apontar qual a importância do herói para o Partido Comunista: considerando que es-

ses indivíduos despertam grande afetividade nas pessoas.

Para melhor localizar o leitor, este trabalho foi dividido em quatro partes: na primeira será exposta a história do Partido Comunista que, além de ter se envolvido na Revolta de Porecatu, também produziu as fontes que serão analisadas. A segunda parte trata de uma descrição mais detalhada da revolta para, em seguida, demonstrar como a imprensa comunista retratou o camponês Francisco Bernardo dos Santos. Por fim, na quarta e última parte, pretende-se fazer uma breve análise das fontes selecionadas para o trabalho.

A história do PCB

O Partido Comunista Brasileiro surgiu em 25 de março de 1922 por meio da 1ª Conferência Comunista do Brasil, contando com 73 filiados. Em junho do mesmo ano foi posto na ilegalidade pelo governo de Epitácio Pessoa. Segundo Gildo Marçal Brandão (1997, p. 23) este partido surgiu na esteira da Revolução de Outubro e foi automeado “Destacamento do Exército Internacional”, formado da junção de reduzido número de intelectuais e sindicalistas sem prévia experiência parlamentar e partidária.

O PCB teve uma trajetória conturbada no território brasileiro. Desde 1922, ano de seu nascimento, até 1985, ano de sua legalização definitiva, não chegou a atuar nem quatro anos como uma organização reconhecida (CODATO; KIELLER, 2008, p. 27). Ainda assim, considerando que no Brasil a atividade política havia sido sempre uma prerrogativa da elite, o Partido Comunista foi um dos raros exemplos onde a atividade política nasceu enraizada na economia e onde as massas tiveram a oportunidade de adentrar na vida política e partidária (BRANDÃO, 1997, p. 26).

Desde os primórdios do partido é possível perceber um forte apreço pelas obras de Lênin, bem como uma predileção pelos textos de Marx. Além disso, a organização de jornais – como *A Classe Operária* – que pudessem difundir as ideias do partido para os trabalhadores e intelectuais sempre foi um objetivo primordial para o PCB.

Em outubro de 1945 o Partido Comunista retomou sua legalidade e passou a empreender uma campanha para expandir seus membros. Devido à sua luta contra o nazifascismo durante a Segunda Guerra Mundial conquistou mais prestígio. A União Soviética, que era ligada ao PCB desde 1930 por meio da Internacional Comunista, começou a aparecer como herói após a guerra já que havia auxiliado os EUA na derrota da Alemanha nazista.

Também em 1945, Vargas prometeu convocar eleições. O general Eurico Gaspar Dutra, apoiado por Vargas, venceu a eleição presidencial pelo PSD (Partido Social Democrático). Nestas eleições o Partido Comunista conseguiu eleger um senador – Luiz Carlos Prestes – e mais 14 deputados federais. Segundo Cláudia Monteiro (2014, p. 98), as eleições de 1945 e 1947 foram umas das poucas em que o PCB pôde disputar com candidatos registrados em sua própria legenda, podendo também realizar campanhas eleitorais livremente.

Dutra, assumidamente anticomunista, optou pelo apoio aos Estados Unidos, fato que desagradou o Partido Comunista. A aproximação de Dutra com os EUA ocasionou vários reflexos da Guerra Fria no cenário brasileiro. Assim como no contexto mundial, o país também passou a se encontrar mais polarizado e as perseguições contra movimentos políticos de esquerda se acentuaram. Em linhas gerais, essa aproximação fez com que o país não conseguisse escapar da Guerra Fria e “no pós guerra, teve que andar na corda bamba

da conjuntura mundial sem rede de segurança” (BERSTEIN; MILZA, 2007, p. 116).

Em 1947 o PCB atingiu a marca de 200 mil filiados, porém, no dia 07 de maio do mesmo ano foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Por meio dos estudos de Marcos Gonçalves é possível compreender os motivos que levaram à cassação do partido:

O PCB foi enquadrado em quatro casos possíveis de cancelamento de registro de partidos políticos, conforme dispositivos constitucionais e legislação ordinária: 1) recebimento de contribuição pecuniária ou qualquer outro auxílio do estrangeiro; 2) recebimento de orientação político-partidária de procedência estrangeira; 3) manifestação, por atos inequívocos dos órgãos partidários autorizados e contra seu programa, de objetivos colidentes com os princípios democráticos; 4) atos inequívocos dos órgãos autorizados do PCB manifestando objetivos diversos do seu programa, colidentes com os direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição (GONÇALVES, 2004, p. 143).

Depois de 1947 o PCB passou a atuar numa condição de “semiclandestinidade”. Ainda assim se empenhou em conservar suas estruturas e promover publicações jornalísticas que foram distribuídas, ininterruptamente, até 31 de março de 1964 (CODATO; KIELLER, 2008, p. 28). Portanto, observa-se que o PCB manteve sua imprensa atuante como estratégia de disseminar sua posição ideológica. Levando em consideração que houve proibições de comícios e reuniões do partido, os jornais eram responsáveis por atingir as massas e levar aos trabalhadores e demais filiados suas pautas, seus anseios e suas ideias. Sendo assim, os jornais representam uma fonte profícua para reconstruir parte da história do PCB, bem como das demais pessoas ligadas a ele de alguma forma, como é o caso de Francisco Bernardo dos Santos.

A Revolta de Porecatu

Os conflitos na região de Porecatu, no norte do estado do Paraná, tiveram início em meados de 1940. Para compreender a natureza destes conflitos é preciso atentar para as medidas de distribuição de terras realizadas no Estado Novo, onde Getúlio Vargas lançou, em 1938, a *Marcha para o Oeste*. Esta estratégia de colonização tinha como objetivo principal ocupar o território nacional e fomentar uma produção de alimentos que atendesse às demandas das cidades. Sendo assim, o discurso do governo era de privilegiar a pequena propriedade, sem enfrentar diretamente os alicerces do latifúndio, e produzir novos atores sociais: uma classe média livre das oligarquias rurais e insensíveis às ideias subversivas da esquerda (FERREIRA, 1984, p. 66).

Por meio da marcha, trabalhadores foram convidados a se deslocarem para o norte do Paraná, onde teriam direito de adquirir até 200 hectares de terras devolutas, com o preço mínimo de 18 mil-réis o hectare. O pagamento seria feito em seis parcelas anuais: na primeira o morador receberia o título provisório de terras e na última o título definitivo de posse (OIKAWA, 2011, p. 51). A iniciativa de Vargas encontrou vários empecilhos no norte do Paraná, entre eles estão a expansão cafeeira, as grilagens de terras e as concessões em situações irregulares (FERREIRA, 1984, p. 66).

No ano de 1944, na região de Porecatu, houve a fundação de duas Associações de Lavradores, formadas por mais de 700 famílias cansadas de esperar as respostas do governo aos seus requerimentos e com o intuito de legalizar a posse de suas terras. Vê-se então que as disputas pela terra se iniciaram e que os camponeses viram cada vez mais a necessidade de se organizar (OIKAWA, 2011, p. 17).

Com o fim do Estado Novo, em 1945, a ideia de colonização proposta pela *Marcha para o Oeste* foi deixada de lado pelo governo Dutra. As terras ocupadas pelos camponeses de Porecatu, contando agora com benfeitorias como estradas e portos, passaram a despertar ainda mais interesse de políticos de latifundiários. Foi então que enormes áreas de terras foram vendidas deliberadamente para a formação de lavouras de café, com a promessa de que seriam entregues desocupadas de *invasores* (OIKAWA, 2011, p. 16).

Em 1948 Miguel Gajardoni, morador de Jaguapitã, convidou Manoel Jacinto Correia, vereador comunista em Londrina, para conhecer a resistência dos camponeses na região de Porecatu. O PCB decidiu se envolver nos conflitos e enviou armas, militantes e jornalistas para a região. Salienta-se ainda que foi nesse ano que o Partido Comunista lançou seu *Manifesto de 28 de Janeiro*. Nele, o partido fez uma crítica ao retrocesso nos direitos democráticos conquistados em 1945, acusando o presidente Dutra de ser submisso ao imperialismo norte-americano.

Na região de Porecatu, o Partido Comunista tentou implantar uma prática de aliança e apoio entre operários e camponeses. Para elucidar essa tentativa do partido é possível citar duas reportagens produzidas pelo jornal *Voz Operária*. Na primeira delas, publicada em 1949, lê-se “os camponeses contam com suas próprias forças, a força de sua organização e a solidariedade do proletariado”. Já na segunda reportagem, publicada em 1950, pode-se perceber um chamado para que a solidariedade entre operário e camponês passe também para o campo das ações práticas: “solidariedade financeira com a coleta do dinheiro (...) a fim de que as famílias passem menos privações”.

Em 1950, ano da morte de Francisco Bernardo dos Santos, o meio rural paranaense já estava extre-

mamente conturbado. O governo do estado assumia a defesa da propriedade territorial e da especulação imobiliária, tratando os posseiros como caso de polícia (FERREIRA, 1984, p. 73). O conflito na região durou até 1951 quando toda a guerrilha foi desarticulada pela polícia e agentes do DOPS (Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social). Vários camponeses que haviam se envolvido nos conflitos foram presos e muitas famílias foram obrigadas a deixar suas terras.

A trajetória de Francisco Bernardo dos Santos por meio dos jornais comunistas

Para este ponto do trabalho foram analisados dois jornais do Partido Comunista – *Voz Operária* e *Imprensa Popular* – ambos editados no Rio de Janeiro e disponíveis online por meio da Hemeroteca Digital. Procurou-se, num primeiro momento, tratar do assassinato de Francisco Bernardo dos Santos. Em seguida buscou-se questionar o motivo que levou a imprensa comunista a noticiar sua história de maneira abrangente e heroicizada.

O camponês Francisco Bernardo dos Santos apareceu pela primeira vez no jornal *Voz Operária* em março de 1950. Nesta reportagem vê-se que Francisco estivera em São Paulo e Rio de Janeiro buscando providências contra o latifundiário Lunardelli e o governador Moisés Lupion que pretendiam expulsar 600 famílias camponesas no norte do Paraná. Conta-se também que Francisco chegou na região por volta de 1942, ocupando terras devolutas. Sua família, junto com outras famílias camponesas, derrubaram a mata, plantaram roçados e criaram pequenos núcleos habitacionais. Após esse trabalho, o latifundiário Lunardelli apareceu reclamando a propriedade sobre as terras. Ele ofereceu aos camponeses indenizações irrisórias pelas benfeito-

rias realizadas, que não foram aceitas pela população. Quando esses camponeses negaram os acordos com o latifundiário, começaram as violências e perseguições. A reportagem descreve ainda que no dia 31 de janeiro de 1950, durante a madrugada, Francisco teve sua propriedade invadida por praças e jagunços. Com medo de ser assassinado, ele fugiu. Quando chegou no Rio de Janeiro tentou pedir ajuda à deputados e ao próprio presidente Dutra, ação que não obteve resultados.

Em maio de 1950 o jornal *Voz Operária* noticiou o assassinato de Francisco Bernardo dos Santos, que ocorreu no dia 17 de abril de 1950. É nesta reportagem que Francisco passou a ser visto pela imprensa comunista como um líder camponês. Os escritores do jornal afirmaram que os latifundiários tentaram comprar os camponeses, mas que ao lado deles estava Francisco, que havia servido ao exército e tinha compreensão de seus direitos. Vê-se ainda que a imprensa do PCB expressou ideias e anseios de Francisco que muito se assemelham à luta contra o governo Dutra expressada no *Manifesto de 28 de Janeiro de 1948*, produzido também pelo PCB. Na reportagem pode-se ler: “Mas Francisco Bernardo logo compreendeu o que era este governo com seus deputados e senadores: um governo contra os trabalhadores e o povo”.

No mesmo mês e ano o jornal *Voz Operária* escreveu mais uma reportagem sobre Francisco. Nela podemos compreender que, após fugir para o Rio de Janeiro, Francisco decidiu regressar para o Paraná. No caminho da volta foi preso, amarrado em um tronco de árvore em praça pública e, por fim, foi fuzilado por ordens do latifundiário Geremia Lunardelli. Segundo o jornal, Lunardelli contribuía para a base econômico semifeudal em que se apoiava o governo Dutra.

Em outubro de 1950, seis meses após a morte de Francisco, o camponês voltou a ter destaque no jor-

nal *Voz Operária*. Mais uma vez a imprensa do PCB fala dos sentimentos de Francisco, que continuam tendo singularidades com os discursos adotados pelo partido no período, ainda mais considerando que em 1950 o partido lançou o *Manifesto de Agosto de 1950*. Na reportagem é possível ler: “Só encontrou a mais clara demonstração de que este governo é o governo dos grileiros e latifundiários. Inimigo mortal dos camponeses e de todos os trabalhadores”.

No dia 31 de março de 1951, um ano e um mês após o assassinato, o jornal *Imprensa Popular* vinculou uma grande reportagem sobre o filho de Francisco Bernardino dos Santos. Trata-se de um diálogo de Carvalho, filho do posseiro, com um advogado da família Lunardelli. O jornal afirma que a reportagem tem como objetivo desmascarar a Comissão de Terras formada pelo governador Bento Munhoz da Rocha, que prometeu regulamentar as posses na região de Porecatu, mas não tomou medidas concretas. Nela, Francisco recebe o adjetivo de herói.

A última reportagem do periódico *Imprensa Popular* que fala sobre Francisco data de 26 de junho de 1951. Esta reportagem dá mais detalhes sobre a morte do camponês. Conta que ele travou uma luta armada contra os jagunços de Lunardelli e os soldados de Lupion antes de fugir para o Rio de Janeiro e afirma que em Regente Feijó foi preso pela polícia e entregue pelo Tenente Paredes ao jagunço Celestino, chamado de bandido pelo jornal, que teria o assassinado após deixá-lo vinte dias amarrado no fundo de um jipe.

Uma breve análise das fontes

Segundo o autor Dênis de Moraes, que escreveu sobre a imprensa comunista, a ideologia tem a ver com o poder da consciência, dos signos e dos conceitos. Sua

função explícita é apresentar como universal o ponto de vista particular de uma classe (MORAES, 1994, p. 23). Isso explicaria porque os jornais do PCB afirmavam que Francisco tinha certeza que o governo Dutra era um governo de traição nacional, o que pode representar uma tentativa do PCB em colocar as ideologias de seus manifestos como sendo um ponto de vista de todos os trabalhadores, fossem eles da cidade ou do campo.

Levando em consideração que a ideologia resulta da práxis social, decorrendo das condições objetivas da existência dos indivíduos, ela tem como papel impedir que a dominação seja percebida em sua realidade concreta (MORAES, 1994, p. 23). Partindo do pressuposto de que as relações de poder são plurais e não é apenas a classe dominante que exerce influência sobre os indivíduos, pode-se observar que o PCB também buscava obter esta influência. Em todas as passagens onde falam por Francisco Bernardo dos Santos e colocam como dele os interesses do partido, pode-se observar uma busca por disseminar sua ideologia entre os camponeses, disfarçada de ideias que provinham de um camponês. Desse modo a dominação passaria despercebida e muitos poderiam adotar essas ideias por identificação com alguém mais próximo de sua realidade social.

Sendo assim, “não há conhecimento neutro, pois ele sempre traduz a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a formação social num discurso próprio” (MORAES, 1994, p. 25). Isto contribui para que não seja possível ver os discursos da imprensa comunista como sendo imparciais. Atenta-se ainda para o fato de que a imprensa comunista, apesar de não ser um partido político, comporta-se como se fosse. É por esse motivo que expressa por meio de seus jornais programas ideológicos. O controle das infor-

mações baseia-se na “teoria sobre os fatos”, onde as operações discursivas são filtradas e reenquadradas em sintonia com conveniências particulares (MORAES, 1994, p. 47).

Infere-se, portanto, que não é possível saber se as aspirações e anseios que os jornais comunistas alegavam ser de Francisco Bernardo dos Santos são de fato reais. Mas é possível perceber a nítida manipulação em enquadrar uma história particular em interesses gerais do PCB, pois, segundo Dênis de Moraes (1994, p. 50) a mídia comunista não foge à regra das demais mídias: reelabora o mundo em razão de imperativos político-ideológicos, códigos de comunicação, normas técnicas, circuitos tecnológicos e sinalizações mercadológicas.

Tratando agora sobre a imagem de herói que o PCB tentou construir em torno de Francisco Bernardo dos Santos, pode-se destacar que a vida imaginária é composta por elementos como desejo, mitos, símbolos e ritos que originam a vida real, tornando a realidade algo que pode ser objetivado. Desse modo, construir mitos como o dos heróis contribui para a constituição de um imaginário social que exerça fascínio sobre nós. Também ajuda as sociedades a construírem projetos existenciais futuros (ARRUDA, 1994, p. 79, 83).

Vê-se ainda que o imaginário envolve representações, e as representações dão sentido ao mundo. São construídas a partir do real e introjetadas social e historicamente no inconsciente coletivo (VIGÁRIO, 2009, p. 5). Sendo assim, pode-se observar que os mitos e figuras heroizadas criadas pelo PCB tinham por objetivo introduzir certas ideologias no imaginário social brasileiro, com o disfarce da aproximação que figuras carismáticas podem despertar.

Nesse sentido a constituição do imaginário se dá num ciclo: uma pessoa ou um grupo de pessoas cria mitos e figuras heroicas, a população se identifica

com as figuras criadas, as figuras criadas disseminam certas ideologias, a população toma essas ideias como suas e as mesmas ideias beneficiam a visão de mundo daqueles que construíram os mitos e heróis.

Por fim, é a afinidade ou solidariedade entre membros de um determinado grupo que cria mecanismos de identificação entre os mesmos. Um desses mecanismos é a construção de heróis, que carrega consigo um caráter afetivo. Nesse sentido, o vínculo de solidariedade favorece a projeção do líder como elemento de união. Quem o observa constrói uma satisfação narcísica reprimida: contemplam aquilo que ambicionam ter em si mesmos (MORAES, 1994, p. 96). Por esse motivo era importante para o PCB construir um líder local para a Revolta de Porecatu – os camponeses, que não se viam como pertencentes ao partido, necessitavam de um símbolo mais próximo, um indivíduo que espelhasse suas próprias vidas e os instigassem a se unir em torno de objetivos comuns. Além disso, a criação de heróis auxilia para que as ideologias passem despercebidas e sejam assimiladas de forma mais branda por diferentes grupos sociais.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Francimar. A questão do imaginário: a contribuição de Sartre. In: Revista Em Aberto, Brasília, ano 14, n. 61, jan/mar. 1994.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. História do século XX: volume 2: 1945-1973. O mundo entre a guerra e a paz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANDÃO, Gildo Marçal. A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (org.). Velhos Vermelhos: História e memória dos dirigentes comunistas no Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná: Região de Porecatu 1940-1952.

Dissertação de mestrado em História: UFPR, 1984.

GONÇALVES, Marcos. “Os arautos da dissolução”: Mito, imaginário político e afetividade anticomunista. Brasil 1941-1947. Dissertação de mestrado em História: UFPR, 2004.

GONZAGA, Caroline. “Somos muitos Franciscos iguais em tudo e na sina”: violência, resistência camponesa, Revolta de Porecatu e micro-história. Dissertação de mestrado em História: UFPR, 2020.

MONTEIRO, Claudia. Política entre razão e sentimentos: A militância dos comunistas no Paraná (1945-1947). Tese de doutorado em História: UFPR, 2014.

MORAES, Dênis. O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1994.

OIKAWA, Marcelo. Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIGÁRIO, Jacqueline. História e imaginário. In: II Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG/UCG, 2009.

O VESTUÁRIO LITÚRGICO LONDRINENSE COMO ACERVO E DOCUMENTO NA HISTORIOGRAFIA

Daniele Caroline Antunes

Introdução

O museu é um lugar de conhecimento, capaz de estabelecer uma intermediação institucionalizada entre indivíduos e a cultura material, um lugar que induz o olhar e mostra a sociedade como um organismo vivo, através das transformações, produções e reproduções, de produtos da ação humana que geram e transformam o meio social, o que contribui para o desenvolvimento da consciência histórica. O objeto musealizado, o qual pode ser: artefatos, roupas, utensílios, entre outros, se transformam em documentos, ou seja, lhe são atribuídos uma nova significação e perdem a serventia para qual foram criados, como por exemplo, a roupa deixa de ser um objeto vestível e se torna fonte documental (MENESES, 1992).

As vestes musealizadas podem ser vistas como fonte histórica por meio da realização de estudo da relação de objetos com os aspectos da esfera social de características e valores, que carrega parte da história das relações humanas que podem levar a hipóteses e à compreensão da história social (ROCHE, 2000). É uma fonte capaz de trazer significados e simbologias que podem variar de um determinado lugar e tempo, por meio do diálogo entre contexto e objeto (MILLER, 2013).

O vestuário tende a ser pensado como um artefato de revestimento do corpo, que primeiro apresenta característica funcional, como o vestir para se proteger do frio ou para se adaptar ao calor, e ao longo da sua trajetória incorpora sentidos e estruturas, que dão novas inter-

pretações, que ajudam a tornar compreensível o mundo social e os indivíduos, como por exemplo, a crença, a estética, a uma tendência ou ocasiões (BITTENCOURT, 2009).

A roupa passa por transformações no decorrer de sua vida social, possuindo uma biografia, e assim, apresenta informações históricas, como um suporte de informação e propriedades portadoras de sentido. O artefato como documento repassa informações de pessoas, produções, processos, identidade, circulação, atributos físico-químicos, matéria prima, técnicas, processamento, relacionado a um ambiente social (MENESES, 1998). Além de ressaltar um processo produtivo vinculado às questões sociais, econômicas e culturais, relacionadas às mudanças sociais e aos *status* (BRAUDEL, 2005).

O pesquisador e professor, Jules Prown, em sua obra *Mind in matter* (1982), ao escrever sobre o vestuário, propõe um estudo que compõe três estágios: observação, dedução e especulação. O primeiro consiste em fazer observações físicas contidas na peça, em uma análise substancial e formal. Em um segundo momento, busca a realização de pequenas associações, geradas a partir da observação, interpretando as ideias que nascem da interação objeto e do observador, apresenta um caráter sensorial, intelectual e emocional. Por fim, o último passo consiste em levantar hipóteses, questões derivadas do objeto, resultado das duas primeiras etapas, a partir de introduções de outras fontes de pesquisa para que sejam testadas e validadas historicamente, assim esta etapa propõe a formulação de uma hipótese, análise quantitativa, estatística e iconológica (PROWN, 1982).

Para este artigo, será destacado e abordado a primeira etapa, a observação, que consiste em relatar as questões físicas visíveis. Essa é uma etapa importante por apresentar uma prévia da conservação preventiva,

além de colaborar para o entendimento e contextualização da veste a ser estudada. Assim, o presente artigo propõe compreender o que constitui o acervo de roupa religiosa do Museu Histórico de Londrina, dentro da perspectiva de informações técnicas, como: material, cores, formas e símbolos, informações de doação e condições atuais da peça.

Breve contextualização histórica da veste litúrgica

As vestes litúrgicas, se desenvolveram a partir dos trajes seculares do Império Romano, tinham uma estética semelhante com a túnica branca usada pelos gregos e romanos (LEVENTON, 2009), com as invasões bárbaras, os romanos acabaram adotando as roupas curtas de seus invasores, mas, enquanto estes adotaram as roupas, os membros do clero permaneceram fiéis à tradição na qual usavam vestes amplas e longas, algo muito semelhante à túnica hoje usada pelos sacerdotes sob a estola e a cásula (LESAGE, 1959).

Foi no período carolíngio, entre os séculos XII e XIII que os paramentos se consagraram próprios e de uma ordem mais definida e com a aparência semelhante que se conhece hoje (VALE, 2016), se tornando complexas, hierárquicas e associadas ao místico e sagrado, que com o tempo foram completados por um adorno de cabeça, acessórios e peças superiores (LEVENTON, 2009).

Segundo Freire e Vale (2014), desde quando os trajes religiosos se tornaram reconhecidos oficialmente, segundo alguns autores, no ano de 581, no Concílio (Sínodo) de Gália, as roupas sofreram algumas mudanças em sua característica estética e na matéria-prima, como a utilização de novas técnicas e materiais, porém foram mudanças pequenas que se desenvolveram

de forma lenta e sem causar rupturas, relacionadas às mudanças e as normas sociais, econômicas e culturais, como a separação entre o Estado e a Igreja, Leis Santuárias, Concílios de Trento e Vaticano II.

As vestes religiosas têm como principal característica sua função simbólica, que é comum em toda ação litúrgica, que resultou na diversidade da peça, como as diferentes formas, cores e ornamentos, que compreende o uso às regras de institutos religiosos (VALE, 2016). Assim, uma roupa litúrgica traz a ideia associativa com Cristo e a aproximação com o ser divino, principalmente por meio da transmissão dos símbolos, presente em todos os tempos relacionados à fé cristã desde a sua origem, que compõe a estética da roupa (FREIRE E VALE, 2014).

Londrina: o catolicismo, arquidiocese e as vestes litúrgicas

Para se compreender melhor o contexto das roupas litúrgicas acervadas no Museu Histórico de Londrina, tem-se a necessidade de buscar uma breve pesquisa histórica do local em que as vestes foram usadas e consequentemente, por quem foram doadas, a Arquidiocese de Londrina, bem como os Bispos que aqui celebravam e usavam, como Dom Geraldo Fernandes, na década de 70.

As origens do poder de influência da Igreja Católica no município de Londrina, inicia-se em 1934, quando surgiu a primeira diocese, a Paróquia de Londrina em 03 de março, pelo município de Jacarezinho e também pelo seu bispo Dom Fernando Taddei, considerado patrono da comunidade o Sagrado Coração de Jesus. Em 1957, Dom Geraldo Proença Sigaud foi nomeado o primeiro Bispo, assim, Londrina deixa de ser subordinada à diocese de Jacarezinho. Nesse período, a cidade buscou

fortalecer seus laços de convivência com as famílias detentoras de posses, propriedades e poder, as quais engajaram-se espontaneamente nas obras assistenciais da cidade, assim o catolicismo foi concedido, já que estes, exprimiam os mesmos ideais de crença, política e social, perceptível até os dias de hoje (SILVA, 2000).

Em 31 de outubro de 1970, a Diocese de Londrina foi elevada ao nível de Arquidiocese e Dom Geraldo Fernandes Bijos se tornando o primeiro Arcebispo de Londrina. Já em 1980, ocorre a primeira troca de Arcebispos, de Dom Geraldo Fernandes por Dom Geraldo Majella Agnelo, que permaneceu como Arcebispo da cidade até 1992, em seguida, por Dom Albano Cavallin. Atualmente a Arquidiocese está sob os cuidados de Dom Geremias (ARQUIDIOCESE DE LONDRINA, 2020).

Com o passar das décadas, diversas instituições católicas foram se instalando pela cidade, de aproximadamente 79 templos, além de pessoas associadas a ela, consolidando-se a religião tradicional da cidade (BARROS et al., 2008).

O acervo de moda litúrgica Museu Histórico de Londrina

O Museu possui um acervo de vestes litúrgicas que contém trajes de clérigos católicos, usados em missa e em cerimônias na cidade de Londrina referentes às décadas de 60, 70 e 80, totalizando aproximadamente 113 itens, sendo esses: 36 trajes e 77 acessórios. Após os anos de uso, possivelmente algumas foram usadas pelo Arcebispo Dom Geraldo, sendo doadas pela Arquidiocese de Londrina com o objetivo de preservar a memória delas. As peças estão em um bom estado de conservação e se encontram guardadas na sala de acervo da Reserva Técnica. Cada uma apresenta detalhes específicos de bordados, o que mostra uma grande variedade de sig-

nos, símbolos e representações, além das diversas cores da qual as roupas foram confeccionadas.

Os modelos vestíveis que estão no museu são: sobrepeliz; dalmática; batina ou sotaina; capa de asperges e cásula, que possui dois modelos, a romana e a gótica. Podem-se citar os diferentes tecidos e materiais que foram importados da Europa, como o algodão, o linho, o brocado, a seda e a renda, que, ao chegarem à cidade de Londrina, foram confeccionados e bordados por freiras que aqui residiam, especificamente no Sagrado Coração de Jesus. A produção foi manual, nas mais diversas cores, como: azul, vermelho, roxo, amarelo ou dourado, verde, laranja, preto, vinho, marrom, cáqui e branco.

Cada uma apresenta detalhes específicos de bordados, por isso o acervo conta com uma grande variedade de signos, símbolos e representações, como: IHS, peixe, cálice, uva, ramos, folhas e flores, cruz, coração, olho da providência, trigo, PX, Cristo, mandamentos, tigelas e os arcos e círculos.

As vestes: sobrepeliz, capa de asperges, dalmática, batina ou sotaina e cásula gótica e romana e suas formas, cores e condições atuais

Sobrepeliz: uma peça que possui a modelagem de um vestido com mangas compridas e largas, semelhante a uma alva, no Museu constam seis modelos na cor branca, todas possuem detalhes, sendo quatro modelos com rendas detalhadas com nichos de ramos, flores, cruz, sagrado coração de Jesus, pomba e a letra H, detalhadas nas extremidades da peça como nos punhos e na barra do comprimento, duas sobrepeliz possuem bordados, uma mais simples e a outra com bordados de ramos e flores. As peças foram confeccionadas em linho ou algodão e estão em um bom estado de conservação, apenas apresentam amarelamentos em alguns pontos

do tecido. Não possuem aviamentos, são vestidas pela cabeça, algumas possuem amarrações na região do pescoço. Podem ser usadas em corais na celebração e por sacerdotes por cima da batina.

Capa de Asperges: em primeiro lugar, é usada pelo sacerdote, dentro ou fora da igreja, em procissões e para aspergir (jogar) a Água Benta ao povo. Dentre as capas, é possível encontrar uma na cor verde, duas capas em preto e duas em roxo, totalizando cinco capas, todas, em um bom estado de conservação, confeccionadas em algodão, com uma modelagem de uma capa comprida longa, com mangas, abertura na frente e um bolero nas costas. A peça não possui aviamentos. Todas possuem bordados em linha prata e dourado e apresentam pelo menos um dos símbolos bordados seguintes: cruz, IHS, peixe, ramos, formas circulares e ornamentos. Essa é possivelmente uma das peças usadas pelo Arcebispo Dom Geraldo.

Dalmática: uma peça semelhante à um vestido longo com abertura nas laterais e com mangas largas e curtas, o Museu apresenta seis modelos, todas bordadas em dourado ou prata com símbolos como: ramos, uvas, folhas, IHS, cruz e ornamentos sinuosos e ondulados. As vestes se encontram nas cores: vermelho, preto, amarelo/dourado, roxo e branca. Três modelos possuem tecidos estampados, ou seja, a trama e o urdume possuem construções de detalhes em seda, os outros modelos foram construídos em cores sólidas. Apenas um dos modelos possui abertura frontal, os demais são vestidos pela cabeça e possuem uma fenda em cada lateral da peça, apresentam recortes e bordados nas costas, frente e mangas, estão em um bom estado de conservação e não possuem aviamentos. As peças possuem referências com o modelo italiano e são usadas por diáconos nas celebrações.

Batina: um traje tradicional eclesiástico, um vestido longo, de mangas compridas, o Museu apresenta um modelo em tecido preto sem detalhes ou bordados na cor preta, essa cor é usada para um clérigo de nível inferior. Esta peça possui trinta e três botões, que de acordo com a simbologia é um número específico, pois é relacionado a idade de Cristo. A peça se encontra em um bom estado de conservação e foi confeccionado possivelmente em algodão.

Cásula Gótica: é uma capa arredondada, com abertura nas laterais e espaço para a cabeça, o Museu apresenta três modelos, nas cores: marrom, branco e preto, em seda, todas possuem detalhes na parte frontal e nas costas e um recorte em todo o comprimento na parte central com tecido acetinado ou algodão. Os recortes centrais possuem bordados, como: tábuas com o n° 10 (representando os dez mandamentos), uma tigela, cruz, círculos, IHS, trigo, palavras em latim: “*non vita mutatur tollitur*”, frase “creio, amo, espero”. As peças estão em um bom estado de conservação e não possuem aviamentos. A cásula, tanto o modelo gótico como o romano tende a ser usada pelo sacerdote durante a celebração.

Cásula Romana: possui a forma de um colete, com abertura nas laterais, sem manga e abertura para a cabeça, no Museu, constam quatorze modelos nas cores: preto, roxas, vermelhas, laranja, caqui, vinho e verde. Todas possuem detalhes ou recortes de uma cruz na frente, algumas possuem tecido com bordados dos signos: PX, IHS, ramos e flores, trigo, olho da providência e imagem de Cristo. As peças estão em um bom estado de conservação e não possuem aviamentos.

Considerações finais

O catolicismo se mostrou presente desde o desenvolvimento da cidade de Londrina, quando os primeiros moradores chegaram com a Companhia de Terras do Norte do Paraná. Assim, a colonização da cidade se desenvolveu junto ao catolicismo e com o passar dos anos foi se construindo igrejas e recebendo Padres e Bispos. As vestes religiosas acervadas refletem essa ideia da importância da religião e se tornam objetos memoriais e documentais, capazes de produzir inúmeros símbolos e significações, quando relacionadas ao lugar social e ao tempo no qual foram produzidas.

Como parte inicial da pesquisa, a identificação das peças pode ser considerada uma etapa muito importante já que revela técnicas e informações que servem para contextualizá-las, que vão servir como base para os próximos passos da pesquisa. Essa primeira etapa se deu pela metodologia aplicada por Jules Prown, em que o autor aponta essas identificações como o primeiro passo a se desenvolver diante dos estudos da roupa como cultura material, que ainda serão mais aprofundadas, como levantamento de informações sobre a costura e a elaboração de fichas técnicas das peças. Posteriormente, no contexto da continuidade da pesquisa, serão realizadas metodologias que girem em torno de uma etnografia, circulação e representações simbólicas até sua função musealizada, com base em autores como: Daniel Roche, Arjun Appadurai, Kopytoff, Ulpiano de Meneses e Roger Chartier.

Referências Bibliográficas

ARQUIDIOCESE DE LONDRINA (Londrina). História. 2020. Disponível em: <http://arquidioceselondrina.com.br/historia/>. Acesso em: 22 out. 2020.

BARROS, Omar Neto Fernandes et al. Religiosidade. Atlas Ambiental da Cidade de Londrina, Londrina, nov. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/SOCIAL/RELIGIOSIDADE.htm>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BITTENCOURT, José Neves. As coisas dentro das coisas: uma reflexão sobre museus, artefatos e coleções. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATAO, Leandro Pena (Org.). Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 17-31.

BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo-séculos XV-XVIII: As estruturas do cotidiano. Volume 1. SP: Editora Martins Fontes, 2005.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro; VALE, Renilda Santos do. Trajes sagrados: Origem, história e significados. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA - SEBRAMUS, I SEBRAMUS, 1., 2014, Belo Horizonte. Anais ... Belo Horizonte: Sebramus, 2014. p. 308 - 317. Disponível em: <http://www.sebramusrepositorio.unb.br/index.php/1sebramus/1Sebramus/paper/view/461>. Acesso em: 23 jan. 2020.

LESAGE, Robert. Vestes e objetos litúrgicos. São Paulo: Flamboyant, 1959.

LEVENTON, Melissa. História ilustrada do vestuário: um estudo da indumentária, do Egito antigo ao final do século XIX, com ilustrações dos mestres Auguste Racinet e Fiedrick Hottenroth. São Paulo: Publifolha, 2009.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Como explorar um museu histórico. São Paulo: Museu Paulista, Universidade de São Paulo, 1992.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.89- 103, 1998.

MILLER, Daniel. Treco, troços e coisas: Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro, 2013.

PROWN, Jules. Mind in matter: An Introduction to Material Culture Theory and Method. Winterthur Portfolio, 1982.

ROCHE, Daniel. História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Tradução: Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SILVA, Claudia Neves da. O Processo de consolidação da igreja católica no município de Londrina (1934 - 1957). *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 2, n. 2, p. 259-274, jan. 2000. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n2_igreja.htm. Acesso em: 22 out. 2020.

VALE, Renilda Santos do. *Memória da fé: a coleção de paramentos litúrgicos do museu do traje e do têxtil da fundação instituto feminino da Bahia*. 2016. 235 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Museologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/22657/1/Mem%C3%B3ria%20da%20F%C3%A9.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

**O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO BAIXO AMAZONAS
(CDHBA): TRAJETÓRIA, POTENCIALIDADES E CONTRIBUIÇÃO
PARA A SOCIEDADE**

**Duci Alves de Matos
Ivonely de Brito Pereira**

Trajétória do CDHBA

O objetivo deste artigo é apresentar o Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA), ressaltando suas potencialidades para o desenvolvimento da pesquisa histórica na região, e a relevância de suas contribuições para a sociedade. O CDHBA está vinculado ao curso de licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), e funciona nas dependências desta instituição, sendo o seu acervo documental composto, quase que exclusivamente, pelos documentos pertencentes ao poder judiciário, uma vez que, a sua origem resulta de um acordo firmado em 2013 entre a UFOPA e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Comarca de Santarém.

A criação de centros documentais e de memória junto às universidades no Brasil, não é uma novidade, visto que essa “foi uma solução encontrada, em diferentes regiões do país, para a iminente destruição e imensas dificuldades de acesso às fontes primárias” (REGINALDO, 2009, p.90). No caso da instituição em questão, sua origem resulta da constatação por parte de alguns professores da UFOPA acerca da importância histórica do acervo pertencente ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará-Comarca de Santarém, e do risco iminente de perda diante do mau acondicionamento em que se encontrava, devido à impossibilidade do órgão que o produziu em tratá-lo adequadamente.

A princípio, as atividades foram iniciadas somente no ano de 2014 (SOUSA; MATOS, 2014) quando o trabalho desenvolvido consistia então, na identificação, higienização e inserção prévia em uma tabela. Para isso contava, além da participação dos professores do curso de História, com 6 bolsistas de graduação, que haviam recebido prévio treinamento acerca das atividades a serem desenvolvidas, os trabalhos eram efetuados em uma sala com duas repartições, uma onde ficavam os documentos e a outra onde os bolsistas realizavam os trabalhos. O CDHBA hoje funciona em um espaço maior, porém, de acordo com o atual coordenador Gefferson Ramos Rodrigues (2020, p.15), algumas problemáticas persistem como a falta de um “orçamento fixo, limitação de equipamentos, variação no número de bolsistas”, o que revela que embora melhorias tenham ocorrido, ainda não se encontra no estado ideal, considerando-se os trabalhos que estão sendo desenvolvidos e a importância do acervo sob sua guarda. Uma grande contribuição para o ordenamento das atividades do CDHBA são os projetos e parcerias firmadas; destacaremos aqui, somente algumas delas.

Rodrigues (2020) pontua a parceria firmada em 2016, com a Unité Mixte de Recherche 208 Patri-moines locaux et gouvernance (UMR 208 PALOC), de Paris. Além dessa, destaca-se também, o convênio em 2018, com a Embaixada no Brasil do Grão-Ducado de Luxemburgo, de modo que, o CDHBA recebeu uma importância em dinheiro para o cobrimento de despesas com materiais e bolsistas, além de adquirir máquinas para o processo de digitalização das documentações.

Em 2020, foi aprovado o projeto de “Digitization of Justice court files under authoritarian regimes in Amazonia” junto ao MEAP (Programa de Arquivos Modernos em Perigo, em tradução livre), coordenado pela Biblioteca da Universidade da Califórnia, nos Es-

tados Unidos (UFOPA, 2020b).

Ainda em 2020, houve a aprovação de outro projeto, dessa vez, junto à Fundação Gerda Henkel, da Alemanha, com o CDHBA em parceria com o Conselho Comunitário de Arapixuna e com a Associação Cultural Obidense (ASCOB), de modo que está prevista a criação de dois Centros de Memória e Meio Ambiente na Amazônia, um no município de Óbidos e outro em Arapixuna, distrito de Santarém, tendo sido disponibilizada a quantia de cento e treze mil e trezentos e cinquenta e sete euros para o seu desenvolvimento (UFOPA, 2020a).

Os projetos e parcerias permitiram a compra de maquinários e o pagamento de bolsas dos acadêmicos, contribuindo de maneira significativa para a manutenção e desempenho das atividades do CDHBA. A presente discussão expressa o reconhecimento acerca da importância desse tipo de parcerias e incentivos, fato que demonstra, por outro lado, a falta de interesse por parte do poder público em investir em tais instituições, no entanto, essa questão, por escapar à proposta inicial deste artigo, não será contemplada na referida abordagem.

Potencialidades do acervo documental para a pesquisa histórica

O que costumamos tratar por documentos históricos, não tem em sua origem a função de servir de fontes para a pesquisa.

Nascidos como instrumentos essenciais para o funcionamento dos órgãos públicos e das organizações, os documentos de arquivo por eles produzidos/acumulados, passada a utilização vinculada às estritas razões que lhe deram origem [...] serão preservados [...] para que sejam destinados à pesquisa científica, à herança cultural e ao testemunho social (BELLOTTO, 2002, p.8).

E embora a sua função inicial tenha sido a de atender as especificidades do funcionamento do órgão responsável por sua procedência, os acervos documentais do judiciário, oferecem imensuráveis possibilidades para pesquisa para aqueles que os elegem como fonte.

Sidney Chalhoub (2017) destaca que a pesquisa envolvendo esse tipo de fontes cresceu principalmente a partir da década de 1970, no bojo dos movimentos sociais e de uma maior relação entre pesquisadores no âmbito internacional, de maneira que, será atribuída maior importância a esse tipo de documento, tanto para se trazer à tona novas abordagens e novos sujeitos, quanto para reinterpretar o que era posto pelas análises tradicionais.

Entre as possibilidades de pesquisa utilizando fontes judiciais, estão os testamentos e inventários de bens, que como pontuado por Carlos Bacellar (2008), são importantes para se tratar temáticas, tais como: manifestações da religiosidade, distribuição de patrimônio, riquezas, dote, e sobre escravidão negra. De acordo com Rodrigues, a partir de sua experiência no CDHBA:

Os inventários são, a propósito, uma das fontes mais consultadas, quando comparados com os processos-crime, por exemplo. Luziane Nair Lobato dos Santos, ex-aluna do curso de História da UFO-PA, também tem se utilizado deles para realizar sua dissertação de mestrado, “Famílias escravas na Santarém oitocentista: relações de compadrio e negociações (1871-1888)”, em curso na Universidade Federal do Amazonas, trabalho iniciado também em 2016 (RODRIGUES, 2020, p.14).

Os autos crimes e cíveis também são de extrema valia, pois permitem vislumbrar vários aspectos da sociedade, “desde as atividades mercantis, as relações de solidariedade e sociabilidade entre vizinhança e atos

do cotidiano” (BACELLAR, 2008). Podemos destacar aqui os trabalhos já realizados no âmbito da graduação da UFOPA, que utilizaram-se de autos crimes como fontes: “Crimes Cabanos” na região do Baixo Tapajós: análise de fontes documentais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Fórum de Santarém (1834-1840) e “Os rastros deixados pelo crime: um estudo das mulheres defloradas na comarca de Santarém-PA (1900-1920)” das egressas do Curso de História Fabíola Caroline Siqueira Araújo e Andrecy Nancy, respectivamente. Tais análises foram realizadas apenas com uma pequena parte dos documentos que já haviam sido identificados e que, portanto, estavam disponíveis para a pesquisa, mesmo assim, são reveladores do enorme potencial do CDHBA, para inúmeras outras possibilidades de temas a serem explorados a partir das fontes encontradas no referido acervo.

Relevância e contribuições para a sociedade

Trataremos a partir de agora sobre a importância que o CDHBA assume para a sociedade no seu todo, tendo em vista que, centros de documentação configuram-se como um patrimônio, ou na visão de Pierre Nora (1993) “lugares de memórias”, destinados a preservar a memória da sociedade para as gerações precedentes. Tais lugares são importantes na medida em que permitem a uma sociedade, se identificarem como fazendo parte de um passado comum e pensarem criticamente a realidade presente, tendo por base a forma como foi constituída. Isso é possível pois, os:

acervos documentais contêm o registro dos acontecimentos, do modo de vida e da cultura de um povo e da sua evolução. Conservá-los e proporcionar a recuperação de todo o conhecimento que neles se encontra é a garantia da preservação do patrimônio histórico e do enriquecimento cultural de gerações presentes e futuras (MEIRA, 2006, p. 96).

Sendo assim, órgãos que preservam a memória documental, devem ser considerados acessíveis e suas atividades deverão envolver toda a sociedade. Para que isso ocorra é necessário criar mecanismo para integrar os centros de documentação à sociedade, porém, esse ainda é um desafio, pois para parcelas significativas da sociedade, instituições de guarda de acervos históricos: “são inteiramente ignorados ou, quando muito, tidos como sinônimo de depósitos de papéis velhos e amarelados, voltados exclusivamente para os chamados “ratos” de Arquivo, ou seja, historiadores e outros poucos interessados” (BACELLAR, 2012, p.266).

Essa tarefa deve ser pensada, porque tem como objetivo de aproximação com um público que, por vezes, desconhece as funções desempenhadas por tais instituições. Desse modo, o Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas reconhece a importância de tornar visível as possibilidades de usos do seu acervo, e principalmente estar atento com a sua responsabilidade social, por isso, tem promovido palestras com a participação dos acadêmicos, docentes, servidores da UFOPA, mais do que isso, tem estendido suas atividades a outras instituições e à comunidade local em geral.

Em concordância a isso, o CDHBA está vinculado ao projeto intitulado: *Preservação, pesquisa e ensino com documentos históricos de Santarém (Séculos XIX-XX)*, sob a coordenação da professora Wania Alexandrino Viana, trata-se de uma parceria entre o Curso de Licenciatura em História e o CDHBA, que tem por finalidade desenvolver atividades integradas ao ensino, pesquisa e extensão.

Este projeto foi aprovado pelo Edital nº 03/2019 do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEEx), da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), alinha-se ao disposto no item 3.3 referente aos objetivos do PEEx, quanto ao fato de:

Estimular os processos educativos, culturais, científicos e tecnológicos como forma de aprendizagem da atividade extensionista, articulados com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que viabilizem a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, contribuindo de forma plena para a inclusão social (UFOPA, 2019, p. 3).

Deste modo, o projeto em questão utiliza toda uma documentação alusiva aos Registros de Nascimento, Registros de Óbito, Registros de Casamento, Inventários e Testamentos de Santarém, no período de 1890 a 1960; dedica-se também a elaborar materiais como catálogos entre outros subsídios que norteiam o desenvolvimento de pesquisas científicas.

Nesses termos, este projeto, oportuniza a interação entre os alunos de Pós-Graduação, Graduação e Educação Básica; fomenta a pesquisa e a construção do conhecimento histórico em consonância com a História e a sociedade local; possibilita “conexões” entre o conhecimento universitário e o conhecimento produzido na escola.

O projeto conta atualmente com 02 bolsistas do Mestrado vinculadas à linha do ensino, responsáveis por acompanhar as ações desenvolvidas pelas bolsistas da graduação. Nessa lógica, há no projeto 04 graduandas do Curso de História, atreladas à pesquisa em História, envolvidas no processo de sistematização, fornecimento de informações para o banco de dados do CDHBA; para atender a dimensão da extensão, o projeto prevê ainda, a inserção de 08 alunos do Ensino Médio. Além destes, o projeto é constituído por 05 professores - colaboradores e uma coordenadora já mencionada anteriormente.

Para o melhor desenvolvimento do cronograma de ações previsto até junho de 2021, são realizadas reuniões quinzenais via plataformas digitais, em que discutem-se temas relacionados à História Social e es-

tudos sobre: população, família e migração na Amazônia dos séculos XIX e XX. Além do mais, os últimos debates nos encontros têm sido em torno da confecção de um livro paradidático, voltado ao Ensino Médio a ser disponibilizado à rede pública de ensino de Santarém, no ano de 2021.

Em conformidade a isso, entende-se que novas maneiras de repensar a utilização de fontes históricas em sala de aula, sobretudo na educação básica precisam ser consideradas, assim como a interação entre instituições de guarda de documentos históricos e a escola, uma vez que, na atualidade torna-se mais recorrente o uso de tais documentações como forma de possibilitar aos alunos o acesso ao passado de modo que estes sejam orientados à reflexão crítica a respeito do que está sendo ensinado (SCHMIDT; CAINELLI, 2009). Estas mesmas autoras pontuam que:

O contato com as fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 116).

Paralelo a isso, Rosimere Cabral (2012) ao apresentar a discussão sobre o *Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa*, comenta a respeito do arquivo público como espaço em que são retidos, identificados e organizados os documentos elaborados pelas diversas esferas governamentais e que ficam disponíveis à pesquisa investigativa. A autora observa que certos arquivos públicos têm se dedicado em ações Brasil afora em caráter mais social para a disseminação das suas informações, porém a autora lembra que é necessário o estabelecimento de programas efetivos de modo que ocorra maior interatividade entre a sociedade em geral

e as fontes documentais presentes nesses espaços. Posto isto, a autora esclarece:

A fonte educativa propiciada pelo arquivo pode ser uma grande aliada no processo pedagógico das escolas, auxiliando no ensino de matérias como história, português, ciências, ao oferecer uma gama de documentos que fazem parte dos fundos dos arquivos (CABRAL, 2012, p. 38-39).

Mediante o exposto, compreende-se a importância do projeto *Preservação, pesquisa e ensino com documentos históricos de Santarém (Séculos XIX-XX)* para a disseminação de conhecimentos no âmbito da História, por meio da utilização de fontes históricas de modo a favorecer o diálogo entre a comunidade acadêmica e o universo escolar, isto é, tendo como pressupostos, ações integradas que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão.

Considerações finais

Diante do que foi exposto pode-se então depreender, que embora esta seja uma instituição de origem recente, os trabalhos desenvolvidos pelos seus coordenadores com a contribuição dos pesquisadores e bolsistas vem ganhando visibilidade, tanto em razão das parcerias firmadas, quanto pelo desenvolvimento de pesquisas sobre a região, que utilizam-se das fontes disponíveis no acervo do CDHBA.

Outro ponto que deve ser ressaltado é a preocupação constante dessa instituição em oportunizar espaços e atividades à sociedade, de maneira que, esta, seja beneficiada e sinta-se parte integrante das ações desenvolvidas pelo CDHBA. Nisso, destaca-se, o projeto em parceria com o curso de História da Ufopa que possibilita a interação entre alunos da Pós-graduação, graduação e ensino médio, a fim de que conheçamen-

tos sejam construídos através de ações integradas à sociedade e ao acervo disponível no Centro. Assim, acredita-se que o Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas vem cumprindo com a sua função de guarda, preservação e difusão do seu acervo.

Referências Bibliográficas

Fontes

UFOPA. Edital nº 03/2019 do Comitê Gestor dos Programas Institucionais (CGPrits). Programa Integrado de ensino, pesquisa e extensão (PEEx). Universidade Federal do Oeste do Pará, Gabinete da Reitoria. Santarém, 2019.

UFOPA. Projeto Integrado de ensino, pesquisa e extensão e planos de trabalho. Título do Projeto Integrado: Preservação, pesquisa e ensino com documentos históricos de Santarém (Séculos XIX-XX). Universidade Federal do Oeste do Pará, Gabinete da Reitoria. Santarém, 2019.

UFOPA. Ufopa aprova projeto em programa mundial de proteção a acervos em perigo. Universidade Federal do Oeste do Pará, UFOPA, 2020a. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/municipio-de-obidos-e-distrito-de-arapixuna-terao-centros-de-memoria-e-meio-ambiente>. Acesso em: 22/11/2020.

UFOPA. Ufopa aprova projeto em programa mundial de proteção a acervos em perigo. Universidade Federal do Oeste do Pará, UFOPA, 2020b. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/ufopa-aprova-projeto-em-programa-mundial-de-protecao-a-acervos-em-perigo/>. Acesso em: 22/11/2020.

Bibliografia

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Acesso à informação, direito à memória: os arquivos públicos em questão. Caderno de pesquisa Cdhis, Uberlândia, v.25, n.2, jul./dez. 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivística: Objetos, princípios e rumos. Associação de arquivistas de São Paulo. São Paulo, 2002.

CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo como Fonte de Difusão Cultural e Educativa. Acervo. Rio de Janeiro, v. 25, n.1, p. 35-44, jan./jun. 2012.

CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais, 2017. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/x8n5vxc>. Acesso em: 02/07/2020.

MEIRA, Maria Solange de Brito Silva. O Trabalho de Preservação Documental no Superior Tribunal de Justiça: desafios de uma documentação em diversos suportes. Revista Brasileira de Arqueometria Restauração Conservação, Olinda, 2006.

NORÁ, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Houry. Projeto História, (10), São Paulo, p. 12, dez. 1993.

REGINALDO, Lucilene. Patrimônio documental, preservação e acesso: um breve histórico do CEDOC - Centro de Documentação e Pesquisa DCHF/ UEFS. Sitientibus, Feira de Santana, n. 41, p.89-98, jul./dez. 2009.

RODRIGUES, Gefferson Ramos. Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas e suas Potencialidades de Pesquisa. "(mimeo.), 2020".

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. As fontes históricas e o ensino da História. In: Ensinar história. 2 ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SOUSA, Lademe Correia de; MATOS, Duci Alves. Resgate, restauração e organização dos documentos históricos do Tribunal de Justiça do Pará – Fórum de Santarém. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas. Anpuh-Rio, 28 de Julho a 1 de Agosto de 2014.

A (RE)INVENÇÃO E A (RES)SIGNIFICAÇÃO DA LÍNGUA TUPI NO NAS TRAJETÓRIAS DE RODOLFO GARCIA E DE PLINIO AYROSA (1910-1960)

Mareana Mathias

Ayrosa e Garcia: tupinólogos

Entre 1910 e 1960, Rodolfo Garcia e Plinio Ayrosa se ocuparam da língua tupi, ou língua geral, que era falada do Amazonas ao Prata nos primórdios da colonização portuguesa. Garcia e Ayrosa circulavam nos centros e institutos acadêmicos que versavam sobre a História e a Geografia do país, sites em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde se desenvolviam grande parte dos estudos sobre o Brasil. Assim como ocorreu com os pesquisadores vinculados ao IHGB, é provável que ambos tenham desfrutado da “aliança harmoniosa e fecunda” entre os intelectuais que perpetuavam uma nova História colonial e, portanto, ligada às “verdadeiras origens brasileiras”, das quais a língua tupi era integrante, assim como o bandeirante; e à presidência de Getúlio Vargas, voltado “ao esforço permanente de construção-legitimação” (GUIMARAES, 2007, p. 37) da História nacional brasileira. Tanto é que o ex-presidente é, como Rodolfo Garcia, um “imortal” da Academia Brasileira de Letras.¹

¹ Getúlio Vargas foi o 3º a ocupar a cadeira 37 da Academia Brasileira de Letras. Em seu discurso de posse, exalta seus antecessores, como é protocolo e sublinha o caráter histórico e “nacionalista” na obra dos mesmos Tomás Antônio Gonzaga (patrono da cadeira), na sucessão de Silva Ramos e de Alcântara Machado. É, pois, o último que ganha maior relevância em seu texto, o que também é protocolar, que o último ocupante ganhe maior vulto no discurso do novo. A figura de Machado, nesse sentido, veio bem a calhar para a enunciação de Getúlio Vargas, pois sendo ocupante também da Academia Paulista de Letras, Alcântara Machado escreveu uma obra sobre o bandeirantismo e a importância da figura do bandeirante para a construção da identidade nacional. E assim encerra seu discurso o então presidente da República: “O Brasil realizou a sua emancipação política, constrói agora a

Rodolfo Garcia atuou no Rio de Janeiro, embora tenha participado de diversas instituições de caráter histórico e geográfico pelo país; assim como o fez Plínio Ayrosa, que mantinha como instituição *mater* a Universidade de São Paulo, na qual foi o primeiro professor da cadeira de Tupi, vinculada ao curso de História e Geografia². Garcia e Ayrosa eram enquadrados na representação romantizada do “homem das letras”, que circulava no Brasil desde a segunda metade do século XIX e que se estendeu pelo século XX, e, assim, eram apresentados como “sedentos” de reconstruir as bases do que seria a nação, nascente sob os auspícios da recém-instaurada República.³ Guardavam, no entanto, características distintas, embora tenham participado do mesmo círculo de pessoas, ou seja, mantiveram relações com pessoas em comum, dos quais se destaca Theodoro Sampaio⁴, que trocou correspondências com Rodolfo Garcia (LOUSADA, 1970) e foi membro do IHGSP ao lado de Plínio Ayrosa, ao mesmo tempo que

sua emancipação econômica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural. As responsabilidades dessa magna tarefa têm de recair necessariamente sobre os intelectuais e os homens de pensamento. A Academia Brasileira de Letras não reúne a todos, mas dispõe de meios para congregá-los, oferecendo o exemplo dos seus ilustres membros, que não se recusarão a consagrar a tão alta empresa o que melhor possuem como expressão de inteligência, de generosidade, de fé patriótica.” Era de se esperar, por fim, que Vargas exaltasse a “nação” e a “fé patriótica” que se forjava durante o seu governo.

² Arquivo – Instituto de Estudos Brasileiros – USP. Arquivo Fernando de Azevedo. Localizador: FA-AP-USP. Cx02, 32 (2f).

³ A associação de Rodolfo Garcia e Plínio Ayrosa com o arquétipo do intelectual erudito afeito às letras, à História e à historiografia é realizada em seus escritos e nas homenagens feitas a eles em vida e póstumas. Assim, percebemos uma preocupação desses agentes em se apresentarem e em construir seus nomes nos círculos letrados de acordo com o modelo de erudição e distinção intelectual que circulava na época.

⁴ É de organização de Archimedes Pereira Guimarães o livro “Cartas de um professor de tupi, Plínio Ayrosa”, em que o mesmo Archimedes organiza em 23 páginas as cartas que recebeu de Plínio Ayrosa, finalizando o livro com uma carta enviada por Theodoro Sampaio a Plínio Ayrosa. GUIMARÃES, Archimedes P. Cartas de um professor de tupi, Plínio Ayrosa. Belo Horizonte: 1982.

Ayrosa foi considerado um sucessor de Sampaio no ensino da língua tupi, além de ter realizado, finalmente, “o sonho de Varnhagen” ao atuar na criação da cadeira de tupi na USP⁵.

Garcia, apesar de formado em Direito por cadeira, seria antes de tudo historiador-inventariador e filólogo do tupi; Ayrosa, por sua vez, graduado em engenharia, dedicaria sua vida aos estudos sobre as línguas dos índios e, principalmente, o tupi. Neste sentido, é importante notar que não é possível separar suas experiências acadêmico-institucionais de suas práticas políticas, que marcaram as trajetórias dos chamados *intelectuais*⁶ entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

É importante destacar, em primeira análise, que pululam nessas primeiras visitas aos arquivos, que há uma diferença entre Rodolfo Garcia e Plínio Ayrosa no tocante aos seus interesses relativos ao tupi. Ayrosa devotou os seus escritos e os seus estudos, além de suas publicações, seja em forma de livros, coletâneas ou na Revista da Academia Paulista de Letras, quase que inteiramente à língua tupi e à organização do estudo da etnografia do índio, além, é claro, do seu devotamento à cidade de São Paulo como o berço do Brasil, tema recorrente em seus artigos que não tratam da língua tupi. Rodolfo Garcia, por outro lado, tem, em suas obras e trabalhos, assim como em suas cartas, maior diversidade de interesse de assuntos. Sempre, é claro, devotados à História do Brasil, mas muito mais plural que Plínio Ayrosa, que parece ter devotado a sua vida, e assim se identificava, ao professorado da língua tupi.

⁵ Revista da Academia Paulista de Letras. Ano VI. 12 de dezembro de 1943. Nº 24. p. 34.

⁶ Não usaremos o conceito de intelectuais porque entendemos que para haver um grupo de intelectuais é necessário que um campo já esteja estabelecido, o que não é caso.

Ayrosa e Garcia: breve biografia

Rodolfo Augusto de Amorim Garcia⁷, nasceu em 1873, no Rio Grande do Norte, e faleceu em 1949.⁸ É um “imortal” da Academia Brasileira de Letras (ABL), onde foi o quarto ocupante da cadeira 39⁹, cujo patrono era Francisco Adolfo de Varnhagen e o fundador Oliveira Lima. Foi precedido por Alberto de Faria e Rocha Pombo, a quem fazia a tradicional homenagem póstuma¹⁰, obrigatória aos membros que passavam a ocupar cadeiras na ABL¹¹.

A contribuição de Garcia à Academia foi muito importante, tendo sua atuação reconhecida com a atribuição de seu nome a uma das duas bibliotecas¹², na qual se encontra, além de seus escritos, entre obras, prefácios e introduções, um grande acervo sobre sua vida pessoal, como cartas recebidas, papéis avulsos e manuscritos que serão, posteriormente, amplamente analisados.

Como escreveu o Senhor Elmano Cardim, su-

⁷ GARCIA, Maria Celeste. Rodolfo Garcia: cadeira 39, ocupante 4. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

⁸ “Auto-biografia” escrita por Rodolfo Garcia, sem data.”

⁹ A Academia Brasileira de Letras é composta de 40 cadeiras. Quando foi fundada, foi eleito um patrono para cada uma delas e o primeiro ocupante era considerado o fundador.

¹⁰ Muito se pode observar quanto às representações que se fazia de Garcia nas revistas da ABL, o que é perceptível tanto em seu discurso de posse quanto nas homenagens póstumas realizadas no ano de sua morte (1949), em que intelectuais considerados à sua altura expuseram que “a grande lição da vida e da obra de Rodolfo Garcia foi o culto da terra e da gente do Brasil. Pesquisando, interpretando os segredos da nossa formação, ele conheceu fundamente as nossas raízes históricas, e pôde destarte ver e mostrar o Brasil (...) E armado das lentes penetrantes dessa austera sabedoria, Rodolfo Garcia – para citar uma frase cara a Oliveira Lima – nos ensinou o Brasil. Ensinou-o na sua História e na sua tradição, na sua fala primitiva (...), a construção paciente e atrevida da civilização, o milagre da unidade, a definição, em suma, de uma consciência nacional.

¹¹ Prática que se observa até os dias atuais.

¹² Até hoje, as duas bibliotecas existem no prédio. A outra leva o nome de Lúcio de Mendonça, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

cessor de Garcia na ABL, em seu discurso de posse, a trajetória de Rodolfo Garcia não o levaria à prática da Engenharia, para a qual se diplomara no Recife, mas preferiu

ser professor, jornalista, funcionário público. Na vida administrativa, atraía-o o livro. Desejou em 1914 o cargo de bibliotecário do Museu Nacional e escreveu para isso uma tese sobre Sistemas de Classificação bibliográfica. Da classificação decimal e suas vantagens. Não conseguiu o posto e teve, no Rio, que voltar ao professorado, exercido antes no Recife, onde lecionou História, Geografia, Francês e Português. As lições, emprego que tinha no Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico de Pernambuco, as pesquisas de brasileirismos para o dicionário que preparava, o encontro com o passado, o levaram a fixar-se na pesquisa histórica, a fazer-se **o profundo conhecedor das nossas origens** e da nossa evolução, para poder, afinal, realizar, com a modéstia do seu desprendimento, a grande obra legada às letras pátrias. (CARDIM, 1950, pp. 118-119)

Ademais, “pertencia Rodolfo Garcia ao quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde agosto de 1921”¹³, “passando de sócio efetivo a benemérito em 9 de julho de 1943”¹⁴. Também foi diretor do Museu Histórico Nacional, assumindo em 8 de dezembro de 1930, de onde passaria para a Biblioteca Nacional, em 17 de novembro de 1932. (CARDIM, 1950, p. 119)

Há uma discussão relativa à Rodolfo Garcia, nos mesmos moldes relativos à Varnhagen e a Capistrano de Abreu; sobre o seu estatuto de intelectual ou erudito, em um momento em que ser influente na vida política ou adquirir um diploma acadêmico já não mais

¹³ Biografia de Rodolfo Garcia. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/rodolfo-garcia/biografia>. Acesso em 20/07/2018

¹⁴ Idem.

serviam para diferenciar ou caracterizar um ou outro. De todo modo, diferente de Plínio Ayrosa, Garcia fazia parte da categoria de *homens das letras* bibliófilo e colecionista, preocupado com o inventário, mas também, com a análise crítica da documentação que acumulava.

Muito embora criticasse a identificação da língua tupi como a única a ser falada pelos índios, Garcia dedicou-se imensamente ao estudo dessa e, por isso, também foi autor de obras relativas a outras etnias, o que reafirma a sua carreira como inventariante e crítico da História do Brasil e das línguas dos índios.

Assemelhado a Francisco Adolfo de Varnhagen, Garcia “aprimorou” a obra daquele, uma vez que dividiu com Capistrano de Abreu a tarefa de anotar, comentar e adicionar informações à *História Geral do Brasil*, tendo aumentado significativamente o texto. Diria Afonso d’Escragolle Taunay sobre o minucioso trabalho de Garcia e Abreu, “cabe-me a impressão de que finíssimo diamante se engastou dentro de outro, da sua mesma e puríssima água, mas incomparavelmente maior”. (CARDIM, 1950, p. 119)¹⁵

Sobre Garcia, um artigo publicado na Revista da Academia Brasileira de Letras enuncia que seus “estudos geográficos, pesquisas etnográficas, investigações linguísticas cimentaram sua compreensão do mundo colonial” (CARDIM, 1950, p. 131). Sua dita modéstia, afirmada por escrever apenas em notas e comentários, seria posta de lado com as sínteses que fez, a pedido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em dois capítulos de “ampla erudição” no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*¹⁶, tratando os temas

¹⁵ “Seu preparo de historiador reunia conhecimento metodológico, investigação documental exaustiva, crítica histórica apurada, capacidade de realização e composição. (...) [Equipara-se a] Varnhagen e Capistrano de Abreu. (...)” CARDIM, Elmano. Revista da Academia Brasileira de Letras. Anais de 1950. Julho a Dezembro. Ano 50. Vol. 80. Rio de Janeiro, 1950. p. 133.

¹⁶ Idem. p. 132.

da *Etnografia Indígena e História das explorações científicas*, enunciados que nomeiam os capítulos.

Esses textos foram os primeiros trabalhos de Rodolfo Garcia que foram considerados historiográficos sobre o tema da sociedade colonial (CARDIM, 1950, p. 132-133), período de tanto apreço para os estudiosos do início do século XX, preocupados com a escrita do projeto da História da nação brasileira. Não é pequena, entretanto, a quantidade de correspondências de eruditos, historiadores e curiosos com Garcia, que pediam livros e informações tanto sobre a História do Brasil quanto sobre a língua tupi, as quais Rodolfo Garcia respondia com muito empenho e, sempre, com a modéstia de ser um mero “curioso” tanto dos estudos da nação quanto da língua geral.¹⁷

Os principais interesses, entretanto, do dito “historiador”¹⁸ Garcia seriam o estudo da gramática da língua tupi feita pelos jesuítas, “elaboradores da língua”¹⁹, e a investigação do aperfeiçoamento da gramaticalização iniciada por esses religiosos. É o que se comprova em suas duas monografias sobre o idioma do índio em *Diccionario de brasileirismos: peculiaridades pernambucanas e Exotismos franceses originários da língua tupi*. Nessas obras, Garcia reúne não apenas os comentários e notas feitas aos escritos franceses de Jean de Léry, André Thevet, Yves d’Evreux e Claude d’Abbeville, mas amplia os estudos filológicos ao reto-

¹⁷ DOCUMENTO – 56 [GARCIA, Rodolfo], 1873-1949. Carta (rascunho) a Aurélio Lopes, informando-lhe acerca de um atlas holandês contendo 57 mapas manuscritos de várias capitanias do Brasil desde o Cabo Nassau até o rio Prata, e que fora comprado ao sucessor de Frederik Muller de Amsterdam por José Higino Duarte Pereira no século XIX. [S.I, 19--]. 3 p. Orig. Ms. Coleção Rodolfo Garcia. I-1, 33, 46.

¹⁸ BRÖNSTRUP, Gabriela D’Avila. Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da história (1932-1945). 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015. Pp. 33-36.

¹⁹ GARCIA, Rodolfo. Notas filológicas. Revista da Academia Brasileira de Letras. Ano 24. Nº 137: Rio de Janeiro. 1933. pp. 96-97

mar diversas palavras “originárias” do tupi litorâneo, não sem fazer críticas e reiterar a gramaticalização elaborada pelos jesuítas.

É numa edição de Jean de Léry que encontramos uma das semelhanças entre os dois estudiosos da língua tupi. Responsável pela parte relativa à língua do índio, o livro de Jean de Léry, a essa altura com muitas edições, foi notícia quando de sua confecção e anunciado como esgotado²⁰ pouco tempo depois.

Plínio Ayrosa se formou em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, além de uma especialização em Berlim, Plínio Ayrosa nasceu na cidade de São Paulo em 13 de março de 1895 e faleceu na mesma cidade em 1961. São Paulo, pois, sempre foi essencial no que diz respeito à sua formação e ao modo como tratava a História nacional, tendo feito parte do Clube Atlético Bandeirante, revista de apenas um número ligada à Academia Paulista de Letras que exaltava os feitos bandeirantes, índios e jesuítas. Nos anos 1930, publicou artigos sobre a língua tupi no periódico Correio Paulistano e não demorou para ser reconhecido por seu apreço pelas línguas dos índios no Brasil (AYROSA, 1950).

Como membro da Academia Paulista de Letras, na qual é impossível não destacar o discurso de posse feito por ele e sua assunção como admirador da língua tupi. Impossível não notar, além da fala engessada, como deve ser um discurso de posse, a exaltação à língua tupi, tão cara aos demais membros da Academia, de onde assistiu e participou das diversas discussões sobre o caminho que deveria levar a literatura brasileira e a criação da nacionalidade, sempre capitaneada por São Paulo, os herdeiros dos bandeirantes e da terra de Piratininga; do Pateo do Colégio habitado por José

²⁰ O Observador Economico e Financeiro (RJ) – 15/05/1960. Hemeroteca Digital. <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 14/10/2019.

de Anchieta²¹.

Foi o primeiro professor da Cadeira de Etnografia e Língua Tupi-Guarani, tendo sido convidado por Reinaldo Porchat, primeiro reitor da recém-criada Universidade de São Paulo (USP), em 1934 (DRUMOND, 1964). Sua escolha foi amplamente celebrada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, cujo projeto de criação de uma cadeira institucional sobre a língua tupi se tornou realidade com a criação da USP e a escolha de Plínio Ayrosa, membro do Instituto, representava a continuação de um projeto forjado pelo IHGSP.²²

A cadeira, que foi criada por Armando de Sales Oliveira, era ligada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP)²³, mas não era ligada à área de Letras, e sim às de História e de Geografia.²⁴ Seus alunos o caracterizavam como representante da “fibra de seus ancestrais bandeirantes, [tendo traçado] um plano de trabalho operacional, a curto e a longo prazo” (MYASAKI, 1974). Quando foi admitido na FFCL, Ayrosa já havia publicado *Primeiras noções de tupi* (1933), como também organizado o *Dicionário português-brasileiro e brasileiro-português* (1934), no qual escreveu o prefácio²⁵. Por várias décadas, Plínio Ayrosa foi diretor e

²¹ Das quais a mais conhecida é a “briga” entre o Manifesto Nheengassu ou Verdamarello e o Manifesto Antropófago, sendo esse publicado antes. Oswald de Andrade entendeu o Manifesto dos membros da APL como uma afronta, que, dentre outros, assinaram Plínio Salgado e Alfred Ellis (colega de Ayrosa na USP); pouco tempo depois, o referido manifesto obteria a sua “resposta”, assinada por Oswald de Andrade no mesmo ano de 1929.

²² Sobre essa discussão, cf. COSTA, Aryana. Um Regime De Transição: O Papel Do Ihgsp No Curso De História Da Universidade De São Paulo (1934). Estudos Históricos, vol.32 n.67, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942019000200010>.

²³ Atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo.

²⁴ “Iniciou um projeto para criar uma nova abordagem para o ensino de Geografia, Etnografia e História, mudando a antiga visão expositiva.” Cf. CARVALINHOS, Patricia. Os estudos de Toponímia no Brasil e na USP. Disponível em: <http://toponimia.fflch.usp.br/node/8>. Acesso em: 20/08/2018.

²⁵ Diria o professor J. B. de Mello e Souza que, embora tendo reconhecido o

vice-diretor da FFLC e, em 1940, tornou-se membro da Academia Paulista de Letras.

Dentre os diversos institutos históricos brasileiros que Ayrosa foi sócio, destaca-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Tornado membro em 1928, Ayrosa se envolveu profundamente nas atividades do Instituto e, em 1932, relata que suas ações não se restringiam ao campo da produção textual e do debate intelectual, sendo que ele teria “colocado a mão na massa” para que a Universidade de São Paulo funcionasse plenamente, exercendo atividades que envolviam desde trocar lâmpadas e organizar bibliotecas até a enunciação de palestras. (DRUMOND, 1964).

Na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo e nos textos que resultaram de aulas e palestras ministradas por ele, “muito escreveu Plínio Ayrosa, ora sobre problemas linguísticos relativos à língua tupi, ora sobre a influência do tupi no vocabulário corrente do Brasil, especialmente de São Paulo.” Por ocasião de sua morte, em 1961, em peserosa homenagem, escrevia Carlos Drummond,

em 1939, após brilhante concurso, conquistou a mencionada Cátedra, onde permaneceu até o dia de sua morte. Foi Vice-Diretor e Diretor interino da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em vários e longos períodos, tendo sido também o fundador do Museu de Etnografia da Faculdade, e que hoje, na mais lúdima homenagem, tem o seu nome: Museu Plínio Ayrosa. (DRUMOND, 1964)²⁶

“plágio”, Plínio Ayrosa apenas reeditou, sem nada mudar, um dicionário de autoria de um padre de 1795. Críticas maiores faria JORNAL

²⁶ Representou a Universidade no XXVII Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Paris em 1947, tendo sido Vice-Presidente e Secretário da Seção de Linguística do mesmo Congresso. Era Acadêmico pela Academia Paulista de Letras, ocupando a Cadeira fundada por José Vicente Sobrinho e que tem como patrono Antônio de Godoy, e membro da Société des Americanistes e da Société de Linguistique, ambas em Paris; do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; do Instituto Arqueológico, Histórico

Preocupado com a acuidade com que deveria ser tratada a denominada língua tupi, foi autor de diversas resenhas de livros que abordavam o tema, como o livro do consagrado sociólogo Florestan Fernandes, *A organização social dos tupinambá*. Com todo o apreço que demonstrou pela obra, não deixou de tecer comentários sobre as inadequações cometidas por Fernandes, que beiravam, segundo ele, a cópias das grafias contidas no livro de Yves D'Evreux. (AYROSA, 1950).

Ayrosa e Garcia: intelectuais e professores

Por fim, a preocupação com as criação das verdadeiras origens brasileiras e o seu respaldo na língua tupi, ou *língua brasílica ou língua brasiliense*, como assim a chamaram os primeiros jesuítas, não é uma invenção do século XX, de Plínio Ayrosa ou de Rodolfo Garcia, mas um processo que vem desde o Império – de maneira heterogênea –, o que se pode observar pela presença expressiva de temáticas relacionadas aos índios e às suas línguas (ou a invenção dessas), desde a primeira metade do século XIX.

Como exemplo, é válido citar o levantamento feito à Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição reconhecida por ser uma das primeiras a preocupar-se com a inventariação de documentos relativos à História do Brasil. Voltando à Revista, encontramos, nesses volumes, do terceiro decênio oitocentista até o período englobado por nossa

e Geográfico de Pernambuco; do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; do Instituto Geográfico e Histórico de Sergipe; do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, além de membro correspondente do Instituto Histórico do Uruguai e da Sociedade “Cultura Guaraní” de Assunção (Paraguai). DRUMOND, Carlos. Homenagem ao Professor Plínio Marques da Silva Ayrosa: 1895-1961. Revista de História da USP. v. 29 n. 60. 1964: São Paulo. Disponível em: www.revistas.usp.br/rieh/article/view/69700/72359. Acesso em: 13/05/2018.

pesquisa, 30 artigos relacionados a línguas, das quais 22 referem-se à língua tupi²⁷, o que é muito expressivo, pois representam mais de 1/3 dos artigos produzidos sobre línguas na Revista do Instituto.

Portanto, nas últimas décadas do século XIX, a língua tupi foi recuperada pela tradição que deveria estudar os feitos dos ditos heroicos e verdadeiros americanos. Nos romances, principalmente de José de Alencar, o índio tupi e suas contribuições lexicais seriam amplamente editadas e lidas. Tanto é que, Lima Barreto, ao escrever o “Triste fim de Policarpo Quaresma” acaba por fazer uma pilhéria acerca daqueles que louvavam excessivamente o nacionalismo brasileiro e os que se dedicavam às suas raízes pré-coloniais, sendo a caricatura máxima o personagem principal do livro, o qual chegou ao ponto de levar às autoridades um pedido de que a língua oficial fosse a língua tupi.

Curioso notar, hipoteticamente, Plínio Ayrosa e suas semelhanças com o personagem de Lima Barreto, já que o professor da cadeira de tupi da USP foi o principal entusiasta da criação de um curso da língua geral para professores das escolas públicas de São Paulo. Tanto é que indagava-se o Diário de Notícias, importante jornal de São Paulo, em 1933: “- Vamos falar tupy?” – acrescentando, ao longo da matéria, que louvava Ayrosa por sua atitude - , “é possível, pois, que daqui a uns tempos estejamos todos falando tupy, resolvendo-se assim, magicamente, os graves problemas do Brasil.”²⁸

Impossível não notar, nesse caso, e em como a notícia, tanto da criação da cadeira da língua tupi, quanto das aulas que seriam ministradas por Plínio

²⁷ Há, no montante de assuntos, muitos ligados aos “índios” das Américas e a maioria deles refere-se aos tupinambá ou aos tupi-guarani. Para o objeto de nossa pesquisa, no entanto, serão analisados apenas os escritos que tratam diretamente da língua.

²⁸ Diário de Notícias. São Paulo: 29/05/1933.

Ayrosa para professores da rede pública de sua cidade, reverberaram nos principais jornais do país, em vários estados, podendo ser um indício de como era a vista da representação da língua tupi pelo público letrado do período, como um dos elementos unificadores e pacificadores da nação, aos moldes dos desbravadores bandeirantes, que mansamente, se adequaram aos costumes dos índios; e aos jesuítas, que harmoniosamente, uniram a fé e o povo através da língua em comum.

Conclusões parciais

Portanto, desde fins do século XIX, havia uma preocupação de inserir o índio tupi “como matriz da nacionalidade”, o que seria reafirmado nas primeiras décadas do século seguinte, com o Movimento Modernista, que dá “seus primeiros” passos, com configurações distintas, é claro, ainda no primeiro decênio e vai tomando um contorno mais claro, embora ainda heterogêneo, na década de 10; finalmente, assume uma feição de Estado uma vez que a agenda da “construção da nação” foi assumida pela “Nova República” de Getúlio Vargas em 1930.

Portanto, embora estejamos no terreno da escrita da história teleológica dos séculos XIX e início do XX, impossível não estar à frente de um passado que se faz presente. Passado este que remonta aos primeiros séculos de colonização e a partir dos quais as obras de Plínio Ayrosa e de Rodolfo Garcia estarão intimamente conectadas.

Referências Bibliográficas

Arquivo – Instituto de Estudos Brasileiros – USP. Arquivo Fernando de Azevedo. Localizador: FA-AP-USP. Cx02, 32 (2f).

Biografia de Rodolfo Garcia. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/rodolfo-garcia/biografia>. Acesso em 20/07/2018.

Correio Paulistano – 17/05/1929 – página 4.

Diário de Notícias. São Paulo: 29/05/1933.

DOCUMENTO – 56 [GARCIA, Rodolfo], 1873-1949. Carta (rascunho) a Aurélio Lopes, informando-lhe acerca de um atlas holandês contendo 57 mapas manuscritos de várias capitanias do Brasil desde o Cabo Nassau até o rio Prata, e que fora comprado ao sucessor de Frederik Muller de Amsterdam por José Higinio Duarte Pereira no século XIX. [S.I., 19--]. 3 p. Orig. Ms. Coleção Rodolfo Garcia. I-1, 33, 46.

DOCUMENTO – 75. Nota contendo dados biográficos sobre Rodolfo Garcia, Diretor da Biblioteca Nacional. [S.I., 19--]. 4 p. Orig. Ms. Coleção Rodolfo Garcia. I-1,33,65.

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) – Universidade de São Paulo. Localizador: MA-C-CPL3732

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) – Universidade de São Paulo. Localizador: MA-C-CPL98

O Observador Economico e Financeiro (RJ) – 15/05/1960. Hemeroteca Digital. <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 14/10/2019.

Revista da Academia Brasileira de Letras. Anais de 1950. Julho a Dezembro. Ano 50. Vol. 80. Rio de Janeiro, 1950.

Revista da Academia Paulista de Letras, Ano IX, 12 de setembro de 1946, nº 35. São Paulo.

Revista da Academia Paulista de Letras. Ano VI. 12 de dezembro de 1943. Nº 24. p. 34.

Revista de Antropofagia, Ano I, No. I, maio de 1928.

ADAMS, Rachel. Michel Foucault: Archaeology. 16/11/2017. Disponível em: <http://criticallegalthinking.com/2017/11/16/michel-foucault-archaeology/> Acesso em: 20/08/2018.

ALENCAR, José de. Ubirajara. Sl, sd. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/ubirajara.pdf; data de acesso: 05-07-2019.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

AYROSA, Plínio. Resenha: A organização social dos tupinambá. Florestan Fernandes. Prefácio do Professor Herbet Baldus. Instituto Progresso Editorial (Coleção Trópico I). São Paulo [1949]. Revista de História da USP. V. 1. N. 1. 1950: São Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v1i1p112-115>. Acesso em: 13/05/2018.

BARBOSA, Antonio Lemos. Estudos de Tupi. O “diálogo de Léry” na representação de Plínio Ayrosa. 1944. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:barbosa-1944-estudos>. Acesso em: 05/06/2018.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas. Sobre a teoria da ação. 11ª edição. Campinas, São Paulo: Papirus, 2011.

BRÖNSTRUP, Gabriela D'Avila. Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da história (1932-1945). 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

CANDIDO, A. A personagem do romance. In: A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, 1968

CARVALINHOS, Patricia. Os estudos de Toponímia no Brasil e na USP. Disponível em: <http://toponimia.flch.usp.br/node/8>. Acesso em: 20/08/2018.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia. A História entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

COSTA, Aryana. Um Regime De Transição: O Papel Do Ihgsp No Curso De História Da Universidade De São Paulo (1934). Estudos Históricos, vol.32 n.67, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942019000200010>.

DAHER, Andrea. Narrativas quinhentistas sobre o Brasil e os Brasis. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fatima. (orgs.) Coleção o Brasil Colonial. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DAHER, Andrea (org.) Passado Presente: usos contemporâneos do “passado colonial” brasileiro. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

DAHER, Andrea. A conquista de uma “oralidade” selvagem nas traduções brasileiras de relatos franceses dos séculos XVI e XVII. In: DAHER, Andrea. (org.) Oral por escrito. A oralidade na ordem da escrita, da retórica à literatura. Chapecó, SC: Argos; Florianópolis, SC: Ed. UFSC, 2018.

DRUMOND, Carlos. Homenagem. Professor Plínio Marques da Silva Ayrosa [1895-1961]. Revista de História da USP. v. 29 n. 60. 1964: São Paulo. Pp. 407-408 Disponível em: www.revistas.usp.br/rieh/article/view/69700/72359. Acesso em: 13/05/2018.

DURET, Claude. Thresor de histoire des langues de cest univers.

Yverdon, Helvetiali Caldoresque, 1619.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

FERNANDES, Florestan. Considerações sobre um comentário à ocorrência de termos tupis em “A Organização social dos tupinambá”. Revista de História da USP. Vol. 1. N. 2. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1950. Pp. 253-258. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/34842/37581>. Acesso em: 13/07/2018.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. Editora Forense Universitária. Rio de Janeiro: 2008. [1969]

GARCIA, Maria Celeste. Rodolfo Garcia: cadeira 39, ocupante 4. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

GARCIA, Rodolfo. Notas filológicas. Revista da Academia Brasileira de Letras. Ano 24. Nº 137: Rio de Janeiro. 1933.

GARCIA, Rodolfo. Exotismos franceses originários da língua Tupi. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. LXIV (1942), p. 130-131. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

GERTZ, René. Intelectuais gaúchos e o Estado Novo brasileiro. In: Debates e Tendências. V.13, n.1, jan./jun. 2013.

GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da Republica, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 20.

GODOI, Eliamar. O Vocabulário Indianista e Ideológico De José De Alencar Linguagem. Revista Estudos e Pesquisas. Catalão, vols. 8-9, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/hugog/Downloads/32542-Texto%20do%20artigo-137040-1-10-20141027.pdf>. Data de acesso: 05-06-2019.

LEITE, Serafim. Capítulo II: Fundação da lingüística nacional. In História da Companhia de Jesus no Brasil, Tomo II (Século XVI -- A Obra). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

LOUSADA, Wilson (apresentação). Cartas a Rodolfo Garcia. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: 1970.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. Anchieta e as raças e línguas indígenas no Brasil. III Centenário do Venerável Joseph de Anchieta. Paris : Aillaud & Cia. 1900. Pp. 249-251.

MONTEIRO, John Manuel. Tupis, tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência. Área de Etnonologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Departamento de Antropologia. IFCH – Unicamp. Campinas, 2001.

MYASAKI, Nobue. In memoriam: Plínio Ayrosa (1896-1961). Revista de História da USP. Nº 100 - 4º Trimestre de 1974. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974. Pp.869-870. <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132686/128770>. Acesso em: 05/08/2018.

PÉCAUT, D. Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEREIRA, Archimedes. Cartas de um professor de tupi, Plínio Ayrosa. Belo Horizonte: 1982.

SALLA, T.M. Crônicas do passado sertanejo: a colaboração de Graciliano Ramos na revista Cultura Política. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessitura, Interações, Convergências, São Paulo, 2008. Anais... São Paulo: Associação Brasileira de Literatura comparada, 2008.

SAMPAIO, Theodoro. O tupi na geographia nacional. Memoria lida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Casa Eclectica. Rua Direita 6. São Paulo, 1901.

THEOPHILO, Gabriela. Um índio histórico para uma literatura brasileira, dos românticos aos modernistas. In: DAHER, Andrea (org.) Passado Presente: usos contemporâneos do “passado colonial” brasileiro. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

VARNHAGEN, F. A. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857. 2 v.

**OS SERMÕES DO PE. ANTÓNIO VIEIRA
NAS BIBLIOTECAS DOS COLÉGIOS JESUÍTAS**

Ana Elisa Arêdes¹

Integrante de uma pesquisa de doutorado em andamento, este trabalho tem por objetivo analisar o papel das impressões dos sermonários atribuídos ao padre António Vieira, realizadas nas décadas de 1660 e 1670 na formação dos acervos das bibliotecas dos colégios jesuítas. Por meio da análise das estratégias editoriais, dos usos do texto empregados pelos leitores e de como os agentes envolvidos na produção dos livros atuavam na circulação das obras, este trabalho observa como a produção impressa de livros pode estar diretamente relacionada à construção de um acervo bibliotecário direcionado a um público específico.

Levando em conta a perspectiva da História do livro e das práticas de leitura (ANSELMO, 1997), priorizamos uma perspectiva interdisciplinar que envolve os Estudos Literários e diversos campos da História, recorrendo a ferramentas desenvolvidas na História Cultural, na História Social e na História Econômica. Essa abordagem se mostra necessária para que analisemos as redes que entrelaçavam os agentes do livro, as intenções comerciais envolvidas com a produção e circulação das obras impressas, as estratégias editoriais adotadas e os interesses de determinadas pessoas, grupos e instituições em publicar textos de Vieira e disseminar a exemplaridade do jesuíta enquanto orador-escritor.

A nível metodológico, nossas questões se voltaram, em especial, para os paratextos presentes nas obras analisadas. Enquanto fonte de informação, os paratextos, fossem de natureza administrativa, enco-

miástica ou biográfica, permitem localizar estratégias editoriais empregadas para que os livros atingissem determinado público, como também informam sobre alguns dos agentes envolvidos na produção das edições. A partir da identificação daqueles que foram nomeados nos frontispícios, notícias prévias, dedicatórias, aprovações, censuras, licenças, suma de tassa, erratas, índices e textos ao leitor, recorreremos à documentação notarial e inquisitorial com a intenção de buscar compreender as relações que envolviam esses agentes.

O desenvolvimento deste trabalho se dividirá em três partes: num primeiro momento, apresentaremos as impressões dos sermonários de Vieira que foram realizadas no recorte enunciado; em seguida, observaremos alguns aspectos materiais desses livros; e, por fim, concentraremos a análise nas edições impressas em Madri, as quais tiveram maior tiragem até a impressão do primeiro volume da *editio princeps* (1679).

Durante as décadas de 1660 e 1670, foram impressos os primeiros livros que reuniam sermões de autoria atribuída ao padre Vieira. O primeiro foi impresso em Valência, em 1660, com o título *Aprovechar Deleytando*, e foi reimpresso no ano seguinte em Saragoça. Essas edições são constituídas por cinco sermões e três textos identificados como “pensamentos predicáveis”, os quais se tratam de trechos extraídos de três sermões distintos. Na época, esses textos já circulavam como manuscritos e alguns poucos em livretos impressos, sendo os sermões escritos a partir da audiência.

Em 1662, em Madri, o impressor Joseph Fernandez de Buendia apresentou ao Conselho de Castela o livro *Aprovechar Deleytando*, impresso em Saragoça, e quatro manuscritos como originais a serem impressos sob o título *Sermones varios del Padre Antonio de Vieyra, de la Compañia de Jesus*. No mesmo ano, a impressão foi

aprovada e publicada, sendo custeada por Lorenzo de Ibarra.

Entretanto, se em Valência e em Saragoça as impressões dos sermões de Vieira encerraram-se com *Aprovechar Deleytando*, o *Sermones varios* foi o primeiro de diversos sermonários de Vieira impressos em Madri². Em 1664, aquela edição de 1662 foi reimpressa, com o subtítulo *Nuevamente acrecentados*, sendo acompanhada de outro volume, o *Tomo segundo*. Esta, em 1678, foi reimpressa, ao passo que foi impresso o *Tomo terceiro*.

Em Roma, o médico Bartolomeo Santinelli traduziu a edição madrilena impressa em 1662 para o italiano, sendo publicado, em 1668, o título *Prediche varie del padre Antonio Vieira della Compagnia di Giesu*. Em Veneza, em 1673, a tradução de Santinelli foi reimpressa com o acréscimo do Sermão de São Francisco, originalmente pregado em italiano, e de um texto sem título, o qual é de autoria desconhecida. Essa edição, por sua vez, foi reimpressa na mesma cidade, em 1679, e em Milão, em 1676, sendo na última publicada com as adições do Sermão do Beato Estanislau e do Discurso das Cinco Pedras de Davi, ambos já circulavam em livretos e foram pregados por Vieira em italiano.

Em 1679, foi impresso o primeiro sermonário escrito e organizado por Vieira, no qual é anunciado a intenção de se imprimir 12 volumes com os sermões do jesuíta. Vieira trabalhou na *editio princeps* dos *Sermoens* de 1677 até o ano de sua morte, 1697; e essa obra contou com 15 volumes, sendo os dois últimos póstumos, preparados por confrades de Vieira e constituídos de textos reunidos do gabinete do jesuíta.

² Após 1678, edições dos sermonários de Vieira foram impressas em Madri, as quais eram traduções da *editio princeps*. As primeiras traduções foram publicadas entre 1680 e 1689. Na década de 1710, os textos já publicados foram reorganizados e impressos, em mais de vinte tomos, às custas de Francisco Perez.

Entretanto, com a publicação do primeiro volume da *editio*, as edições impressas em Madri ganharam notoriedade fora de Espanha, uma vez que, em *Leitor*, texto de abertura do livro, Vieira as enuncia e critica ao dizer que reúnem textos “corrompidos; mal traduzidos” e alguns alheios e supostos. Juntamente com a obediência às determinações do padre geral João Paulo Oliva, essas edições são apontadas como uma das razões de Vieira ter dedicado-se às tarefas de escrita, organização e publicação dos sermões. Mobilizando o argumento da corrupção dos textos, Vieira legitima a impressão de seus sermões, os quais seriam “restituídos à sua original inteireza” (VIEIRA, 1679, n.p.).

Apesar do desconhecimento e, posterior, desaprovação de Vieira, os sermonários impressos em Espanha e em Itália adequavam-se às determinações legais e passaram pelos sistemas censórios sem maiores dificuldades. Meses antes da publicação dos *Sermoens*, em carta a Duarte Ribeiro de Macedo, de 23 de maio de 1679, Vieira alegou que pediu ao Santo Ofício que recolhesse os exemplares impressos em Madri. No entanto, os volumes não foram recolhidos, permanecendo integrantes às bibliotecas espanholas e da América hispânica. Inclusive, no édito de 1776, a segunda parte dos *Sermones varios* (1664) foi expurgada pelo Santo Ofício, o que demonstra não só que as edições permaneciam nos acervos, como também continuavam a circular entre os leitores.

Ao recorrer à análise da estrutura dos sermonários atribuídos a Vieira impressos em Madri e em Itália, percebemos que esses volumes trazem tábuas de *lugares da Escritura* e dos *Assuntos e coisas notáveis*. Organizados pelo tradutor Estevan de Aguilar y Zuñiga (e, mais tarde, traduzidos para o italiano), esses índices foram impressos após a impressão dos sermões, sendo inseridos nos livros como estratégia editorial associa-

da ao público a quem se direcionavam as edições: os oradores sacros e os noviços de ordens religiosas.

Desse modo, os índices funcionavam como apoio para a confecção de cadernos de lugares-comuns e como instrumento para o leitor retornar aos sermões em busca de matérias, questões e autoridades específicas. Em consonância com as funções dos índices, os impressores inseriram as referências das citações latinas nas margens direitas e esquerdas que circundavam os sermões. Adequando a materialidade do livro às expectativas dos destinatários, esses recursos foram produzidos para direcionar os livros a um público douto, uma vez que direcionava os leitores para a leitura silenciosa e introspectiva. Diferente da teatralização oral do sermão, a leitura silenciosa ocupava os gabinetes de leitura das universidades; enquanto a leitura em voz alta integrava a vida social cortesã e fazia-se presente na leitura de textos aos analfabetos (CHARTIER, 2003, p. 143).

Ao dispor em ordem alfabética os lugares-comuns mobilizados por Vieira e as passagens da Escritura interpretadas nos sermões, os índices apresentavam aos leitores um conjunto de enunciados e de ferramentas argumentativas emuláveis. Assim, o leitor poderia recorrer aos índices para localizar uma tópica de interesse e voltar ao texto em que esta tornava-se prova para os argumentos construídos, os quais eram ajustados às matérias e ao auditório. Portanto, essa operação auxiliaria o leitor-orador a reunir argumentos coerentes para a construção de um discurso, sobretudo, homilético.

Com esses aspectos tipográficos em vista, observamos o aparecimento da demanda dos padres jesuítas por textos de Vieira em algumas missivas trocadas no interior da Companhia de Jesus (ANTT, Cartório dos Jesuítas, mc 69). Questionamos, então, se as edições

dos sermonários, sobretudo os volumes dos *Sermones varios*, estariam associadas à demanda dos colégios jesuítas espalhados na Península Ibérica e nas Américas.

Ao observarmos os frontispícios dos livros impressos em Madri, percebemos que o mercador de livros Lorenzo de Ibarra custeou três volumes: aquela que viria ser a primeira parte (1662), o segundo tomo (1664) e a reimpressão do primeiro (1664). Lorenzo de Ibarra tinha uma loja na rua de Toledo, ao lado do colégio da Companhia de Jesus, onde trabalhou até a sua morte, em 1676. Em 1678, o *Tomo terceiro* e a reimpressão do segundo foram custeadas por Gabriel de León, que possuía loja na Puerta del Sol, em frente a São Felipe. As duas localidades onde se situavam essas lojas eram conhecidas em Madri pelo comércio de livros: o Colégio Imperial da Companhia de Jesus se tornou o centro cultural de maior importância da cidade, o que levou livreiros, impressores, fundidores e encadernadores para os seus arredores; e as grades do Convento de São Felipe eram local de intenso comércio, onde se instalavam feiras que atraíam os habitantes da cidade.

Ibarra estava diretamente associado ao Colégio Imperial tanto por relações pessoais — seu sogro, também livreiro, alugava uma loja do colégio e a sogra, depois de viúva, morava em um quarto alugado pelo colégio — quanto comerciais — nosso levantamento demonstra que a maior parte dos livros custeados por Ibarra eram de autores jesuítas —. Com licença do reitor desse colégio, jesuítas firmavam contratos para a impressão de livros com Ibarra, como o fixado com o jesuíta Andres Mendo, em janeiro de 1664³.

Já Gabriel de León era o maior livreiro da cidade e estava ligado a rotas comerciais que percorriam

³ Nesse contrato, estabeleceram-se as obrigações do livreiro em pagar quantias a Mendo e em entregar exemplares ao autor do livro que seria impresso, intitulado *Statera opinionum benignarum*.

Madri, Toledo, Sevilha e Américas; tendo enviado, em 1660, seu filho, Pedro de Leon, a Lima, para que este recebesse caixas de livros e fizesse pagamentos em seu nome (COBO, 1991). Na época em que custeou e comercializou os *Sermones varios*, Gabriel de León, que contava com o capital e os contatos comerciais necessários para o custeio e a venda das edições, já sabia da demanda do público sobre os sermões atribuídos a Vieira e dos lucros obtidos anteriormente com a venda desses livros. Após a publicação da primeira edição da *editio princeps* e, portanto, das críticas feitas aos *Sermones varios*, León contou com o apoio do padre Andrés Mendo para defendê-lo junto a Vieira com o objetivo de que o mercador custeasse e a comercializasse as impressões das traduções da *editio* para o castelhano⁴. Por meio da intermediação que Mendo construiu entre León e Vieira, o pregador concordou que esse mercador fosse responsável pelos custos e vendas dos sermões em Espanha.

No caso de Ibarra, as relações que manteve com os colégios jesuítas espalhados pelo império espanhol possibilitaram-lhe o custeio e a comercialização da impressão dos sermonários, como a análise da *Delação do conde de Tarouca* demonstrará. O conde de Tarouca, nobre português ligado aos Habsburgos, redigiu uma delação em 16 de fevereiro de 1662 (AHN, Conselhos, lg. 7259) em que denuncia ao Conselho a intenção de se imprimir em Castela os sermões de António Vieira, os quais atentariam «contra a monarquia de Felipe IV». Assim, o delator apontou os padres jesuítas Juan de Ribadeneira, “procurador da província do Peru”, e Pedro de Pantoja, “procurador da província do Novo Reino”, como aqueles que incentivavam a impressão dos sermões de Vieira em Madri.

⁴ Cartas de Vieira remetidas a Duarte Ribeiro de Macedo, em 4 de junho 1678, 23 e 30 de maio de 1679, 20 de junho de 1679 e 25 de setembro de 1679.

Entretanto, verificamos que Pedro de Pantoja era Alonso de Pantoja, que teve uma extensa carreira em colégios jesuítas nas Américas e a quem, inclusive, a reimpressão da primeira parte dos *Sermones varios* (1664) é dedicada. Enquanto reitor do Colégio de Quito (1664-1666) e da Escola de Las Nieves (1668-1672), Pantoja elaborava pedidos de livros enviados a superiores jesuítas em Madri e, quando agraciado com o benefício, recebia-os nos portos americanos. Em 1666, o então reitor recebeu quarentas caixas com «livros, medalhas e coisas de devoção» que saíram da Espanha a bordo do navio de Santo Cristo da Boa Viagem (AGI, Contratación, lg. 5549).

De modo semelhante, atuava Ribadeneira em Lima; que, em 1664, recebeu 100 caixas de livros (AHN, Inquisição, Carta acordada). Os títulos desses livros foram listados em uma petição apresentada ao Conselho, que, ao aprová-los, permitiu que fossem enviados em caixas seladas, sendo conferidos no porto de Lima por agentes da Inquisição. As cargas de livros recebidas pelos padres jesuítas mostram o envolvimento direto de Pantoja e Ribadeneira com o comércio de livros transatlântico.

Tendo conhecimento que os padres Ribadeneira e Pantoja trocavam correspondência com o livreiro Ibarra com o objetivo de comprar livros para suas províncias, o reitor do Colégio Imperial, padre Felipe de Ossa, informou, no processo de apuração da delação, que os referidos padres não interferiram para a impressão dos sermões de Vieira. Contudo, relata também que o livreiro pedira um dinheiro adiantado para Ribadeneira e Pantoja, quantia que seria usada para custear as impressões e que seria paga em livros dos sermões. Dessa forma, após a impressão, Ribadeneira e Pantoja receberiam exemplares dos *Sermones varios* e de outros títulos comercializados pelo livreiro.

Entretanto, na época da escrita da delação, os textos da primeira parte dos *Sermones varios* já haviam sido analisados pelo padre Agustin de Castro, por mandato do licenciado Geronimo Camargo, que aprovou o livro e, portanto, não identificou nada que agredisse o poder monárquico espanhol. Apesar de considerar que a proibição e o embargo da impressão dos sermões na Corte facilitariam a recolha das impressões anteriores e dos manuscritos que circulavam no reino, a análise dessa delação concluiu que o título *Sermones varios* deveria ser impresso tendo em vista as aprovações obtidas nos outros reinos espanhóis e elaborada pelo padre Castro. Assim, ao apurar a delação do conde, o processo defende as decisões dos avaliadores e, portanto, reforça a legitimidade e o poder do sistema censor.

Além desses aspectos, percebemos a intenção de se levar os livros para as Américas ao analisarmos as dedicatórias dos *Sermones varios*. O livro publicado em 1662 foi dedicado a Blas Canales de Carrançã, capelão maior, advogado fiscal da Câmara do Arcebispado de Toledo e juiz subdelegado nas Canárias; e a reimpressão desse volume foi dedicada, como mencionado, ao padre Pantoja. A segunda parte (1664) foi dedicada ao padre Nicolas de Colmenares, vigário-geral do Peru e professor de Teologia. A reimpressão desse volume (1678) foi dedicada ao padre Francisco de Aguiar y Seixas, bispo de Mechoacan, conhecido por ser admirador de Vieira, tendo se envolvido na publicação de alguns textos do jesuíta no México. Publicada no mesmo ano, a terceira parte foi dedicada ao padre frei Nicolas de Alcocer, responsável pela correção de livros litúrgicos no Novo Mundo e na Espanha.

Nesses casos, os livreiros-editores usaram a dedicatória para transmitir os livros a pessoas, em maioria religiosos, que atuavam em distintas esferas de poder na América hispânica. Tendo em vista que a de-

dicatória era a representação dos atos de dar e receber e contribuía para introduzir o leitor ao texto e prepará-lo para uma leitura apropriada (CAYUELA, 1996), esse paratexto se inseria no sistema de privilégios como estratégia tanto voltada para o público quanto para a benevolência do protetor. Portanto, os mercadores mobilizaram a fama e o prestígio de Vieira nas dedicatórias com o objetivo de contar com o favor dos que recebiam os livros; de legitimar as impressões dos sermões; e de direcionar os livros para os leitores doutos, evitando que fossem apresentados como uma leitura ordinária.

Além dos aspectos apresentados, vale lembrar que no século XVII, os jesuítas espanhóis discutiam a importância da imprensa para o ensino jesuítico e a necessidade da flexibilização da concessão de privilégios para livros que eram aplicados no ensino nos colégios da Companhia (AGCA, Consejo de Aragón, lg. 83). Fator que, na segunda metade do século seguinte, foi resgatado pela crítica aos jesuítas como demonstração de como essa ordem religiosa manipulava a plebe com o uso de textos (CAMPOMANES, 1977).

Para concluir este trabalho, vale ressaltar que se, antes de impressos, os primeiros exemplares dos *Sermones varios* (1662) eram destinados às bibliotecas dos colégios de Quito e Lima, os volumes seguintes também integraram esses acervos. Na terceira parte, ao enunciar que Vieira “*Enseña à predicar en cada Sermon, que es idea practica*” (LEON, 1678, n.p.), Gabriel de León atesta a utilidade do texto para o público, reforçando que aquele volume, assim como os que o antecederam, pertencia ao estudo da pregação evangélica por apresentar discursos que, com agudeza, eram exemplares dentre os sermões cristãos.

Ao mesmo tempo em que os sermões de Vieira sinalizavam e revelavam a presença de Deus encoberta no mundo, revelando-o por meio das Escrituras e

oferecendo exemplos imitáveis de conduta e de virtudes; os sermonários impressos eram apresentados aos leitores como exemplos de adequação, organização e acomodação das matérias, dos lugares-comuns, das sentenças e das palavras. Por meio das relações construídas com os padres da Companhia, os livreiros-editores ressaltaram o uso desses textos para ensinar, pelo exemplo, a arte de pregar e fizeram das bibliotecas dos colégios o principal destino das edições.

Referências Bibliográficas

AGCA, Consejo de Aragón, legajo 83, nº 2 (1625).

AGI, Contratação, legajo 5549.

AHN, Consejos, legajo 7259, nº 8 (1662).

AHN, Inquisición, Carta acordada (4 de julho de 1664).

ANSELMO, Artur. Estudos de História do Livro. Lisboa: Guimarães Editores, 1997.

ANTT, Fundo Cartório dos Jesuítas, maço 69, doc 237 e 244.

CAMPOMANES, Pedro Rodriguez C. Dictamen Fiscal de expulsion de los jesuitas de España (1766-1767). Madri: Fundacion Universitaria Espanhola, 1977.

CAYUELA, Anne. Le paratexte au siècle d'or. Genebra: Droz, 1996.

CHARTIER, Roger. "El concepto de lector moderno". In: INFANTES, V.; LOPEZ, F.; BOTREL, J. (dir.). Historia de la edición y de la lectura en España, 1475-1914. Madri: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2003, p. 142 – 150.

COBO, Mercedes A. La imprenta y el comercio de libros em Madrid (siglos XVI – XVIII). Tese de Doutoramento - Universidad Complutense de Madri, 1991.

VIEIRA, Antonio. Sermones Varios del Padre Antonio de Vieyra, de la Compañia de Jesus. Madri: Pablo do Val, 1662.

_____. Sermones Varios del Padre Antonio de Vieyra, de la Compañia de Jesus. Nuevamente Acrecentados. Madri: Joseph Fernandez de Buendia, 1664.

_____. Prediche Varie Del Padre Antonio Vieira Della Com-

pagnia Di Giesu. Roma: Michele Hercole, 1668.

_____. Prediche Varie Del Padre Antonio Vieira. Veneza: Giacomo Hertz, 1673;1679.

_____. Prediche Varie Del Padre Antonio Vieira. Milão: Francesco Vigone, 1676.

_____. Sermones Varios del Padre Antonio de Vieyra, de la Compañia de Jesus.Tomo Segundo. Madri: Antonio Gonçalez de Reyes, 1678.

_____. Sermones Varios del Padre Antonio de Vieyra, de la Compañia de Jesus. Tomo Terceiro. Madri: Antonio Francisco de Zafra, 1678.

_____. Sermoens do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu [...] Primeyra Parte. Dedicada ao Principe. Lisboa: Oficina de Joam da Costa, 1679.

_____. Cartas. Coimbra: Imprensa da Universidade, Tomo 3º, 1928.

ACESSO E DIFUSÃO NA DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Paulo Victor Azevedo Santos¹

Introdução

O Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) é uma das principais instituições arquivísticas brasileiras reconhecidas no país e no exterior. Poucos arquivos públicos estaduais abrigam semelhante massa documental. Instalado em prédio neoclássico no centro de Belém (Tv. Campos Sales), cuja arquitetura é oriunda do apogeu da borracha, o APEP custodia um acervo documental que representa a identidade sociocultural paraense e amazônica.

Por ser este “Patrimônio histórico material”, tombado pela Secretaria de Cultura do Estado (SECULT) ao qual está vinculado, possui grande importância no resgate da informação e memória no que tange à formação socioeconômica e cultural do Estado do Pará e da Amazônia, configurando-se como o local de resguardo de documentos de arquivos históricos das instituições da região amazônica, portanto é o portador da historiografia que abrange, também, os períodos: colonial, imperial e republicano.

Requisitado por pesquisadores (que representam o maior número de visitantes), o APEP possui um acervo com mais de quatro milhões de documentos que foram produzidos e armazenados a partir do século XVII. Segundo Bellotto (2006, p. 129), pode ser caracterizado como “arquivo permanente”, por custodiar documentos de arquivos preservados em caráter definitivo, tendo valor secundário (informativo, histórico

¹ Graduando em Arquivologia na Universidade Federal do Pará (UFPA).

e probatório), possuindo a função de recolhimento, custódia, preservação e organização destes documentos a fim de promover a facilitação de acesso à informação e difusão de tal, assim como torná-los manuseáveis para os seus usuários.

Desta maneira, destaca-se a importância de seus processos iniciais até a sua etapa final, na qual se consolida o seu compromisso maior para com a sociedade, “a difusão”. A difusão arquivística é a função concludente do ciclo da gestão documental, e para além de função, configura-se até mesmo como missão de um arquivo permanente, devido aos desdobramentos necessários implementados pelo órgão para que esta função seja de fato concretizada.

De acordo com a legislação brasileira sobre arquivos (BRASIL, 2011), denominada Lei de acesso à informação (LAI), as informações destituídas de sigilo devem ser colocadas à disposição de um público geral. Nesse sentido, faz-se necessário a construção e aplicação de políticas e estratégias que vislumbrem alcançar os variados públicos e que possam, por intermédio destas utilizar todo o potencial do acervo do APEP para torná-lo atrativo ao usuário final da informação.

Baseado nisso, este trabalho está direcionado para a compreensão dos mecanismos de acesso e difusão do Arquivo Público do Estado do Pará como patrimônio histórico material e sua documentação (patrimônio histórico documental), discutindo os seus processos, identificando as dificuldades de difusão do seu acervo, apresentando os públicos visitantes e descrevendo o projeto “Arquivo de portas abertas”, iniciado em março de 2018.

Acesso e difusão como funções da gestão documental

O processo das funções arquivísticas até chegar ao ponto da difusão do acervo documental é extenso. As funções são interdependentes, não há como ultrapassar as etapas já que elas seguem uma lógica linear quanto à forma que será realizada a intervenção na documentação. Dentre todas as etapas existentes: diagnóstico, identificação, classificação, descrição, preservação e conservação; a avaliação é que determinará a destinação (eliminação ou guarda permanente) dos documentos, com o auxílio do plano de classificação e da tabela de temporalidade.

Segundo Bellotto (2014, p.137), “esses documentos formam conjuntos que, reunidos nos arquivos permanentes também chamados históricos, vêm a constituir o patrimônio documental institucional, municipal, provincial/estadual ou nacional”. Os documentos de arquivo em si não são produzidos na perspectiva de se tornarem históricos ou fontes de pesquisa, sua função primordial é atender às demandas da administração pública no âmbito em que lhe compete. A partir deste ponto, acumulam-se de forma orgânica, natural, e então se dá início às intervenções arquivísticas. No entanto, quando os documentos são destinados à guarda permanente, seu valor é ressignificado para o teor informativo e probatório, tornando-se parte de um grande plano cívico/democrático que vai abranger questões de transparência na administração pública, memória coletiva, identidades culturais, formação e exercício da cidadania.

Nessa perspectiva de mudança de valor referente ao documento de arquivo após os prazos de guarda e destinação que são definidos na avaliação, é salientado por (SCHELLENBERG, 2002, p. 180) que “os documen-

tos administrativos são preservados em arquivos por apresentarem valores que persistirão por muito tempo ainda depois de cessado seu uso corrente e porque os valores serão de interesse para outros que não os utilizadores iniciais”.

Adentrando no viés da difusão arquivística infere-se que, são diversas as questões a se considerar no que tange a um arquivo de caráter permanente cumprir sua função social e alcançar seus objetivos com a sociedade. Como foi salientado acima, a compreensão dos processos históricos, da formação sociocultural e econômica, da memória, da pluralidade de identidades de uma sociedade depende da organização e de políticas de gestão documentais eficientes.

A falta de recursos humanos e financeiros também entra nesse contexto como agravante que gera desafios aos técnicos/servidores das instituições no momento da efetivação desta difusão. Descrita como uma função complexa e que exige demanda de agentes externos à área arquivística, a difusão de um acervo documental engloba uma ação interdisciplinar entre ciência da informação e ciência da comunicação de tal modo em que as potencialidades de um arquivo, guardião de um acervo documental que envolve memória, cultura e patrimônio, aproximem o órgão e a sociedade.

De acordo com Bellotto (2006, p. 228) “os serviços de difusão cultural possuem vias antagônicas de ações, uma que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa política, acenando com atrativos no recinto do arquivo”. Neste cenário, denota-se os desdobramentos que se fazem necessários para que o ciclo das funções arquivísticas seja contemplado rigorosamente através da divulgação das atividades realizadas pelo órgão, serviços ofertados, com o auxílio de ferramentas de dentro do

âmbito informacional/tecnológico, principalmente de redes sociais, consideradas populares, e dessa forma, procurar estreitar as relações entre uma gama variada de público/usuários e a instituição guardiã dos acervos, quebrando paradigmas sobre os usuários assíduos dos arquivos, de modo a proporcionar a democratização desses espaços e o acesso à informação.

Mecanismos de difusão do APEP

A difusão é a propaganda do documento, o meio de divulgação da informação, uma vez que o acesso à informação é um direito de todo cidadão. A difusão também é uma das últimas fases do documento dentro da gestão documental, o que mostra a importância da preservação, conservação e divulgação dos arquivos que relatam sobre cultura, memória e patrimônio.

Os arquivos públicos são as instituições de gestão e conservação de documento, onde podemos encontrar fontes de pesquisas relacionadas a questões que remetem a formação socioeconômica e cultural de uma nação, região, localidade. Pesquisar os acervos, além de um ato político, proporciona o conhecimento/promoção da memória coletiva através da história; relaciona identidade/lugar, realçando o sentimento de pertencimento e conhecimento abrangente sobre sua cultura; corrobora plenamente para a constituição da cidadania dos indivíduos. Por isso é necessária valorização destas instituições, para haver ampla difusão no meio social e praticidade no processamento da informação bruta contida nos registros que serão difundidos, para melhor compreensão do usuário conforme cada perfil.

De acordo com Leonardo Torii (Historiador e Diretor do APEP), a difusão do Arquivo Público do Estado do Pará tem como intuito variar e diversificar seus

visitantes, expandido o conhecimento sobre a instituição e seu acervo documental. Com o propósito de conquistar esses objetivos o APEP utiliza três mecanismos de difusão: a difusão editorial, a difusão cultural e a difusão técnica.

A difusão editorial opera por meio de publicações da própria instituição sobre as documentações do arquivo, que também é considerado um objeto de estudo, pois será utilizado pelo pesquisador. Essas publicações são chamadas de “anais”, esses anais são uma espécie de catálogo, onde são utilizados vários documentos sobre determinado assunto específico, e de cada um desses assuntos é feito um resumo para então organizá-los em um material.

A difusão cultural é empregada através de palestras variadas ao longo do ano, além de ser aplicada às visitas guiadas no arquivo, disponibilizando o conhecimento e o acesso interno ao Arquivo Público.

Já a difusão técnica é realizada por meio de uma espécie de consultoria para outras secretarias estaduais, auxiliando na forma como deve ser realizada a gestão documental, difundindo assim os serviços que são usados no arquivo.

Nota-se, portanto, a variedade das funcionalidades do APEP, que organiza a documentação de assuntos específicos em anais para facilitar a recuperação da informação pelos pesquisadores; desenvolve atividades para aproximar usuários que são de fora dos pares convencionais (pesquisadores) dos arquivos, na difusão cultural. E fica evidente a participação do APEP na tentativa de aprimoramento na gestão documental das secretarias do Estado por meio das consultorias.

Principais dificuldades encontradas na realização da difusão do acervo documental do APEP

Segundo o diretor do APEP, Leonardo Torii, a difusão tem dupla finalidade. A primeira é orientar o pesquisador por meio da difusão do acervo, fazendo assim com que o mesmo conheça bem a composição do acervo arquivístico que está sob sua custódia. Sua segunda função é conseguir atrair outros públicos além dos pesquisadores.

Diversos fatores contribuem para essa carência e limitação na difusão arquivística do APEP, tais como a falta de um servidor com conhecimentos técnicos que pudessem moderar o site do APEP no período em que o mesmo estava ativo. Segundo Torii: “O Arquivo Público daqui não tem site, tinha site, mas ele foi desativado porque o espaço de dados que o governo nos deu era insuficiente, não dava pra colocar nem metade do que a gente queria”. Logo, os documentos que se encontram digitalizados não podem ser divulgados por falta desse site. Devido a isso as únicas informações repassadas são sobre palestras, visitas guiadas e horários de funcionamento por meio de mídias sociais (Facebook e Instagram apenas).

Outro fator é a ausência de pessoal qualificado para fazer a manutenção e “alimentação” do site quando necessário. Como afirma Torii, “O arquivo não tem um profissional gabaritado e capacitado nesta área tecnológica”. Assim, os únicos que se encarregam de repassar informações básicas (palestras, horário de funcionamento, eventos e etc.) nas mídias sociais são apenas um estagiário e um servidor que não possui especialização na área de comunicação ou tecnologia e atua em um setor que não corresponde e nem se assemelha a essa finalidade.

Projeto “Arquivo de Portas Abertas”

O projeto Arquivo de portas abertas foi criado e desenvolvido pelos servidores do APEP em março de 2018, para que alunos do ensino fundamental, médio e universitários pudessem ter o primeiro contato com o APEP, conhecer os contextos do seu acervo documental e serviços prestados para a sociedade, haja vista que o Arquivo Público é um espaço social e democrático que precisa ser ocupado e usufruído pelo maior número de público e usuários possíveis.

O projeto proporciona uma interação de discentes dos mais diversos níveis de ensino com o patrimônio histórico, tanto documental (acervo) como material (prédio do APEP) e também serve como incentivo para que as pessoas que vivem e trabalham nos arredores sejam atraídas pelas ações que estão incluídas no projeto e possam conhecer/entender a ação do arquivo em prol da democratização do acesso do espaço em si e de seu acervo documental. As atividades são realizadas por meio de visitas guiadas. São diversificadas e variam de acordo com o perfil do público, de maneira a torná-las mais atrativas aos usuários envolvidos..

Segundo Torii, nota-se um grande aumento de variados públicos (crianças, jovens, acadêmicos entre outros) com as visitas guiadas e com as demais atividades que o projeto abrange.

Durante a visita ao Arquivo Público do Estado do Pará para o levantamento de dados para esta pesquisa, foram fornecidos pela instituição dados quantitativos em relação aos públicos visitantes do APEP no ano de 2018, como pode-se conferir a seguir:

Tabela 01 - Número de visitantes ao APEP no ano de 2018

PÚBLICO VISITANTE	QUANTIDADE DE VISITANTES
Pesquisadores	537
Visitantes avulsos	310
Visitantes por visitas guiadas	600
Palestras	162
Total	1609

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará.

Gráfico 01 - Público visitante do APEP em 2018 por atividade



Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará.

Por meio desses dados é possível obter um panorama geral em relação aos públicos visitantes do APEP que é composto em suma por: pesquisadores, visitantes avulsos (visitantes que entram apenas para conhecer o prédio sem intenção nenhuma de consultar o acervo documental), acadêmicos e outros públicos que participam de palestras, e discentes da educação básica que, em sua maioria, estão visitando o arquivo pela primeira vez.

Analisando os dados, nota-se a importância da iniciativa do projeto “Arquivo de portas abertas” por parte da instituição, pois os números contabilizados pelo órgão indicam que o público visitante por meio deste projeto foi o majoritário no ano de 2018 (ano em que começou o projeto), correspondendo a 37% de uma das quatro partes que compunham o universo de visitantes, superando até mesmo público que costuma ser o mais pontual dos arquivos, os pesquisadores, que ficaram com 34% da parcela. Portanto, depreende-se que, houve uma quebra de paradigmas por consequência deste projeto e destaca-se a relevância do mesmo em relação ao acesso, difusão e democratização do espaço e do acervo documental do Arquivo Público do Estado do Pará.

Considerações finais

De acordo com o que foi apresentado neste trabalho, nota-se a importância do empenho e comprometimento dos profissionais que trabalham no Arquivo Público do Estado do Pará, pois tomam a causa e funções deste para com a sociedade como missão e, em função disso, organizam-se e articulam-se de modo a cumprir com todas as etapas das funções arquivísticas assim como estão ávidos em atender às demandas de seus usuários.

A insuficiência do apoio governamental foi apontada como principal empecilho da difusão arquivística em cumprir seu objetivo, como relatado por Leonardo Torii em entrevista “O estado ao longo dos anos vem deixado de lado esse grau de importância que o Arquivo possui”. A falta de investimentos resulta na limitação dos recursos de difusão de livros e seu acervo documental, sucateando a preservação cultural, documentos de arquivos e seus serviços prestados à sociedade.

A carência no quadro de pessoal da instituição é um fator limitante, tanto na questão do quadro reduzido de funcionários para suprir as demandas do Arquivo como na variedade de profissionais que são necessários para concretizar a última etapa das funções arquivísticas que correspondem ao acesso e difusão de seu acervo documental; função esta considerada interdisciplinar. Este fato ocasiona a sobrecarga de alguns servidores que, em algum momento, acabam assumindo e lidando com funções distintas das atribuições que lhes são inerentes.

Entretanto, os desdobramentos são necessários para que não haja estagnação destas funções no Arquivo, e tais têm sido implementados de forma eficaz, pois de acordo com os dados quantitativos, no ano passado (2018), houve considerável aumento dos números de visitantes para além da quantidade de pesquisadores, que são considerados os mais frequentes do Arquivo. Em outras palavras, os projetos, metodologias e temáticas utilizadas pelo APEP estão alcançando a principal finalidade no que diz respeito a acesso e difusão, que é a democratização do espaço e dos serviços prestados pela instituição à sociedade, quando a mesma está literalmente de portas abertas a todos os públicos e se propõe a adequar suas temáticas de acordo com o perfil dos usuários.

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivo: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes – tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SCHELLENBERG, Theodore R. Avaliação dos documentos públicos modernos. In: _____. Arquivos Modernos: princípios e técnicas. FGV Editora, 2002.

TRATAMENTO TÉCNICO DA DOCUMENTAÇÃO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, DO PERÍODO DE 1962 – 1994: POTENCIALIDADES DE PESQUISA E ACESSO

Jonas Mescouto da Silva¹

Introdução

Este trabalho apresenta um resultado parcial do tratamento técnico que vem sendo desenvolvido em um dos acervos do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), pertencente à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP) que abrange os anos de 1962 a 1994. E tem como objetivo demonstrar como este tratamento é desenvolvido com a aplicação dos métodos e normas arquivísticas, assim como as potencialidades de pesquisa e acesso nessa documentação.

Observando a realidade brasileira, nota-se que, na grande maioria das instituições públicas, há falta de uma política de gestão de documentos que otimize e racionalize a massa documental. Vale ressaltar que quando não é feita essa gestão documental, a grande consequência é o acúmulo de documentos que poderiam ser descartados com os que poderiam ser guardados. No fim desse processo mal gerido ocorre o descarte irregular de alguns documentos.

Na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP) não se difere desse quadro apresentado. Por falta de um arquivista no quadro de servidores e por falta de um conhecimento mínimo de política de gestão documental, a instituição descartou inúmeros documentos de forma ilegal, já que não atendia os preceitos da Lei Federal Nº 8.159, de 08 de janeiro de

¹ Graduando em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e estagiário do Arquivo Público do Estado do Pará/SECULT.

1991. Vale lembrar que a SEGUP é uma das instituições de grande importância na história do Estado e que produz documentos de fatos importantes para sociedade, que englobam questões sociais, culturais, políticas e econômicas.

Arquivo Público do Estado do Pará - APEP

O APEP foi oficialmente criado em 1901 pelo decreto Nº 996, de 16 de abril de 1901. E hoje com 119 anos de existência se constitui como uma das instituições arquivísticas e culturais mais importantes do estado. O seu acervo conta com aproximadamente quatro milhões de documentos, com cerca de 1.760 metros lineares. São documentos históricos-administrativos com informações importantes a respeito das relações políticas, culturais e sociais do Estado do Pará e Amazônia brasileira, dos períodos Colonial, Imperial e Republicano (BATISTA; TORII, 2018, P. 560).

O acervo do APEP é composto somente por documentos de valor secundário, ou seja, de guarda permanente. Estes documentos são provenientes de diversas instituições públicas do executivo estadual e foram recolhidos ao longo do tempo.

Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará - SEGUP

Criada pela Lei Estadual nº 1.693, de 15 de junho de 1959, a SEGUP tem como missão: coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar as ações dos órgãos integrantes do Sistema de Segurança, visando garantir a preservação da ordem pública, mantendo os direitos das pessoas e do patrimônio, assegurando a integridade e a segurança do cidadão.

Ao longo desses 61 anos passou por diversas

reformulações, em sua estrutura física e funcional. E hoje, com o nome Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, é o órgão central do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS), reorganizado pela lei nº 7.584 de 28 de dezembro de 2011.

A SEGUP é composta por 5 instituições de Segurança Pública: Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN), Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”, Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, Corpo de Bombeiros Militar do Pará, Polícia Civil do Estado do Pará, Polícia Militar do Pará².

Recolhimento da Documentação da SEGUP para o APEP

Segundo o relatório produzido no APEP em 2008, duas demandas foram essenciais para a procura e o posterior recolhimento desta documentação. A primeira demanda foi o grande número de solicitações de pesquisa na documentação referente ao período da ditadura civil militar no Brasil (1964-1985), sobretudo, ao momento posterior ao ato institucional nº 5, que foi de 1968 a 1985. Esta procura constante se dava pelos cidadãos que solicitavam o abono da lei da anistia. A segunda demanda se deu por conta do projeto Memórias Reveladas³, que é um centro de documentação sobre a Ditadura Militar, coordenada pelo Arquivo Nacional e tem o objetivo de localizar, tratar e organizar os registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil durante a Ditadura Militar. Através dessas demandas o APEP tomou providências com intuito de localizar essa documentação, solicitando uma busca nos arquivos dos órgãos de segurança do Estado do Pará, a fim de en-

² Disponível em: <http://www.segup.pa.gov.br/histórico>

³ Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/objetivos>

contrar e verificar a conservação desta documentação. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, 2008).

Através do ofício nº 59/07 de 30 de agosto de 2007, a diretora do APEP, Dra. Magda Ricci, encaminhou à diretora de Patrimônio da Secretaria Executiva de Cultura (SECULT), Dra. Lélia Fernandes, uma solicitação para que fossem tomadas as providências cabíveis para buscar em todas as secretarias do Estado do Pará, a documentação da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), e que as mesmas poderiam estar sob guarda das secretarias e departamentos de polícia onde foram produzidos. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, 2008).

Foram feitas duas visitas técnicas: a primeira no dia 7 de novembro de 2007, em que foi deslocada uma comissão de funcionários do APEP ao Arquivo Central da Polícia Civil, que estava localizado provisoriamente na rua 28 de setembro, no bairro Campina, em Belém/Pa; a segunda visita técnica ocorreu no dia 22 de novembro de 2007, em que foram levantadas informações sobre a documentação. Através do relatório foi comprovado que as mesmas se encontravam em espaços inadequados, espalhadas por todos os lugares: nas 12 celas antigas, quatro banheiros desativados, sete salas, dois banheiros em uso, no antigo espaço do refeitório, assim como, nos corredores de acesso, no pátio interno e no hall de entrada do prédio. Com alto grau de umidade, mofo, infiltrações, rachaduras na parede e piso, instalações elétricas precárias caracterizando a falta de preservação e conservação necessárias para documentação. Eram cerca de 100.000 a 150 mil documentos diversos, sem tratamento nenhum, sem instrumentos de pesquisa e nenhuma política de tratamento documental, assim como, sem nenhum profissional capacitado entre os funcionários para tratar essa documentação. Somados a todos esses problemas

técnicos, tem-se uma instrução normativa da Polícia Civil da qual o número não foi informado, que determinava que a documentação anterior ao período de 1994 fosse eliminada. Segundo informações dos servidores, grande parte da documentação já teria sido incinerada e doada para reciclagem. No momento que parte da documentação da SEGUP foi eliminada, não existia uma política de gestão documental no Estado, mas ainda assim existiam outros dispositivos legais em âmbito federal que tornavam tal ato irregular. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, 2008).

A própria Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 23 e no artigo 216 parágrafo 4, discorre sobre a questão da proteção do patrimônio histórico e cultural do país, no qual está incluído, entre os objetos a serem protegidos, os documentos históricos. Bem como no próprio Código Penal (BRASIL, 1940), que dispõe em seu artigo 305 sobre supressão de documentos (público ou particular), crime punível com reclusão de um a cinco anos ou multa.

Todavia, o dispositivo legal que rege os procedimentos ligados, exclusivamente, às questões de gestão de documentos e de arquivos é a Lei Federal nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991, que em seu artigo 9º, preconiza os procedimentos tomados para a eliminação de documentos. E neste artigo, lê-se o seguinte: “A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência”. Portanto, no âmbito do Estado do Pará, cabe ao APEP autorizar a eliminação dos documentos das instituições públicas, porém tal autorização somente ocorre mediante procedimentos de avaliação dos documentos e da aplicação do plano de classificação e da tabela de temporalidade. Através desses instrumentos normativos é possível definir o

prazo de guarda para cada tipo de arquivo e o destino de cada documento.

Tratamento Técnico do Fundo Arquivístico da SEGUP

O tratamento desta documentação passou por diversas fases. Primeiramente foi realizada uma ação superficial em que se fez um trabalho de desmetalização e higienização dos documentos simultaneamente. Em seguida, realizou-se o armazenamento dos documentos em caixas. No decorrer desse tratamento, alguns princípios arquivísticos tiveram que ser observados tais como: o Princípio da Proveniência, conhecido também como princípio do respeito aos fundos que, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, é o “princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras” (Arquivo Nacional, 2005, p. 136). Além dele, tem-se também o princípio do Respeito à Ordem Original, segundo o qual o arquivo deverá conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 137)

A observância dos princípios arquivísticos é importante para que o pesquisador possa compreender a informação em todas as dimensões que o documento e o fundo arquivístico possa oferecer. A intenção é que ele possa compreender muito além da informação contida em cada documento, ou seja, que o usuário possa entender o documento como parte de um conjunto que foi produzido de uma forma orgânica e natural em uma instituição, possibilitando o entendimento do seu funcionamento e seus objetivos, assim como sua estrutura e relações.

Outra parte do trabalho intelectual que foi realizado junto a esta documentação é a identificação documental por tipologias documentais. Este trabalho difere da Diplomática que se restringe somente à espécie documental. Já a tipologia documental realiza a identificação pelos tipos documentais, que é a junção da espécie mais a ação e mais o objeto. Toda essa construção tem ligação com o contexto da qual foram produzidos os documentos.

Diversas foram as dificuldades encontradas no tratamento dessa documentação. A primeira diz respeito a algumas informações sobre a instituição, por exemplo, a estrutura funcional da mesma no contexto que a documentação foi criada. Estas informações são essenciais para melhor organizar os documentos, pois a documentação é proveniente de uma instituição pública cuja característica é ter um cunho investigativo. Além disso, essa instituição teve sua estrutura administrativa modificada diversas vezes, e estas mudanças não foram registradas. Outra dificuldade é o próprio conceito da instituição de ser policial investigativo com restrição de acesso aos documentos.

Também foi muito difícil encontrar as leis que se enquadram de maneira correta nos artigos ou nos crimes no contexto da época em que os documentos foram criados. Muitos crimes daquela época, hoje já não são mais considerados de natureza delituosa, como por exemplo, o crime de adultério, referente ao Artigo 240 do Código Penal Brasileiro. Enquanto outros foram modificados e acrescentados novos artigos e parágrafos e se constituindo até mesmo como leis especiais.

Esses documentos datam da década de 1960, 1970, 1980 e 1990, período em que o próprio Código Penal já estava se modificando. Ou seja, ao longo do tratamento realizado, muitas dessas particularidades foram anotadas. Essa característica é fundamental

porque os documentos mantiveram a mesma ordem e identificação quando foram criados, respeitando assim os princípios arquivísticos.

Dados Sobre o Acervo

O fundo arquivístico “Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará” conta com cerca de 150 metros lineares de documentos, distribuídos em 1.140 caixas, das mais diversas espécies e tipos documentais, provenientes das divisões e delegacias de Belém, região metropolitana e interior.

Até o momento foram tratadas cerca de 5 metros lineares de documentos, que correspondem a um total de 35 caixas, com cerca de 875 pastas de documentos que correspondem aos anos de 1981 a 1985, pertencentes à Divisão de Ordem Política e Social (DOPS), Divisão de Crimes Contra Patrimônio, Divisão de Vigilância Geral, Delegacia Central, Delegacia de Estelionato, Delegacia de Icoaraci, Delegacia do Jurunas, Delegacia do Marco, Delegacia da Pedreira, Delegacia da Terra Firme, Delegacia do município de Santa Izabel.

Ao longo do tratamento técnico de identificação realizado nos documentos, foram anotados, para fins de controle, os crimes praticados. Todo o resultado obtido até o momento foi organizado nas tabelas 1 e 2, abaixo.

Arquivos, documentos e sociedade: formação, trajetória e uso dos acervos documentais

Tabela 1

Crime	Quantidade	Crime	Quantidade
Porte Ilegal de Arma	7	Difamação	4
Dirigir Sem Habilitação	12	Constrangimento Ilegal	7
Direção Perigosa	6	Ameaça	24
Promover/Explorar Jogo de Azar	2	Sequestro	2
Promover/Explorar Jogo do Bicho	12	Violação de Domicílio	11
Dirigir Embriagado	6	Violação de Correspondência	1
Desistência Voluntária	1	Furto	148
Crime Impossível	2	Roubo	40
Dolo	1	Extorsão Mediante sequestro	1
Excludente de Ilcitude (coação Irresistível)	2	Esbulho Possessório	95
Legítima Defesa	23	Dano	37
Imputabilidade por Doença Mental	1	Abandono de Animais	2
Não Reincidente (pela Restritiva de Direitos)	2	Adulteração de local Especialmente Protegido	34
Homicídio	57	Apropriação Indébita	4
Lesão Corporal	248	Apropriação de coisa Havida Por Erro	1
Tráfico de Drogas	4	Estelionato	83
Perigo de Vida ou Saúde de Outrem	3	Venda de Produto Falso	1
Abandono de Incapaz	1	Fraude a Empresa	1
Maus Tratos	2	Receptação	30
Participar de Rixa	1	Violação de Direitos Autorais	1
Ofender à Honra/Dignidade de Autoridade Constituída	1	Invasão de Estabelecimento	1
Calúnia	5	Estupro	5

Fonte: Arquivos da SEGUP sob guarda do Arquivo Público do Estado

Tabela 2

Crime	Quantidade	Crime	Quantidade
Violação Sexual	2	Peculato	6
Estupro de Vulnerável	3	Corrupção Passiva	3
Estupro Presumido	1	Resistência	18
Favorecimento a Prostituição	2	Desobediência	7
Bigamia	3	Desacato	11
Adultério	1	Trafico de Influencia	1
Incêndio Criminoso	2	Corrupção Ativa	1
Naufrágio de Embarcação Com Vítima Fatal	1	Favorecimento Pessoal	1
Obstrução de Via Pública	1	Promover/Facilitar Fuga	1
Poluir Água Potável de Uso Comum ou Particular	1	Sonegação Fiscal	2
Exercício Ilegal da Profissão	1	Agir no Exercício da Função com Imperícia/Imprudência	1
Incitação de Crime	2	Disparar por Descuido Arma de Fogo	1
Formação de Quadrilha	2	Cometer Pessoas Estranhas à Organização Policial	1
Moeda Falsa	1	Escrever Propaganda Eleitoral em Logradouro Público	2
falsificação de papéis públicos	1	Colocar Faixas Afim de Propaganda Eleitoral em Logradouro Público	1
Petrechos de Falsificação	1	Pertubar Meios de Propaganda Eleitoral Devidamente Empregados	1
Falsificação de Sinais Públicos	1	Imperdir Propagandas Devidamente Empregadas	1
Falsificação de Documento Público	9	Colocar Faixas em Logradouro Público	1
Falsificação de Documento particular	6	Auto de Resistencia	1
Falsidade Ideológica	17	Suicídio	3
Uso de Documento Falso	5	MorteNatural	2
Falsa Identidade	5	Infortunista	1

Fonte: Arquivos da SEGUP sob guarda do Arquivo Público do Estado.

Sobre as potencialidades de pesquisa dessa documentação, nota-se uma diversidade enorme de temas. Eles abrangem as mais diversas áreas e eixos de pesquisa. Fazendo uso de alguns exemplos como um pesquisador da área do Direito, pode-se observar através dessa documentação como se deu a evolução das leis no país, bem como, a evolução do Código Penal ao longo do tempo, e também como as demandas sociais interferiram para que novas leis fossem criadas. Um

exemplo claro dessa documentação para ser estudado é a evolução da lei de proteção às mulheres, pois constatou-se que a violência doméstica e o feminicídio são muito recorrentes nos inquéritos assim como nas ocorrências das mais diversas delegacias, principalmente nas que pertencem às periferias. Sabe-se que hoje há leis específicas para esses crimes, porém naquela época, tais crimes eram enquadrados dentro dos artigos de lesão corporal e homicídio. Outro campo de estudo são as questões ligadas à terra, podendo o pesquisador, com base nas análises extraídas dos documentos, fazer um mapa dos conflitos e assim observar onde eram mais recorrentes.

A violência urbana é outro assunto bem recorrente, a evolução da criminalidade, principalmente nas periferias, ligando questões sociais, econômicas, culturais e políticas, principalmente no que se refere ao aumento dos crimes de roubos, furtos e tráfico de drogas, podendo assim se fazer um levantamento de onde tais crimes eram mais recorrentes.

Um campo bem especial dessa documentação são os crimes cometidos no período da Ditadura Militar. No entanto, não existe um crime com essa denominação e os acusados eram enquadrados em artigos como desacato, posse de drogas, vadiagem e outros crimes. O governo utilizava desses artifícios para prender as pessoas que se manifestavam contra o regime militar.

Como se pode observar nos resultados preliminares, existe uma diversidade expressiva de crimes dentro da temporalidade dos documentos: crimes contra pessoa, o patrimônio, crimes de funcionários públicos e crimes violentos. O que torna interessante em alguns, é que hoje nem são considerados mais crimes, como o crime de adultério. Essas contravenções foram retiradas justamente em função de um debate

que ocorreu na sociedade da qual os movimentos sociais tiveram uma ampla participação.

Nota-se que os mais recorrentes são os de estelionato (art. 171), furto (art. 155), roubo (art. 157), esbulho possessório (art. 161), homicídio (art. 121) e lesão corporal (art. 129). A leitura dos documentos observa-se que aconteceram por diversos motivos: violência contra mulher (violência doméstica, feminicídio), acidentes de trânsito, questões ligadas à terra, violência no campo e violência urbana. Assim como, podemos observar outras contravenções penais bastante recorrentes: os crimes eleitorais e crimes praticados por servidores públicos, da qual estão introduzidos os crimes de corrupção, violência policial.

Conclusão

Todos esses documentos são importantíssimos uma vez que ajudam a compreender uma parte da história recente do Estado. E uma particularidade de quem realiza pesquisa de cunho histórico do tempo presente é a falta de fonte documentais disponíveis. Geralmente, esses estudos baseiam-se na história oral e pouco se faz uso de documentos oficiais. Mas tudo isso acontece porque esses documentos não estão disponíveis, e tudo fica mais complicado quando se trata de documentos de caráter investigativo.

Apesar de estar no início dos trabalhos neste acervo, pode-se observar que o mesmo já demonstra grande potencialidade de pesquisa, podendo-se abordar os mais diversos assuntos através de sua análise pelos pesquisadores de diversas áreas, observando as questões sociais, culturais, políticas e econômicas e ajudando então a compreender melhor os contextos e fatos de determinada época a qual eles foram criados, já que os mesmos fazem parte de uma instituição que tem um papel importantíssimo na estrutura do Estado.

Referências Bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 03 out. 2020.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivística: objetos, princípios e rumos. Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. Disponível em: <<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/arquiv3ads-tica-objetos-princc3adpios-e-rumos.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2020.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. FGV editora, 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=MheHCgAAQBAJ&dq=arquivos+permanentes+tratamento+documental&hl=pt-BR&lr=>>. Acesso em: 9 out. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 out. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei No 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 06 ago. 2020

BRASIL. Lei 8159 de 8 de outubro de 1991. política nacional de arquivos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm.>. Acesso em: 01 set. 2020

BRASIL. Lei No 6.683 de 28 de agosto de 1979. Lei de Anistia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 18 out. 2020

BATISTA, Iane Maria da Silva; DA SILVA TORII, Leonardo. ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E A MEMÓRIA: notas sobre o Arquivo Público do Estado do Pará (1894-1906). Disponível em: <http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA-GT07_0547-0562.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020

BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de Outubro De 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 26 ago. 2020

PARÁ. Lei Nº 4.936, de 19 de Novembro De 1980. Regimento Interno da Polícia Civil Do Estado do Pará. Disponível em:< http://ban-codeleis.alepa.pa.gov.br:8080/lei4936_1980_32491.pdf>. Acesso em: 02 set 2020.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. Disponível em: <http://www.segup.pa.gov.br/hist%C3%B3rico> . Acesso em: 28 ago. 2020.

MODELO DE DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO PARA A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ (SEGUP/PA)

Adriana Carla Ribeiro dos Santos¹
Kadu Fernando Albuquerque das Neves²

Introdução

Para se estabelecer uma atividade arquivística em uma instituição é necessário antes de tudo, conhecer toda sua estrutura organizacional, para que se possa aplicar melhorias no tratamento documental.

O diagnóstico arquivístico é uma ferramenta auxiliar fundamental na gestão documental, utilizado como um instrumento para identificar os problemas relacionados às atividades realizadas no arquivo e apresentar soluções e alternativas para a massa documental.

Este artigo tem como objetivo geral, propor um método de diagnóstico arquivístico para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP); e específicos: verificar os problemas físicos e informacionais do seu acervo documental, além de descrever o contexto conceitual de diagnóstico de arquivo.

A SEGUP/PA foi instituída em agosto de 1951, atualmente possui uma documentação acumulada de aproximadamente 60 anos, o que necessita de urgente intervenção.

Nossa problemática é definir um plano de gestão documental adequado para esta instituição. Para alcançarmos os objetivos propostos, optamos por uma metodologia de estudo de caso, pois a SEGUP é uma instituição que não tem gestão documental, nem um profissional arquivista. Foi feito um levantamento de

¹ Graduanda do curso de Arquivologia UFPA;

² Graduando do curso de Arquivologia UFPA.

dados bibliográficos e documental, como forma de propor um método de diagnóstico arquivístico.

Diagnóstico arquivístico

O diagnóstico arquivístico é uma ferramenta auxiliar fundamental na gestão documental, utilizado como um instrumento para identificar os problemas relacionados às atividades realizadas no arquivo e apresentar soluções e alternativas para aperfeiçoar as tarefas.

A sua utilização busca estabelecer programas de tratamento e com isso tornando-se mais eficientes os elementos como: o Plano de Classificação de Documentos de Arquivo e a Tabela de Temporalidade Documental.

Vale ressaltar, que o diagnóstico de arquivo é uma análise essencial das informações básicas, como no que se refere a quantidade, localização, estado físico, condições de armazenamento, grau de crescimento, frequência de consultas e outras informações dos arquivos, com o objetivo de promover a inserção de sistemas e de estabelecer programas de transferência, recolhimento, microfilmagem e de conservação.

O diagnóstico arquivístico abrange quatro fases: o levantamento de dados, a análise de dados, o planejamento e por último a implantação e ao mesmo tempo o acompanhamento. Por isso, o diagnóstico é também considerado um levantamento de dados, no caso, do acervo arquivístico. Isto ocorre, devido a implantação de projetos de arquivos para a elaboração de programas relativos ao programa de gestão de documentos. Após o levantamento, os dados são analisados para que medidas sejam tomadas. Não visa apenas revelar falhas administrativas, mas também propõe soluções técnicas para tornar mais racional o fluxo documental da área pesquisada.

O diagnóstico arquivístico deve ser atualizado constantemente, proporcionando resultados cada vez melhores, assim como a inovação nas políticas de gestão documental do arquivo.

Em suma, entende-se o diagnóstico é um instrumento para ser revisado periodicamente, pois os arquivos estão sempre se aperfeiçoando, diante das modificações apresentadas na gestão documental e do acervo, o que traz uma qualidade e economia para a instituição.

É importante salientar, que uma boa gestão da produção documental, se dá através de atividades relacionadas a uma eficiência de se entender bem a classificação da massa documental de arquivos e seguir com eficiência a tabela de temporalidade documental.

Em outras palavras, uma boa gestão do acervo arquivístico de documentos usados nas instituições, facilita o trâmite de documento, e com isso, busca-se melhorias dentro das mesmas para dar agilidade aos processos de informações contidas nestes documentos, desde o ato da sua produção até se chegar no acervo documental arquivístico da empresa, isso quer dizer buscar informações precisas, gerenciar essas informações e classificá-las para facilitar o acervo dos usuários.

O manejo de documentos, vêm se modernizando em várias instituições que estejam interessadas na redução dos documentos em formato de papel, sendo substituídos para o meio digital.

Por isso, é necessário pensar também em soluções digitais para os documentos, pois o armazenamento físico destes documentos tem um orçamento elevado, e muitas das vezes de difícil acesso para algumas empresas e também a questão da sustentabilidade quando pensamos em impressão de documentos desnecessariamente de forma desordenada e de modo irresponsável e muitas das vezes inconsciente.

Assim como, apresentar ações voltadas para a conscientização das pessoas que trabalham nas empresas sobre essa questão importante de sustentabilidade são propostas fundamentais que consta em um diagnóstico arquivístico.

Para organizar o acervo documental da SEGU/PA, o diagnóstico de arquivo é o primeiro passo a ser realizado, mas antes, uma breve abordagem do seu contexto histórico.

A história da secretaria de estado de segurança pública (SEGUP/PA)

A Secretaria de Estado de Interior e Justiça, foi criada em agosto de 1951, decretada pela Lei nº 400 e dentro desse contexto havia 6 departamentos diferentes que seriam subordinadas a Secretaria, estava a Departamento de Segurança Pública.

Por meio da Lei nº 1.693, de 1959 dando tempo determinado de 120 dias para a mudança em Secretaria de Segurança Pública e em dezembro do mesmo ano foi criada a Lei nº 1.832, da qual teve medidas fundamentais para a transformação da SEGUP, desde a norma administrativas e cargos policiais com tudo não sendo de modo estritamente redigido como um Regimento ou Regulamento.

Com a alteração de normas administrativa da SEGUP, foi estabelecido o Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP) conduzindo a instituição a modelos e práticas como também as competências de modernização onde foram acrescentadas e determinadas na instituição, salientando a desvinculação os setores técnicos, administrativo e financeiros da Polícia Civil e da SEGUP assegurando a autonomia das instituições.

Essas transformações deram início a mudanças

para outras instituições estaduais que faziam parte da Secretaria de Estado de Interior e Justiça, como Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” que ganhou status de autarquia também tendo sua autonomia financeira e administrativa, em sucessão a essas mudanças um novo projeto da Segurança Pública foi a criação do Instituto de Ensino e Segurança Pública (IESP), sendo um curso da modernização e capacitação para os servidores atuante os órgãos mesmo que estes tenham diferentes métodos de operação.

Desde 1996 a 2011, tiveram 5 leis estabelecidas por diferentes reorganizações vinculados em outros órgãos e instituições do Pará, e pouco se falava sobre a gestão documental da SEGUP, sendo a última mudança foi a junção de duas secretarias a Secretaria de Estado de Defesa Social e a Secretaria de Estado de Segurança Pública passando a denominar-se Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social em dezembro de 2011 sob a lei nº 7.584.

O acervo documental da SEGUP/PA.

Pertencente a Coordenadoria de Recursos Logísticos, o Arquivo Permanente da SEGUP se encontra em processo de reorganização, fica situado no Grupamento Aéreo de Segurança Pública (GRAESP) e possui uma documentação acumulada de 60 anos.

O Arquivo Permanente da SEGUP, antes de ser transferido para a o GRAESP, ficava na sede da SEGUP localizada na Rua Arcipreste Manoel Teodoro, Nº 305, Batista Campos, e quem era responsável pelo arquivo era a administradora Zélia Santos de Sales, ela organizou os documentos por ordem departamental, em 2018 o arquivo foi transferido para o GRAESP, pois na secretaria não havia mais espaço.

As instituições vinculadas a SEGUP são Polícia Mi-

litar, Polícia Civil, centro de Perícias Científicas Renato Chaves, Corpo de Bombeiros e DETRAN. Podemos verificar que a SEGUP possui o quadro bem grande de instituições vinculadas, antes de se tornarem independentes elas faziam parte direta da SEGUP e tinham seus departamentos dentro da SEGUP, hoje, cada departamento possui seu setor financeiro, RH e Arquivo.

Dentro do organograma da SEGUP podemos encontrar essas instituições, que se desmembraram, mas que compõem o sistema de segurança pública.



Fonte: SEGUP/PA

Os documentos que estão no Arquivo Permanente são documentos dos setores da secretaria, que são, Gabinete do Secretário (GAB. SEC.), Assessoria de Comunicação (ASCOM), Assessoria Policial (ASPOL), Fundo Investimentos de Segurança Pública (FISP), Conselho de Segurança Pública (CONSEP), Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH), Coordenadoria de Recursos Logísticos (CRL), Coordenadoria de Planejamento Logístico (CPL), Coordenadoria de Contratos e Convênios (CCC), Protocolo, Almojarifado, transporte e Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF).

Para visualizarmos melhor, foi elaborado um quadro de setores e documentos produzidos com suas respectivas secretarias:

Quadro 01 - Setores e Documentos Produzidos

Setor		Tipo de documento
Antes	Atualmente	
-	GAB. SEC.	Ofício e memorando expedidos e recebidos, pelo secretário, portarias. Comunicados.
-	ASCOM	Comunicados, revistas anuais, folhetos informativos, folder.
-	ASPOL	Crises, assassinatos e investigação de policiais civis e militares
-	CONSEP	Ata de reunião, aprovação e elaboração de planos e projetos.
DRH	CRH	Pastas funcionais, frequências, portarias dos funcionários. Vale alimentação. Relatórios.
-	CCC	Contratos de: serviços, matérias de consumo e permanente,
-	PROTOCOLO	Caderno de protocolo, controle de tramitação de processos, caderno de documentos internos e externos.
-	TRANSPORTE	Autorização de motorista, cópias de carteiras de habilitação, transferências de automóveis, notas fiscais de compra de automóveis, notas fiscais de abastecimento.
-	ALMOXARIFADO	Relação de pedidos de matérias de consumo e permanente.
CRM	CPL	Programas anuais e semestrais, programas para a sociedade, ações. Fotografias dessas ações. Projetos.
	CEOF	Contratos, diárias, empenhos, notas de empenho em 3 vias.
DRF		Contratos e prestação de contas.
CRF		Hora aula, prestação de contas.
FIP	FISP	Contratos e convênios repassados pelo governo federal para a compra de matérias para o sistema de segurança pública.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

O setor DRF mudou seu nome para CRF que depois mudou para CEOF, os documentos não se misturaram e ficam separados nos seus respectivos setores. Todos esses documentos estão passando por um processo de avaliação, os documentos que estão sendo digitalizados são apenas os de valor fiscal e probatório, contratos e convênios e prestação de contas.

Instrumento de diagnóstico arquivístico para a SEGUP/PA

Para organizar o acervo documental da SEGU/PA, o diagnóstico de arquivo é o primeiro passo a ser realizado para a elaboração de um Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade. O Diagnóstico deve ser atualizado constantemente, com intuito de melhorar e inovar as políticas de gestão documental do arquivo.

Há poucas referências bibliográficas específicas, com relação a elaboração ao instrumento arquivístico de diagnóstico. OLIVEIRA (2018), traz exemplos de autores que tratam de como realizar o diagnóstico.

Neste quadro é possível perceber que os modelos de instrumento de diagnóstico buscam o entendimento do funcionamento da instituição ou organização que produz, recebe e acumula o documento. Esses instrumentos, caracterizam-se como forma de análise e avaliação arquivística.

Baseado nesses estudos, elaboramos um fluxograma que demonstra, os passos a serem seguidos para o diagnóstico da SEGUP/PA.

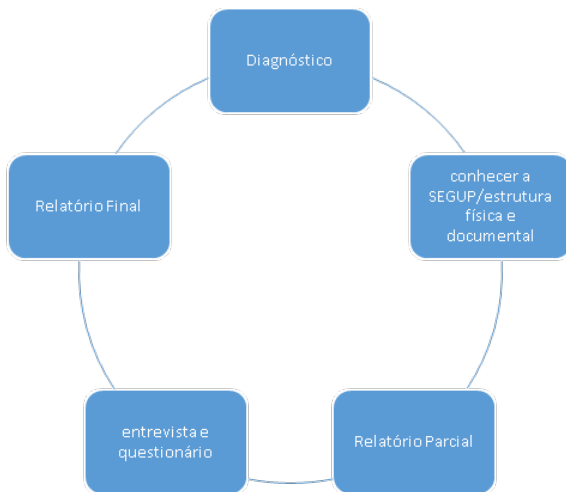
Quadro 02 - Tabela de modelos de como realizar o diagnóstico arquivístico.

+

	EVANS e KETELAAR (1983)	CAMPOS et al (1986)	MONEDA CORROCHA NO (1995)	LOPES (1997)	ROUSSEAU e COUTURE (1998)
Denominação	Pesquisar os sistemas e serviços da gestão de documentos e a administração de arquivos	Levantamento da situação dos arquivos	Investigação da situação arquivística	Método de investigação aos problemas gerados pelas informações de caráter orgânico	
Objetivo		Fornecer subsídios para a implementação de um sistema de arquivo		Promover reunião ao arquivista para o debate e proposta de mudanças	
Fases	1. Apresentação geral 2. Legislação e Normas 3. Recursos Humanos 4. Recursos Financeiros 5. Edifício e Mobiliário 6. Fundos 7. Métodos e processo de trabalho. 8. Serviços oferecidos 9. Centrais de documentação	1. pesquisa na Legislação 2. Identificação do órgão. 3. Atividade de protocolo e arquivo corrente 4. Organização do acervo 5. Instrumento de pesquisa disponíveis 6. Transferência e eliminação 7. Automação 8. Documentos escritos 9. Documentos especiais 10. Material e mobiliário 11. Recursos humanos	1. Pré-diagnóstico 2. Análise dos fundos 3. Análise dos instrumentos de trabalho existentes 4. Análise de recursos de infraestrutura recursos humanos e financeiros disponíveis 5. Fluxo das informações 6. posição hierárquica dos arquivos	1. Identificação da instituição 2. Estudo das estruturas, funções e atividades 3. Relação das atividades x fluxo das informações 4. Análise das estruturas dos acervos existentes	1. Criação, difusão e acesso 2. Classificação e recuperação da informação 3. Proteção de conservação
Método/ Técnicas utilizadas e/ou sugeridas	Questionário	Pesquisa bibliográfica	Estudo de caso, entrevista	Estudo de caso, análise documental, entrevista, observação direta participativa, pesquisa em bases de dados já existentes	

Fonte: OLIVEIRA, 2018

Fluxograma de diagnóstico arquivístico



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

O diagnóstico deve ser atualizado constantemente, com o intuito de melhorar e inovar as políticas de Gestão Documental do Arquivo.

Considerações finais

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP/ PA), não possui um plano de classificação e nem tabela de temporalidade, por esse motivo, propomos um método de diagnóstico de arquivístico para a Secretaria.

Abordamos aqui, diagnóstico arquivístico, a história da SEGUP e sua missão, assim como a história e trajetória do arquivo permanente.

Para a elaboração de um plano de classificação e tabela de temporalidade, e necessário antes de tudo conhecer a instituição e sua missão, conhecer os setores administrativos e produção documental.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e do conhecimento: origens polêmicas e perspectivas. Informação e informação, Londrina, v. 13, esp., p. 1-25. 2008.

GADELHA, Adriana da Silva. O diagnóstico em arquivos e sua relação com a gestão de documentos no setor público.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: Teoria e Prática. 3. Ed.: Revista e ampliada Rio de Janeiro.

Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SEGUP). Histórico. Disponível em: <<http://www.segup.pa.gov.br/hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

OLIVEIRA, Adriana Couto Santiago de. Diagnóstico e Identificação Arquivística como subsídios para Gestão Documental: o Programa de Pós-graduação em Direito do Pará / Adriana Couto Santiago de Oliveira; Orientadora, Renata Lira Furtado. Belém-Pa, 2018.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim et al. gestão da informação utilizando o método Infomapping. Perspectiva em ciência da informação, Belo Horizonte v.13, n. 1, p-184-198, jan/ abr.2008.

SOBRE OS AUTORES

Ana Elisa Arêdes

Doutoranda da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; projeto de pesquisa orientado pelas professoras doutoras Zulmira Santos e Helena Osswald. Pesquisa financiada pela Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT).

E-mail: anaelisaarede@gmail.com.

Adriana Carla Ribeiro dos Santos

Graduanda do curso de Arquivologia UFPA

Caroline Gonzaga

Daniele Caroline Antunes

Duci Alves de Matos

Emanuelle França de Aviz

Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará. Email: emanuelle17aviz@gmail.com

Geovanna Figueiredo dos Santos

Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará. Email: annafigueiredo2011@gmail.com

Ivonely de Brito Pereira

Jonas Mescouto da Silva

Graduando em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e estagiário do Arquivo Público do Estado do Pará/SECULT.

Júlio César Virgínio da Costa

Universidade Federal de Minas Gerais/Centro Pedagógico. Órgão de fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) bolsa CAPES/REUNI.

E-mail para contato: juliocesarhistoria@gmail.com

Kadu Fernando Albuquerque das Neves

Graduando do curso de Arquivologia UFPA.

Luis Augusto Barbosa Quaresma

Mestrando do PPHIST/UFPA, desenvolve atividades no Arquivo Palma Muniz e na Coleção Fotográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

E-mail – guto10007@gmail.com

Mareana Mathias

Paulo Victor Azevedo Santos

Graduando em Arquivologia na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Suellen Cíntia Vinagre Braz

Graduada em história (UFPA), graduanda em arquitetura na Faculdade Faci Wyden e desenvolve atividades na coleção fotográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. E-mail – ellentrabalhos@gmail.com



ISBN 978-658984905-6



9

786589

849056